UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA HUMANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

MARIA DO CARMO ALVES

USOS DO TERRITÓRIO E RUGOSIDADES
Fundamentos Socioespaciais do Patrimônio Histórico do Estado do Ceará

Versão Corrigida

São Paulo, 2017.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA HUMANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

TESE
DOUTORADO EM GEOGRAFIA HUMANA

USOS DO TERRITÓRIO E RUGOSIDADES
Fundamentos Socioespaciais do Patrimônio Histórico do Estado do Ceará

MARIA DO CARMO ALVES

Orientador: Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato

São Paulo, 2016.

MARIA DO CARMO ALVES

USOS DO TERRITÓRIO E RUGOSIDADES

Fundamentos Socioespaciais do Patrimônio Histórico do Estado do Ceará

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato

São Paulo, 2016.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A474u

Alves, Maria do Carmo
Usos do Território e Rugosidades: Fundamentos Socioespaciais do Patrimônio Histórico do Estado do Ceará / Maria do Carmo Alves ; orientador Francisco Capuano Scarlato. - São Paulo, 2016.
260 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Espaço (Geográfico). 2. Território. 3. Rugosidade. 4. Patrimônio Histórico. 5. Cidade. I. Scarlato, Francisco Capuano, orient. II. Título.

Nome: ALVES, Maria do Carmo.

Título: USOS DO TERRITÓRIO E RUGOSIDADES: Fundamentos Socioespaciais do Patrimônio Histórico do Estado do Ceará

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Aprovada em:_____/_____/_____

Banca Examinadora:

Prof. Dr._____ Instituição: _____

Julgamento:_____Assinatura:_____

Prof. Dr._____ Instituição: _____

Julgamento:_____Assinatura:_____

Prof. Dr._____ Instituição: _____

Julgamento:_____Assinatura:_____

Prof. Dr._____ Instituição: _____

Julgamento:_____Assinatura:_____

Prof. Dr._____ Instituição: _____

Julgamento:_____Assinatura:_____

Prof. Dr._____ Instituição: _____

Julgamento:_____Assinatura:_____

A meus pais Raimundo e Luzia:
É com todo amor e orgulho
que lhes dedico essa tese.

AGRADECIMENTOS

A feitura desta tese representa a recompensa de um árduo e prazeroso trabalho de pesquisa, que contou em parte com a motivação e contribuição de muitas pessoas. Durante a pesquisa, é indispensável o apoio de colaboradores, entretanto, o processo dos caminhos percorridos, sobretudo a escrita, é bastante solitário.

Em todos os anos de doutorado muitos acontecimentos são marcantes, muitas pessoas cruzam nosso caminho e muitos permanecem ao nosso lado. Nesse percurso, entendemos, então, que a construção do trabalho acadêmico é uma obra coletiva por precisarmos da colaboração de muitos para sua realização, porém, a visão de mundo e as concepções ideológicas, que nos permitem buscar uma boa teoria e concretizar a escrita da redação são de inteira responsabilidade do autor.

Portanto, a todos que de forma intelectual, técnica, pessoal ou afetiva, me ajudaram a desfrutar da satisfação de aprofundar o conhecimento do uso do território cearense, às imprescindíveis manifestações de apoio e de entusiasmo, devo, meu reconhecimento e gratidão. Naturalmente, tenho uma longa lista de pessoas para agradecer, por essa razão, venho demonstrar meu reconhecimento

de gratidão a todos os que contribuíram para tornar possível a conclusão dessa tese.

Começo me desculpando pelos nomes que involuntariamente possam passar despercebidos e não serem mencionados na seção de agradecimentos. Tal fato torna-se possível de acontecer, não por negligência ou ingratidão, mas, sem dúvida muitas vezes por consequência dos muitos acontecimentos durante a nossa vida acadêmica, que tantas vezes nos faz momentaneamente esquecer situações e pessoas importantes nesse processo.

Primeiramente, meu agradecimento todo especial a Profª. Maria Adélia Aparecida de Souza, que generosamente me oportunizou fazer um mestrado e um doutorado, quando me acolheu como sua aluna na Universidade de São Paulo. Sempre esteve ao meu lado, me dando apoio até o momento final. É uma honra poder caminhar ao seu lado, sou eternamente grata pelo privilégio de poder aprender com uma das maiores geógrafas do mundo, assim como, ter sua amizade há mais de uma década, que a tornou essencial na minha vida acadêmica, na minha formação intelectual, profissional e pessoal. Leitora atenta e rigorosa, grande incentivadora da pesquisa. Agradeço pelo encorajamento constante e por nos oferecer uma geografia tão inspiradora. A senhora, meu carinho, minha admiração e minha eterna gratidão.

Ao professor Francisco Capuano Scarlato por seu gesto generoso e fraterno de se dispor a me ajudar no último ano do meu

doutorado, quando em circunstâncias muito difíceis, humanamente aceitou a delicada tarefa de me orientar e me dar todo suporte intelectual e emocional na finalização do doutorado. Tenho muito a agradecer-lhe por seu acolhimento.

Ao Deputado Professor Teodoro Soares (in memórian), pela generosidade, pela humanidade e pelo apoio sempre presente na minha vida profissional e no doutorado, meu eterno reconhecimento e gratidão a todas as oportunidades e respeito concedidos.

Referente ao apoio institucional, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pela bolsa concedida, durante os dez últimos meses do doutorado. Apesar do curto período, comparado ao tempo de um doutorado, já nos meses de finalização, foi uma colaboração importante na finalização deste trabalho.

A minha amiga Jacqueline Moraes, uma irmã que a vida me deu de presente, sempre disposta a compartilhar das delícias e dos dessabores. Por se dispor a ler comigo e, respeitosamente, criticar meu trabalho. Parceira desde os tempos da graduação na Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA em Sobral, até os atuais anos de USP, em São Paulo, amiga dos momentos difíceis e dos também daqueles prazerosos. Muitas histórias e boas lembranças levaremos desse maravilhoso tempo de aprendizado e convivência.

A Marta Moraes, Vanessa Moraes e Valdeci Alves, por todas as vezes que me acolheram tão generosamente em sua casa, sempre que precisei.

Minhas inestimáveis amigas da vida inteira Simone Fernandes, Fátima Fernandes, Joyce Mesquita, Rosângela Carneiro, Rafaele Soares e Mara Bezerra, pelo carinho, amizade, e pelo apoio, no que é possível, em todos os momentos da minha vida.

A Camila Gui Rossati, Lúcia Helena Alves, Melissa Scanhola, Andrea Maia e Ângela Maia pela amizade, pelo incentivo e pelos prazerosos momentos vividos e compartilhados nestes anos em que pude conhecer e desfrutar de São Paulo, essa cidade que aprendi a gostar tanto.

A meu grande e leal amigo Alexandre Veras, Chefe do escritório técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN-CE, que gentilmente me concedeu entrevista sobre a problemática do tema, pelas trocas de experiências, pelos bons debates que travamos nas conversas do cotidiano, pelos livros que me deu de presente e pelo rico material concedido para minha pesquisa acerca do patrimônio e do IPHAN.

A minha amiga Juçara Peixoto, ex Superintendente do IPHAN-CE, por facilitar o acesso aos documentos e materiais necessários à elaboração da tese e por estar sempre disponível a colaborar. Em seu nome agradeço a todos os funcionários do IPHAN pelo apoio e colaboração.

A meu querido amigo, arquiteto Campelo Costa, ex Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e ex Secretário de Cultura de Sobral pela colaboração na pesquisa, pela entrevista concedida e pelos momentos de vivência, discussão e incentivo na minha vida acadêmica.

Ao arquiteto ex Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Sobral, Herbert Rocha, pela generosidade em se dispor a colaborar com a tese.

A Secretária de Turismo, Cultura e Meio Ambiente, Desporto e Lazer de Viçosa do Ceará, Margarida Lopes, pelo material concedido e pela entrevista que foi uma gentil, agradável e interessante conversa, sobre essa apaixonante cidade.

A todos os meus professores e colegas de doutorado da USP que em muitos momentos colaboraram de forma significativa, nos debates e nas críticas, no cotidiano e nas aulas.

A professora Adriana Bernardes e o professor Manuel Lemes que deram uma importante contribuição na minha qualificação, na leitura atenta e nos comentários sugestivos ao aprimoramento da pesquisa.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação da USP pela presteza e disponibilidade no atendimento, desde a época do mestrado, e agora, no doutorado.

Aos meus colegas da USP, James Zomighani, Willian Alcântara, Diego Medeiros, Bruno Mastrocola, Deputado Edmilson

Rodrigues, Fábio Tozi, Cassiano Amorim, Lucas Melgaço, Carin Carrer, Jane Barbosa, Mait Bertolo, Paul Clívilan, Lúcia Lirbório, Dênis Carloto, Gilcileide e Marcielyo pelos momentos compartilhados em todos esses anos, bons momentos de trocas, de aprendizado e companheirismo.

Um especial agradecimento a Jurandir Novaes, que mesmo de volta a Belém está sempre presente, pelo apoio e incentivo na finalização da tese e pelos momentos compartilhados em São Paulo.

Aos colegas e pesquisadores do LABOPLAN aqui representados pela Ana Pereira, pela sua generosidade que é uma característica marcante e presente, por todo apoio em muitos momentos no convívio e nas trocas cotidianas.

Ao Rapper Pirata, um amigo de muito valor, que compartilha de bons momentos e reflexões, no cotidiano paulistano.

A Elaine Guinevere, pela tradução do resumo e pela correção ortográfica da tese.

A Leonardo Mendes e Aline Serra Teixeira, que também colaboraram na correção da tese.

A Manoel Guedes, pela elaboração de mapas, a Wellington Galvão, pela amizade e colaboração com programas e SIG's, mas também pela respeitosa amizade e troca de experiências acadêmicas.

A Norma Suely Rodrigues Silva e Gilton Barreto pela disponibilidade e colaboração com as fotos já no finalzinho da tese.

A Mariana Barioni pela generosidade e disponibilidade de seu enorme coração, sempre solícita e bem humorada.

A Nicodemos, Márcia, Helena Cristina, Max, pelo incentivo e pela atenção, que solidifica nossa amizade.

Aos colegas do Instituto de Estudos e Pesquisas do Vale do Acaraú – IVA, em especial ao Prof. Antônio Gouveia, Ana Cláudia Xavier, Adriely Peixoto e Jader Façanha Câmara (in memórian) pelo suporte no início do doutorado, quando precisei me ausentar das minhas tarefas profissionais para vir a São Paulo cursar as primeiras disciplinas, enquanto era coordenadora da Pós-graduação desse Instituto em Sobral-CE.

Aos colegas do Instituto Dom José de Educação e Cultura – IDJ, em especial a Diretora Luciene Santos Lima, a Helena Dourado pelo apoio, a minha querida amiga Vivi Carvalho pela parceria fundamental na implantação da pós-graduação, pelo grande apoio pessoal e profissional que recebi quando fui trabalhar em Fortaleza-CE, ainda durante o doutorado, apoios necessários para que eu pudesse me ausentar sempre que foi preciso.

A Raimundo Nonato Cândido, pela respeitosa e leve convivência, pela generosidade e acolhimento em sua casa em São Paulo, por um curto tempo, agradeço também a sua esposa Raquel Marques.

À Luís Fernando Maia, pela intensidade dos bons momentos vividos, pela leveza que trouxe aos meus dias em São Paulo.

A todos os meus familiares que moram em São Paulo, por me darem apoio integral sempre que precisei, em especial a Kelle Alves, Bino, Edson, Vicente, Tia Guida, Major, Giovana e Gabriela.

A toda minha família, minhas amadas irmãs Fátima e Diva, a meus irmãos, cunhado e cunhadas, sobrinhos, em especial a Lívia e Lara, meus amores e minhas filhas de coração, pelo cuidado, pela atenção e amor que sempre compartilhamos.

E, para terminar meus agradecimentos, o mais especial de todos, a minha mãe Luzia Luís Alves e a meu pai Raimundo Lucas Alves, meus amores, tesouros e melhores amigos, as pessoas mais importantes e caras da minha vida, pelo amor, pelos mimos e pelas orações sempre presentes em nossas vidas. Agradeço por me auxiliarem nas minhas decisões, por proporcionarem momentos maravilhosos na minha vida, por serem meu porto seguro e me darem apoio e condição necessários à realização dos meus ideais.

A Deus, acima de tudo, nossa maior razão de ser.

"A geografia que faço e ensino é aquela que leva em consideração o movimento do mundo, a produção de suas paisagens e a desigualdade que este mundo produz, contra as quais luto, usando a geografia como arma".

Maria Adélia Aparecida de Souza

USOS DO TERRITÓRIO E RUGOSIDADES: FUNDAMENTOS SOCIOESPACIAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO ESTADO DO CEARÁ.

Esta pesquisa buscou retomar o conceito geográfico de rugosidade proposto por Milton Santos, de modo a torná-lo coerente com as dinâmicas desta contemporaneidade, para se compreender a partir da análise do uso do território cearense, como as rugosidades do espaço geográfico exibem os objetos passíveis de preservação, haja vista ampliarem o conhecimento e significado de memória e patrimônio, usualmente propostos pelos historiadores, arquitetos e urbanistas. A tese tem como objeto de estudo os sítios urbanos das cidades de Sobral, Viçosa do Ceará, Aracati e Icó, tombados como Patrimônios Históricos. Fez-se necessário conhecer a totalidade do território e considerar a relação entre três elementos indispensáveis que são os instrumentais teórico, empírico e técnico, e sua indissociabilidade. Desse modo, chegou-se a uma interpretação da essência do processo socioespacial, visto como remanescente, perpétuo e dinâmico, resultado concreto e ativo das relações entre sujeitos e objetos, as rugosidades fundamentam as ações das práticas políticas e sociais. Espera-se que esta pesquisa possa proporcionar um debate com outras disciplinas, especialmente aquelas que dialogam com os estudos sobre patrimônio, memória e preservação, a partir das concepções apresentadas para compreensão da rugosidade como fundamento para entender o uso do território no tempo presente.

Palavras-chave: Espaço geográfico. Uso do território. Rugosidade. Patrimônio Histórico. Cidade.

USES OF THE TERRITORY AND ROUGHNESSES: SOCIO-SPATIAL FOUNDATIONS OF THE HISTORICAL HERITAGE OF THE CEARÁ STATE

This research aim at retaking the geographic concept of roughness proposed by Milton Santos, in order to make it coherent with the contemporaneity dynamics, with the purpose of understanding, from the analysis of the territory use from Ceará State, the way how the roughnesses of the geographic space exhibit the objects susceptible of preservation, once they expand the knowledge and meaning of memory and heritage, usually proposed by historians, architects and urban planners. The thesis aims at studying the urban sites of the following cities: Sobral, Viçosa do Ceará, Aracati and Icó, inscribed on the Historical Heritage List. It was necessary to know the totality of the territory and to consider the relation between three indispensable elements that are the theoretical, empirical and technical tools, and their inseparability. In this way, an interpretation of the essence of the socio-spatial process, seen as remnant, perpetual and dynamic, concrete and active result of the relations between subjects and objects, the roughnesses underlie the actions of the political and social practices. It is expected that that this research may provide a debate with other disciplines, especially those that dialogue with the studies on heritage, memory and preservation, from the conceptions presented in order to understand the roughness as a basis for comprehending the use of the territory in the present time.

Keywords: Geographic space. Use of territory. Roughness. Historical Heritage. City.

LISTA DE SIGLAS

IDJ - Instituto Dom José de Educação e Cultura;

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

IVA - Instituto de Estudos e Pesquisas do Vale do Acaraú;

PIB - Produto Interno Bruto;

PMS - Prefeitura Municipal de Sobral;

RMF - Região Metropolitana de Fortaleza;

SD – Sem Data;

SPLAM - Secretaria de Planejamento e desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

USP - Universidade de São Paulo;

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas;

UFC - Universidade Federal do Ceará;

UFBA - Universidade Federal da Bahia.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura;

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Ceará: Municípios com Sítios Urbanos Tombados 44

MAPA 2 – Brasil: Localização do Estado do Ceará 85

Mapa 3 – Ceará: Cidades importantes para o desenvolvimento do Estado 87

MAPA 4 – Ceará: Cidades da RMF economicamente mais importantes para o PIB..... 89

MAPA 5 – Ceará: Vilas criadas no século XVIII 99

MAPA 6 – Ceará: Cidades com influência em quase toda extensão da província 104

MAPA 7 – Brasil: Cidades com conjuntos urbanos tombados 131

MAPA 8 – Ceará: Os caminhos do gado 141

MAPA 9 – Ceará: Cidades com patrimônio tombado 152

MAPA 10 - Sobral: Divisão Distrital 184

MAPA 11 - Aracati – Sítio Histórico Tombado 199

MAPA 12 – Aracati – Divisão Distrital 200

MAPA 13 – Icó – Sítio Histórico Tombado 209

MAPA 14 – MAPA 16: Icó – Divisão Distrital 210

MAPA 15 – Viçosa do Ceará – Sítio Histórico Tombado 222

MAPA 16 – Viçosa do Ceará – Divisão Distrital 223

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – 151

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Sobral: Sítio Histórico Tombado 183

FIGURA 2 – Sobral - Primeiros Núcleos Urbanos no Final do Século XVIII. 186

LISTA DE FOTOS

FOTO 1: Sobral - Igreja do Rosário dos Pretos 40

FOTO 2: Sobral – Casa da Cultura 56

FOTO 3: Sobral – Palácio de Ciências e Línguas Estrangeiras 80

FOTO 4: Ceará - Complexo Portuário Porto do Pecém 90

FOTO 5: Ceará - Complexo Portuário Porto do Pecém 90

FOTO 6: Ceará - Complexo Portuário Porto do Pecém 90

FOTO 7: Sobral - Margem Esquerda do Rio Acaraú 106

FOTO 8: Ceará – Teatros 120

FOTO 9: Ceará – Teatros 120

FOTO 10: Ceará – Teatros 120

FOTO 11: Ceará – Teatros 120

FOTO 12: Viçosa do Ceará– Igreja de N. Sra. da Assunção 135

FOTO 13: Fortaleza - Casa de José de Alencar 154

FOTO 14: Fortaleza - Casa de José de Alencar 154

FOTO 15: Fortaleza - Theatro José de Alencar 155

FOTO 16: Fortaleza - Theatro José de Alencar (vista interna) ... 156

FOTO 17: Fortaleza - Jardim do Theatro José de Alencar 157

FOTO 18: Fortaleza - Conjunto constituído pela Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção 159

FOTO 19: Fortaleza – Museu do Ceará 159

FOTO 20: Fortaleza - Solar Carvalho Mota 162

FOTO 21: Fortaleza – Passeio público 163

FOTO 22: Fortaleza – Passeio público 163

FOTO 23: Fortaleza – Passeio público 163

FOTO 24: Fortaleza – Passeio público 163

FOTO 25: Caucaia - Casa de Câmara e Cadeia 165

FOTO 26: Caucaia - Casa de Câmara e Cadeia 165

FOTO 27: Almofala – Igreja 167

FOTO 28: Almofala – Igreja 167

FOTO 29: Quixeramobim – Casa de Câmara e Cadeia 168

FOTO 30: Quixeramobim – Casa de Câmara e Cadeia 168

FOTO 31: Quixeramobim – Casa de Câmara e Cadeia 168

FOTO 32: Iguatu – Igreja Matriz de Santana 169

FOTO 33: Aquiraz – Edificações 170

FOTO 34: Aquiraz – Edificações 170

FOTO 35: Aquiraz – Edificações 170

FOTO 36: Aquiraz – Edificações 170

FOTO 37: Aquiraz – Mercado da carne 171

FOTO 38: Quixadá - Açude do Cedro 173

FOTO 39: Quixadá - Açude do Cedro 173

FOTO 40: Quixadá – Monólitos 174

FOTO 41: Viçosa do Ceará– Vista da Igreja do Céu 178

FOTO 42: Sobral - Casa do Capitão-Mor (externa e interna) 187

FOTO 43: Sobral - Casa do Capitão-Mor (externa e interna) 187

FOTO 44: Sobral - Casa do Capitão-Mor (vista e interna e placa externa) 188
FOTO 45: Sobral - Casa do Capitão-Mor (vista e interna e placa externa) 188
FOTO 46: Sobral - Casa do Capitão-Mor (vista e interna e placa externa) 188
FOTO 47: Sobral - Casa do Capitão-Mor (vista e interna e placa externa) 188
FOTO 48: Sobral - Primeiro Núcleo Urbano de Sobral (Foto recente) 189
FOTO 49: Sobral - Praça e Teatro São João..... 193
FOTO 50: Sobral - Praça e Teatro São João..... 193
FOTO 51: Sobral - Casas em estilo "art noveau", colégio em modelo art deco e Museu Dom José..... 194
FOTO 52: Sobral - Casas em estilo "art noveau", colégio em estilo "art deco" e Museu Dom José..... 194
FOTO 53: Sobral - Casas em estilo "art noveau", colégio em estilo "art deco" e Museu Dom José..... 194
FOTO 54: Sobral - Igrejas do primeiro núcleo urbano 195
FOTO 55: Sobral - Igrejas do primeiro núcleo urbano 195
FOTO 56: Sobral - Igrejas do primeiro núcleo urbano 195
FOTO 57: Sobral - Igrejas do primeiro núcleo urbano 195
FOTO 58: Sobral - Igreja do Patrocínio e Museu do Eclipse..... 196
FOTO 59: Sobral - Igreja do Patrocínio e Museu do Eclipse..... 196

FOTO 60: Aracati - Casarões do núcleo urbano 201

FOTO 61: Aracati - Casarões do núcleo urbano 201

FOTO 62: Aracati - Casarões do núcleo urbano 201

FOTO 63: Aracati - Casarões do núcleo urbano 201

FOTO 64: Aracati – Templos católicos 206

FOTO 65: Aracati – Templos católicos 206

FOTO 66: Aracati –Acervo arquitetônico 207

FOTO 67: Aracati –Acervo arquitetônico 207

FOTO 68: Aracati –Acervo arquitetônico 207

FOTO 69: Igreja de Nossa Senhora da Expectação 211

FOTO 70: Icó - Igreja do Senhor do Bonfim 212

FOTO 71: Icó - Igreja de Nossa Senhora do Rosário 215

FOTO 72: Icó - Rua General Piragibe 217

FOTO 73: Icó – Rua General Piragibe 217

FOTO 74: Icó – Rua General Piragibe 217

FOTO 75: Icó – Imóveis do Sítio Histórico 218

FOTO 76: Icó – Imóveis do Sítio Histórico 218

FOTO 77: Icó – Imóveis do Sítio Histórico 218

FOTO 78: Icó – Casa de Câmara e Cadeia 220

FOTO 79: Icó – Casa de Câmara e Cadeia (Vista Aérea) 220

FOTO 80: Viçosa do Ceará - Igreja de N. Senhora da Assunção 225

FOTO 81: Viçosa do Ceará – Imóveis do Sítio Histórico 226

FOTO 82: Viçosa do Ceará – Imóveis do Sítio Histórico 226

FOTO 83: Viçosa do Ceará – Imóveis do Sítio Histórico 226

FOTO 84: Viçosa do Ceará – Imóveis do Sítio Histórico 226

FOTO 85: Viçosa do Ceará – Imóveis do Sítio Histórico 227

FOTO 86: Viçosa do Ceará – Imóveis do Sítio Histórico 227

FOTO 87: Viçosa do Ceará – Imóveis do Sítio Histórico 227

FOTO 88: Viçosa do Ceará – Imóveis do Sítio Histórico 227

FOTO 89: Viçosa do Ceará - Solar da Marcela 229

FOTO 90: Viçosa do Ceará – Casa de Taipa 231

FOTO 91: Viçosa do Ceará – Casa de Taipa 231

FOTO 92: Viçosa do Ceará – Casa de Taipa 231

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS 6
RESUMO 15
ABSTRACT 16
LISTA DE SIGLAS 17
LISTA DE MAPAS 18
LISTA DE QUADROS 19
LISTA DE FIGURAS 19
LISTA DE FOTOS 20

CONSIDERAÇÕES INICIAIS 27
PROBLEMATIZAÇÃO 31
FUNDAMENTOS DA METODOLOGIA UTILIZADA 35
INTRODUÇÃO 42

PRIMEIRA PARTE
TERRITÓRIO: USOS E RUGOSIDADES 57

Capítulo 1
As rugosidades e o território brasileiro 59
Geografia, o olhar da cidade pelo lugar 73

Capítulo 2
Território e rugosidade: o Ceará ontem e hoje 82
O papel da técnica no uso do território 93

SEGUNDA PARTE
PATRIMÔNIO, PRESERVAÇÃO E MEMÓRIA: CONCEPÇÕES DE RUGOSIDADE 107

Capítulo 3

O território e as rugosidades: uma introdução a outros conceitos 109

Patrimônio, preservação e memória: concepções de rugosidades 114

Capítulo 4

Patrimônio cultural, um invento da burguesia 122

A noção de patrimônio histórico e a visão geográfica de rugosidade 128

TERCEIRA PARTE

CEARÁ E RUGOSIDADES 136

Capítulo 5

Ceará, rugosidades e o seu patrimônio histórico 138

Um panorama geral do patrimônio tombado cearense 149

Capítulo 6

As cidades cearenses e os sítios históricos tombados 180

O Tombamento de cidade de Sobral 182

O Tombamento da cidade de Aracati 199

O Tombamento da cidade de Icó 209

O Tombamento de Viçosa do Ceará 222

Geografia e as rugosidades não aparentes 235

CONSIDERAÇÕES FINAIS 243

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 249

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A pesquisa aqui apresentada teve seus primeiros passos em 2004, pela oportunidade que tive de trabalhar na Prefeitura Municipal de Sobral - PMS, na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SPLAM, em que foi possível atuar nos projetos referentes às questões urbanas da cidade e do Sítio Histórico Tombado[1] desde 1999.

Outrossim, fui convidada a participar da Revisão do Plano Diretor da Cidade de Sobral no ano de 2005, ocasião que demandou estudos, pesquisas e trabalhos sobre o desenvolvimento da cidade e de ações no Sítio Histórico Tombado. E que propiciou, pelo conhecimento apreendido e conteúdo estudado, que em parte da equipe fosse despertado o interesse pela escrita e publicação de dois livros.

Nestes, participei como autora do livro "Sobral, a Preservação do Sítio Histórico a Partir do Seu Tombamento" em parceria com o então Secretário, o arquiteto Campelo Costa, e como organizadora do livro "Sobral, da Origem dos Distritos", ambos focados nas discussões da cidade e do seu tombamento, este último tendo como autores naquela ocasião o atual Secretário e o ex-Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o arquiteto Herbert Rocha.

A partir de então, foi possível conhecer um pouco mais sobre o sentido desse processo denominado de patrimonialização, que nos leva a reconhecer a importância do conhecimento geográfico para compreender a dinâmica do uso do território no espaço urbano da

[1] Significa área delimitada por uma poligonal em área urbana, onde se concentra um grande número de monumentos e edificações de importância e valor histórico e arquitetônico.

cidade, e também a perceber que as formas e as funções criadas no passado têm relevante papel ativo na concepção do presente e do futuro.

A prática cotidiana, assim como as discussões mantidas com colegas de trabalho com outras formações, entre eles historiadores, sociólogos, arquitetos e engenheiros, muito contribuíram para o amadurecimento empírico da maior parte das situações e ideias aqui expostas.

A partir de então, passei a apreender a cidade com o olhar sensível de geógrafa. Assim, muitos fatores de ordem subjetiva suscitaram nesta pesquisadora: anseios e a inquietação por entender a contraditória realidade que as cidades com sítios urbanos protegidos por políticas de preservação de fato representam na vida da sociedade, o que significa no presente e que importância e expressividade o passado deixou para as gerações futuras.

Como geógrafa, o desejo explícito é buscar a compreensão do patrimônio da preservação e memória entendidos nesta tese como rugosidade, por um sistema de ideias coerentes, que não cometa o pecado de elaborar uma pesquisa como um sistema descritivo, mas crítico e interpretativo desse processo, considerando a totalidade do espaço geográfico.

Busca-se compreender esse processo pela noção de totalidade descrita por Santos (2006, p. 115),

> A noção de totalidade é uma das mais fecundas que a filosofia clássica nos legou, constituindo em elemento fundamental para o conhecimento e análise da realidade. Segundo essa ideia, todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade é uma simples soma das partes. As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes.

Por meio da rugosidade, procura-se atingir a totalidade da sociedade. Para o geógrafo, não há nada mais estimulante do que

estudar a totalidade, constatar e relacionar a teoria com as questões empíricas quando nos dedicamos a entender o movimento do mundo pelo uso do território.

Desse modo, é indispensável o esforço de elucidar questões, que vão além do que muitos estudiosos e pesquisadores da temática se aprofundaram, como as que envolvem áreas e objetos tombados, que muitos chamam de espetacularização do patrimônio.

Outra questão sobre a qual reflito é que considero um equívoco comparar a cidade a um teatro. Justifico essa afirmação pela complexidade e as urgências que se percebe cotidianamente na cidade. Portanto, venho discordar de muitos estudiosos que, com uma visão mais simplista do sistema de objetos e ações, assim a consideram.

Essa árdua tarefa supõe o esforço de interpretar a realidade em movimento, considerando a análise histórica que reflete os modos de vida e desenvolvimento de um povo e de uma cidade. O desafio é mostrar outras possibilidades de perceber a realidade complexa, que no território do tombamento, muitas vezes é confundida com um espetáculo.

A compreensão de mundo que nos inspira nesta tese é aquela fundamentada nas teorias do professor Milton Santos e na reflexão de sua obra. Vale ressaltar a teoria que discute o período técnico-científico-informacional, na qual a técnica e sua racionalidade têm um papel importante para a realização da sociedade.

Para compreender o mundo atual nesse contexto, fez-se necessário pôr em prática a teoria de Santos (2005, p.11), quando diz que "o período presente deve ser estudado como um resultado da evolução". Nessa conjuntura, entendemos que os sítios urbanos tombados do Ceará de hoje são resultados dos processos do uso que a sociedade fez do seu território nos diversos momentos históricos, desde sua formação territorial.

Os sítios históricos tombados são normalmente o primeiro núcleo de desenvolvimento das cidades, que entendemos neste estudo como o núcleo consolidado pela elite. O seu centro urbano pelo tombamento é por muitos percebido, erroneamente, como algo que precisa estar inerte, intacto, como se isso significasse a sua preservação, porém é o uso que justifica sua existência. Concepções dessa natureza nos levam a analisar as rugosidades pelos sistemas de objetos e ações, que levam em conta a função pelo uso.

As rugosidades são resultado de experiências múltiplas e ativas que permanecem pelo tempo. Reconhecemos a partir de narrativas de moradores dos sítios urbanos tombados o que ele significa para os diferentes agentes da sociedade, de que modo eles se sentem parte desse processo.

Muitas teses acadêmicas, além de livros e artigos, já deram valiosas contribuições às pesquisas relacionadas ao patrimônio histórico de cidades. Todavia, não foi encontrado no curso das pesquisas destinadas a esta tese um estudo geográfico mais aprofundado sobre as rugosidades e, na nossa compreensão, é delas que o patrimônio decorre. Assim, refletimos que, no contexto do mundo atual, há ainda muito que se estudar nessa linha de pesquisa.

Em um estudo geográfico, falar de patrimônio como objetos de preservação é muito pouco, se não buscarmos compreendê-lo a partir das categorias de análise geográfica, à luz da sua história concreta. Sendo assim, nos pareceu fundamental distinguir o patrimônio das rugosidades que, com todas as nossas limitações, buscamos aprofundar nesta pesquisa.

Essa compreensão passa pelo reconhecimento dos usos do território que nos permite abordar o debate sobre o sentido da Geografia no entendimento do movimento e das contradições que resultaram nas transformações do espaço. Entendemos que o tema central desta tese envolve, portanto, o conhecimento do que seja o território.

PROBLEMATIZAÇÃO

Árdua é a tarefa do pesquisador, pois a ele cabe a responsabilidade de buscar informações, dados, documentos, mas, sobretudo, sendo geógrafo, cabe a análise crítica diante da sua leitura de mundo.

Chegar a uma interpretação do mundo para compreender a realidade concreta tendo em vista que, nestes novos tempos acelerados, tudo muda a todo instante e, contraditoriamente, há o que permanece, é que nos estimula na busca de um exercício teórico e necessário para se discutir as rugosidades.

Fazemos um esforço para entender de forma contemporânea a essência do processo histórico de formação territorial das cidades com sítios históricos urbanos tombados do Estado do Ceará, interpretando geograficamente as rugosidades resistentes, como forma de entender os processos que resultaram no tombamento de centros históricos de cidades, que nos dão fundamentos para produzir um sistema coerente de ideias.

Para isso, surgem-nos muitas questões a serem trabalhadas que, durante anos, talvez foram (se foram), estudadas com outras visões de mundo, sem a importância geográfica que aqui destacamos, nesse processo em que o patrimônio tombado, assim como outras heranças históricas e culturais expressas no território, significa para nós – rugosidade.

Desse modo, ao passo que a rugosidade se constitui como uma resistência no mundo contemporâneo, existem muitas maneiras de apreendê-la. A herança de um povo que se exibe pelo uso do território também revela práticas que mostram o patrimônio como instrumento de exploração humana, do trabalho humano que vamos discutir mais adiante.

A rugosidade como elemento fundamental de compreensão geográfica nos remete a outras reflexões no movimento do mundo, que exigem um esforço para entendê-las, como as obras arquitetônicas, que nos impressionam sobre as suas formas, mas nos inquietam quanto às suas funções, ao seu uso e à sua verdadeira intenção.

Vale ressaltar que, no geral, as grandes obras arquitetônicas sempre foram utilizadas por um determinado grupo de pessoas, historicamente representado por aqueles que detêm o domínio das riquezas, em contradição às classes menos favorecidas, que historicamente eram apenas mão de obra.

No entanto, cabe entender aqui, para o desenvolvimento do tema que nos interessa, a essência do sistema de ações, que resulta numa diferença visível que deu origem ao processo civilizatório, em que as relações sempre foram distintas, duras e complexas, contrariamente aos discursos, especialmente aqueles que explicam a preservação para o uso de todos.

A rugosidade, pela sua essência, também escancara a violência, a desigualdade, todas as formas de vida nas quais os pobres, os sujeitos da periferia são sempre rebaixados e ignorados pela sua própria existência, indo morar nas áreas mais distantes do centro onde a pobreza se instala pela natureza do uso desigual do território, assim, a distância e as dificuldades de acesso e toda ordem dificultam a participação da vida na área mais nobre e dinâmica da cidade.

A dialética permite pensar no estudo da rugosidade sobre o mundo e, especialmente, sobre o sujeito desse mundo – o ser humano – que concretamente usa e modifica o território, que preside nesta reflexão: qual o verdadeiro sentido dado ao patrimônio, à memória e à preservação, para quê e para quem?

Como nos fala Souza (2014, p. 5),

> Resta-nos saber que espaço humano é esse que a Historia nos reserva e, nele, qual será o sentido de patrimônio e de memória a serem preservados e conservados? Afinal será desse e para esse homem novo o patrimônio a ser conservado e preservado!

A Geografia tem grande contribuição para essa discussão. Parece-nos oportuno, entre tantas questões que surgem, ter uma visão de mundo que possa explicitar por que estudar a rugosidade é importante e que contribuição seu estudo pode ter na ciência geográfica, por ser uma disciplina indispensável para encontrar as categorias de análise de estudo que permitam compreender o uso do território pela sociedade humana.

A Geografia que praticamos, proposta pelo professor Milton Santos, nos permite estudar e compreender o mundo, suas complexidades passadas, presentes e olhar para as possibilidades do futuro.

Com essa reflexão, discute-se na tese: o que a rugosidade tem a nos mostrar sobre os usos do território? Como as rugosidades se revelam pelo uso do território uma possibilidade de compreensão da exploração do trabalho humano? Quais mudanças ocorreram e ocorrem na vida da sociedade, decorrentes do processo de tombamento? Quais os critérios que definem quando algo deve ser tombado? A quem interessa o tombamento? Como a população dessas cidades percebe e vivencia o patrimônio? Como o patrimônio entra na vida social? Que novas possibilidades o tombamento pode trazer? Qual a importância desse estudo para a Geografia?

O esforço de estudar essa temática foi de buscar contribuir e somar no conhecimento das rugosidades e suas paisagens remanescentes no território cearense, que, para alguns estudiosos, permanecem como objetos; mas, para os geógrafos, é um sistema de ação perpétuo, remanescente e dinâmico. Assim, a pesquisa vem

dialogar com as "rugosidades" e os estudos sobre patrimônio[2], preservação[3] e memória[4], trazidos pela história, arquitetura e urbanismo para uma disciplina que tem como objeto de estudo o espaço geográfico.

---

[2] "O patrimônio cultural é, antes de tudo, a reafirmação das identidades culturais dos povos e funciona como mediador entre o presente e o passado." (MORI, 2006, p.141).

[3] "[...] a noção de preservação fundamenta-se na constituição da memória, sendo assim uma abordagem do passado a partir do presente e com vistas ao futuro". (MORI, 2006, p. 98).

[4] "[...] evocação do passado, a sua atualização, conservando na lembrança o que se foi. Para além da memória individual, inserida na dimensão pessoal, há a memória coletiva ou social, registrada nos documentos, relatos e produtos de uma sociedade. (ADAMS, 2002, p. 17).

FUNDAMENTOS DA METODOLOGIA UTILIZADA

A montagem da metodologia de pesquisa não se traduz simplesmente como uma forma de fazer, ou os caminhos a percorrer ou os autores indicados, mas é, principalmente, fundamentada pela concepção de mundo que deve orientar uma pesquisa científica, para que se possa comprová-la com o necessário rigor, a que as análises se impõem.

Começa pelo processo de busca do método, ou seja, o caminho teórico metodológico a ser seguido, especialmente pelas teorias, conceitos e definições que presidem desde o começo.

A pesquisa ocorre quando buscamos analisar, pelo uso do território, o conhecimento do que é a RUGOSIDADE – que buscamos fazê-lo, pelo reconhecimento do Estado do Ceará e seu Patrimônio Histórico, enfatizando especialmente as cidades com Sítios Urbanos Tombados, como Sobral, Icó, Aracati e Viçosa do Ceará.

Neste estudo, as etapas indicadas pelo "estado da arte" do conceito e as teorias sobre o tema nos levaram a uma ordem de ideias, e, para atingir esses objetivos, a metodologia desta pesquisa foi dividida em quatro etapas de organização.

A primeira diz respeito à pesquisa bibliográfica e documental, desde o início como suporte teórico, a partir da elaboração do projeto de tese, logo em seguida ao relatório de qualificação e percorreu até a sua redação final.

Esta etapa teve como objetivo conhecer as teorias referentes à temática da tese e foi realizada a partir de acervos disponíveis nas bibliotecas de algumas das mais importantes instituições universitárias brasileiras, como a Universidade de São Paulo – USP, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Universidade Federal do Ceará – UFC e Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Vale ressaltar a importância da pesquisa efetivada também no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que com dados concedidos a essa pesquisa, colaborou com a nossa empiria. A pesquisa foi também efetivada na sede estadual, situada em Fortaleza-CE, que teve como objetivo conhecer o acervo da biblioteca. Assim como realizamos uma pesquisa no escritório técnico do IPHAN, situado no sítio histórico da cidade de Sobral, na Coordenação de Estudos Urbanos e Gestão do Sítio Histórico (ligada a Secretaria de Cultura municipal), que também abriga uma biblioteca na própria sede do escritório técnico.

A pesquisa nas bibliotecas do IPHAN em Sobral e Fortaleza, bem como a consulta ao acervo eletrônico do IPHAN em Brasília, colaborou sobremaneira para o entendimento do assunto e nos deu mais fundamento teórico e empírico diante do conhecimento de todo o patrimônio tombado do Estado do Ceará. Ressalta-se, o vasto material produzido e publicado sobre as cidades estudadas, disponível para consulta.

Na segunda etapa, também se fez necessária uma pesquisa no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para um conhecimento mais completo sobre as cidades estudadas, o que nos deu condições mais evidentes para realizar a pesquisa de campo.

O levantamento de dados primários e secundários, os documentos e registros em órgão públicos e privados, especialmente as entrevistas realizadas com representantes do poder público municipal, bem como com alguns moradores, nos permitiram comparar a relação dos diferentes setores da sociedade, como convivem cotidianamente com o patrimônio tombado, como o percebem e como é a aceitação dele pelos diferentes agentes.

Para essa pesquisa, foi importante a visita efetivada nos órgãos de planejamento urbano das prefeituras das cidades estudadas, o que deu um salto na fundamentação de nossa análise quantitativa e qualitativa.

Na terceira etapa, foi realizada outra visita ao IPHAN, com o objetivo distinto da primeira visita. Dessa vez efetivamos levantamentos específicos sobre os processos de tombamentos das cidades, materiais concretos e direcionados a cada uma, ou seja, as leis, decretos, instruções de tombamento, que fundamentaram a necessidade da preservação. Além disso, foi elaborada e aplicada uma entrevista com os técnicos das cidades tombadas que colaboraram para a melhor compreensão de nossas análises.

Frente à temática, as descobertas de cada cidade com suas peculiaridades em cada sítio urbano tombado, ou objetos isolados em outros municípios, foram de extrema importância. O que justifica a necessidade de se conhecer o território na sua totalidade, e assim fomos um pouco mais além das quatro cidades e buscamos conhecer por completo o patrimônio tombado cearense.

Reconhecemos que a compreensão dada pelo IPHAN de patrimônio e tombamento não corresponde à totalidade da visão de rugosidade no espaço geográfico, como veremos na tese. As perspectivas de tombamento do IPHAN para este estudo tornou-se mais um dado, uma peça na engrenagem que nos ajuda na nossa compreensão.

No curso da pesquisa, é relevante efetivarmos uma abordagem sobre as outras cidades com bens tombados do Estado, uma vez que decidimos fazer uma radiografia do patrimônio para possibilitar a compreensão do todo na rugosidade cearense.

Por se tratarem de cidades geograficamente distantes e localizadas em regiões distintas, com características diversas, na 4ª superintendência do IPHAN-CE existe para cada uma delas técnicos que são destinados a acompanhar e fiscalizar todos os projetos de desenvolvimento das cidades para resguardar a preservação de cada uma.

Para compreendermos melhor como se dá essa ação, realizamos entrevistas, que foram gravadas, e conversamos com os

técnicos, com alguns moradores e comerciantes do sítio histórico. Entrevistamos Secretários municipais de cultura e planejamento urbano, para isto elaboramos um roteiro de entrevista que abordava aspectos relacionados ao uso pela sociedade e pelo poder público, que também foi efetivada em forma de conversa.

As entrevistas foram transcritas para uso no corpo do texto da tese. Elas são para nós uma ferramenta importante para analisar a atuação dos órgãos de preservação do Estado e dos municípios, que através de seus planos, projetos e programas de intervenções urbanísticas acompanham e cuidam da memória e da preservação dos sítios históricos, frente às políticas urbanas e de preservação.

A montagem da metodologia de pesquisa, no caso desta tese, envolveu o preparo intelectual de sua pesquisadora, dada por sua formação acadêmica, seu preparo técnico e sua experiência em pesquisa ao longo de sua atuação acadêmica.

Assim, na quarta etapa, àquela de escrita da tese, considerando que a Geografia permite uma visão da totalidade, a construção do nosso método considerou a relação indissociável entre a teoria, o instrumental empírico e o instrumental técnico. A indissociabilidade entre esses três elementos foi fundamental, pois eles são a base da estrutura da tese e se complementam entre si.

A realização da proposta sistematizou-se da seguinte forma: para efetivamente contribuir para reforçar um diálogo do estudo geográfico sobre as rugosidades é fundamental antes de tudo conhecer como a Geografia vê esse conceito.

Na construção da tese, os principais conceitos e categorias de análise geográfica que fundamentaram nossa proposta foram: espaço geográfico, paisagem, lugar e território usado. Esses conceitos são fundamentais para entender como se constituem as rugosidades no território cearense e como podemos geograficamente contribuir para ampliar o debate sobre o tema.

Com os recursos tecnológicos, tentamos, dentro das possibilidades que o instrumental técnico cartográfico nos proporcionou, constituir informações espaciais que pudessem melhor exibir o uso do território.

Nesta quarta etapa, como geógrafa, utilizei-me de algumas técnicas de tratamento e análise de dados, com o uso de softwares como o AUTOCAD, SPRING, ARCGIS e MAPINFO. Essas, como outras, são ferramentas necessárias para interpretação dos usos do território.

Valemo-nos de uma organização das informações de forma que o leitor possa melhor interpretá-las, pois, para o geógrafo, a elaboração cartográfica é um instrumental técnico que possibilita uma melhor clareza nas análises interpretativas do uso do território pelas rugosidades, apesar de suas limitações como representação.

Sabemos que qualquer representação pode ser falha, por isso é importante ressaltar que nossa interpretação nesse caso é empírica, decorre da análise territorial, usando a cartografia como instrumento de representação dessa realidade.

A dificuldade vinculada ao campo de estudos teóricos sobre as rugosidades apresentaram-se como um desafio, visto que não foram encontrados estudos dessa natureza de debate, e, dessa maneira, a pesquisa de campo foi uma forma de mostrar situações geográficas que revelaram os objetos e as ações que fundamentaram e traduziram para a ciência as rugosidades no território cearense.

FOTO 1: SOBRAL - IGREJA DO ROSÁRIO DOS PRETOS

Foto: Maria Adélia de Souza/2014.

O terrível é que, nesse mundo de hoje, aumenta o número de letrados e diminui o de intelectuais. Não é esse um dos dramas atuais da sociedade brasileira?

Milton Santos

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Explicar de forma clara e em poucas palavras o resultado de uma pesquisa que defenda uma tese é uma tarefa um tanto difícil para um doutorando, por ser um trabalho longo, que demanda muitos esforços, pois durante o processo de pesquisa, assim como de escrita, houve muitas mudanças, dúvidas, erros e acertos, próprios de uma pesquisa com a importância que é concluir um doutorado.

A tese aqui apresentada desenvolveu reflexões sobre o uso do território cearense no tempo presente, considerando os processos socioespaciais que a história humana nos remete através de suas concretudes evidentes nas suas paisagens oriundas das rugosidades.

Entendemos que para deixar clara a pesquisa é importante definir um recorte territorial do trabalho, pois, durante o processo, esse é um questionamento frequente quando se trata de uma pesquisa em Geografia.

A análise supõe compreender o território usado e as dinâmicas socioespaciais que ocorreram nas cidades de Sobral, Icó, Viçosa do Ceará e Aracati, cidades do Estado do Ceará com sítios urbanos tombados pelo IPHAN a partir do final da década de 1990.

Não obstante, achamos importante conhecer e estudar no contexto estadual os bens tombados em Fortaleza e também em outras cidades do interior. Embora a nossa pesquisa se concentre nas cidades com sítios tombados, já mencionadas anteriormente, a teoria que se discute é relevante e aplicável ao conhecimento do território, portanto, conhecer no Estado outros objetos tombados é igualmente importante na temática aqui estudada.

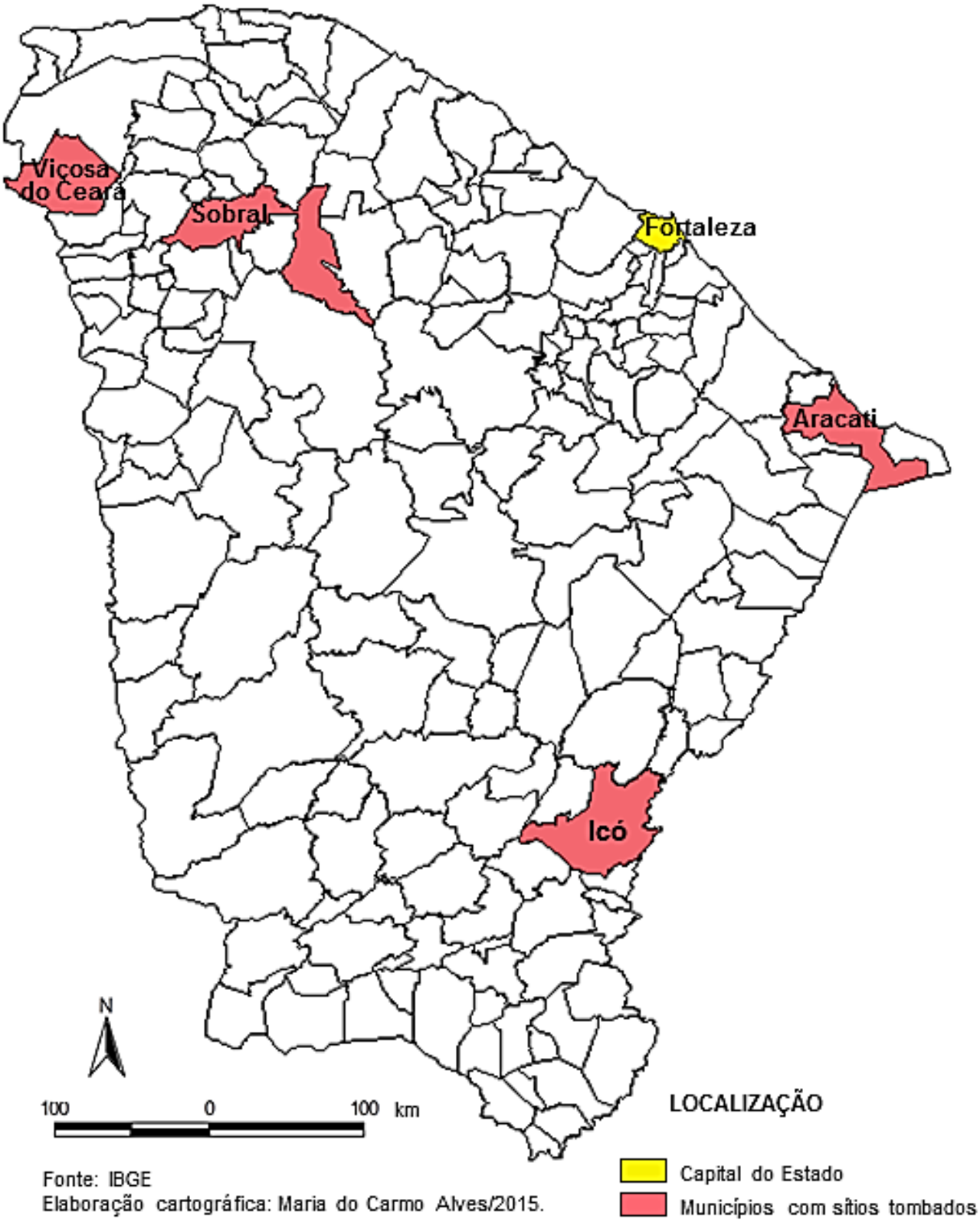
Fundadas entre 1738 e 1773, as quatro cidades a que a pesquisa se refere tiveram seus sítios urbanos tombados entre os

anos de 1998 a 2005, em função dos seus conjuntos arquitetônicos se manterem preservados e da sua relevância histórica e econômica para o desenvolvimento do Estado.

Por estarem localizadas estrategicamente em eixos distintos e dinâmicos (como mostra o mapa 1) de cruzamentos de importantes vias de comunicação colonial, essas cidades possibilitaram a ocupação e o desenvolvimento de municípios e regiões.

Pelas análises, as ocupações nos levam a observar as emancipações que aconteceram na história do Brasil, simultaneamente, em lugares distintos. Alguns questionamentos nos vêm para compreensão das demandas que propiciaram as ocupações nesse período, as quais foram instrumentos que efetivaram a divisão e o uso do território.

Mapa 1: Ceará –Municípios com Sítios Urbanos Tombados.



A criação de vilas e a ocupação de lugarejos aconteceram por motivações diversas e esse processo está associado à relação da espacialidade humana, que em busca de abrigo, riquezas e recursos para a sobrevivência exploraram pessoas e territórios.

Desse processo também decorreu no espaço a organização política, pois a ocupação traz consigo a relação de desenvolvimento e centralidade, como também o estabelecimento das relações com outros grupos.

Nessa pesquisa, compreender a formação territorial das vilas e dos municípios é importante para mergulharmos no conceito de uso, pois as cidades são frutos da realização humana, uma criação que foi sendo moldada ao longo do processo histórico.

É importante compreendermos as transformações ocorridas no território das cidades cearenses que, no presente, apresentam-se em processo de desenvolvimento e passam por profundas mudanças.

Com base na reflexão teórica de Milton Santos, que observa na indissociabilidade contraditória do sistema de objetos, objetos técnicos, e no sistema de ações, as possibilidades para a compreensão do espaço geográfico, analisaremos a dinâmica do território cearense na atualidade.

Santos (2008) nos fala que a história do homem é algo essencialmente dinâmico, cumpre apreender-lhe a totalidade no seio de uma estrutura teórica dinâmica, tal qual na realidade. O autor nos coloca a importância de se compreender a organização espacial, que explica como o espaço social está estruturado, como os homens organizam sua sociedade no espaço e como a concepção e o uso que o homem faz do território sofre mudanças. Para Santos (2008, p. 72), a acumulação do tempo histórico permite-nos compreender a atual organização espacial.

As cidades históricas de Sobral, Icó, Aracati e Viçosa do Ceará desde sua fundação apresentam dinâmicas diferentes, ao mesmo

tempo em que mostram em sua composição encantamento e beleza peculiar, percebidos pela história da sociedade que as constituíram.

As cidades exprimem e carregam nas suas paisagens heranças de um período e de um modo de vida próprio, exibidas na sua arquitetura antiga e trazem consigo, dialeticamente, na sua constituição, territórios que revelam usos diferenciados em que as paisagens não são agradáveis do ponto de vista da miscelânea do belo de uma arquitetura condizente com a proposta do que se quer preservar.

Alguns autores que escrevem sobre o Ceará, como Veloso (2010), enaltecem a sua beleza, desde as primeiras fortalezas, fazendas, aldeias que vieram a florescer neste Estado, belíssimas praias, misteriosas serras e fascinantes sertões, reconhecendo também a delicadeza do trabalho tecido nas rendas e bordados, o talento dos pescadores e cantadores, entre outros, tudo isso se torna belo sob os olhares inspirados. Porém, existem no Ceará realidades e diferenças contrastantes, manifestas na paisagem que também concentra urgências e necessidades de toda ordem.

Percebe-se que nem tudo segue a lógica do belo, do romântico e do idealizador no processo racional da existência humana, pois os usos do território refletem concretamente na sua paisagem a materialidade que restou das ações desiguais realizadas pela sociedade, no uso do território.

A paisagem como produto do trabalho humano é uma materialidade visível, a porta aberta ao trabalho do geógrafo, haja vista que quando a olhamos vemos as diversas formas de uso e percebemos as relações dialéticas do sistema de objetos e ações, ativas e presentes.

Observar as paisagens provoca-nos uma inquietude, pois estas muito nos dizem sobre as nossas vidas, ou seja, de maneira geral, a vida da espécie humana. Os objetos materializados nos instigam a perceber e questionar o presente pelo passado.

Os objetos são produtos das ações e as ações têm intencionalidades e sujeitos que as criam, é isso que buscamos compreender nas rugosidades cearenses, o sentido da ação em processo, que apesar das resistências têm sido modificadas ao longo dos anos por características da sua própria evolução, bem como para atender a diversos interesses.

A partir do tombamento de um conjunto arquitetônico de uma cidade, abrem-se caminhos para novos usos do território que permeiam interesses em diversos setores, como no comércio, nos serviços, no setor turístico, por meio de ações públicas e privadas que são implementadas, sobretudo, para atrair investimentos e fazer a projeção do marketing do desenvolvimento urbano na área dos bens tombados.

Como nos diz Costa (2013, p. 1554), "a imagem criada, discursada e vendida das cidades oculta a essência dessas mesmas cidades, escamoteando, assim, a concretude das condições de existência do cidadão".

As cidades denominadas como "históricas" carregam estigmas de características de um relevante desenvolvimento –socioeconômico ou sociocultural – devido à situação criada em torno do rótulo de patrimônio tombado, desse modo desconsidera a dinâmica e as contradições manifestas na totalidade delas.

Fundamentados nessa visão, buscou-se aqui um caminho de método que possibilitou o estudo das rugosidades pela interpretação real das cidades com sítios tombados, levando em conta as diversas escalas de manifestações da existência, do sujeito das ações, haja vista que tudo tem autoria social. Sendo assim, considera-se os processos em diferentes momentos, os quais nos apoiam na interpretação da realidade que se apresenta, cuja principal preocupação é considerar a noção de espaço geográfico.

Santos (2006, p. 62) define espaço geográfico como "um sistema indissociável e contraditório de sistema de objetos e sistemas

de ações". Trata-se de um conceito abstrato. O espaço geográfico é sinônimo de território usado, de espaço banal[5], o uso do território é revelador da realidade concreta, da história, e escancara as ações desiguais, que nele acontecem e que se expressam através dos objetos geográficos.

Assim sendo, o território usado, o território de todos, o espaço banal de Sobral, Viçosa do Ceará, Aracati e Icó, cidades cearenses com sítios urbanos tombados como Patrimônio Histórico, num contexto das rugosidades, é nosso objeto de estudo.

Estas aparecem no cerne da pesquisa como nosso objeto empírico capaz de contribuir para a reflexão, a compreensão e o diálogo entre as "rugosidades" e os estudos sobre patrimônio, preservação e memória, trazidos pela história, arquitetura e pelo urbanismo.

Cada elemento da paisagem carrega em si, pelos sistemas de objetos e ações, formas híbridas e técnicas, que nos indicam como o território é usado, como, onde, quando, por quem, para que assim possamos na nossa visão de mundo reconhecer as heranças, o desenvolvimento e perceber as ações que dão sentido ao efetivo uso pela sociedade.

Acredita-se que o esforço de método aqui empreendido certamente irá contribuir para se refletir sobre realidades concretas bastante diversas nas cidades cearenses, bem como nos proporcionar condições de perceber diferenças e semelhanças com tantas outras que fazem parte do rol de cidades brasileiras nessa categoria.

---

[5] O conceito de espaço banal é fundamental à renovação da disciplina geográfica, pois exige um esforço de análise do espaço como totalidade. É definido por Milton Santos, a partir da ideia de F. Perroux, que advoga: "[...] além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns" (SANTOS, 1994b, p. 16).

Entretanto, não é objetivo desta fazer nenhum estudo comparativo, mesmo que em nível de conhecimento ou informações ao longo da tese sejam citados alguns exemplos. Aqui, todavia, o foco está no entendimento das características peculiares das quatro cidades cearenses estudadas.

A necessidade de produzir um conhecimento sobre esse processo de constituição das rugosidades, é o que nos leva a refletir como o Ceará, na perspectiva da preservação, se insere dentro do contexto dos novos sistemas de ações e objetos das cidades patrimônio.

O espaço geográfico hoje se nos apresenta como meio técnico-científico e informacional carregado de ciência, técnica e informação. Ele nos dá a possibilidade de reconhecer os territórios, sua dinâmica e analisar os diferentes usos, que nos permite a compreensão do mundo, essa totalidade em movimento.

Durante o processo da pesquisa, consideramos esse estudo um desafio por três razões: primeiro porque é um tema importante para a Geografia, pois está diretamente inserido na dinâmica da vida da sociedade, além disso, é uma discussão não aprofundada pelos geógrafos brasileiros; segundo porque as rugosidades não permanecem no passado, elas são o passado presente e ativo e dizem respeito à vida das pessoas; e, terceiro porque abrem-se novas possibilidades para proporcionar um debate com outras disciplinas que abordam o assunto a partir de um outro prisma.

Aqui mostraremos conforme nossa hipótese, como as rugosidades exibem e fundamentam pelo uso do território os processos de preservação, memória e patrimônio, e como geograficamente ampliam seus significados socialmente produzidos.

A justificativa da escolha se deu por vários motivos, entre eles o fato de sua pesquisadora ser geógrafa, cearense e perceber nessas cidades características complexas desse período, repletas de contrastes na paisagem e nos modos de vida de seus habitantes. A

Geografia como ciência do presente nos revela um território segregado e seletivo, marcada por interesses e por práticas na constituição das paisagens feitas pela sociedade, passíveis de observação empírica no semiárido nordestino.

A pesquisa não se reduz a um simples estudo de caso, visa preocupações maiores, com o método e especialmente com os processos, mas também deseja compreender como dialogam com o significado de memória e patrimônio socialmente produzidos no tempo presente, no qual as rugosidades geográficas também são possibilidades.

Ao estruturar uma teoria e produzir interpretações de um modo de ver as cidades tombadas, pretende-se fazer uma leitura da realidade concreta e social, ou seja, buscar através do conhecimento de sua materialidade, ver como suas formas visualmente se mostram na paisagem ao ponto de nos permitir interpretá-las pelos processos vividos pelos seus habitantes.

As análises não dependem somente de perceber as formas, mas da visão de mundo do pesquisador, que este seja capaz de absorver os verdadeiros sentidos que as diferenças e contradições exibem pelo uso do território ao ponto de nos fazer sentir o significado dos lugares, dos objetos e das ações, pela dinâmica que dá sentido à vida.

A escolha da temática decorreu de uma continuidade de estudos sobre o uso do território, e também guiada por entendermos que as rugosidades ocupam um lugar central nas sociedades contemporâneas, por serem testemunhos da História humana. Nas palavras de Kosik (2010, p. 11), "o mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens".

Tentar fortalecer o debate geográfico sobre o que se denomina rugosidades, atribuições que assumimos nesta tese, mesmo reconhecendo nossas limitações, é tentar compreender um pouco

como o mundo se torna concreto e como, corroborando com Prigogine (2002 [1998], p. 51), vamos todos na mesma direção, já que "a flecha do tempo é a prioridade comum a tudo que existe no universo".

O período histórico presente e o meio geográfico, observados pelo cotidiano nas cidades, são condições da vida em sua totalidade.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir com aqueles que buscam conhecer no território cearense e suas contradições ações comuns nas cidades brasileiras, especialmente nas cidades tombadas como patrimônio histórico.

Dessa forma, é significativo compreender a relação intrínseca que há entre a sociedade, as cidades e a história, concretizada no espaço geográfico através do sistema de objetos e ações, que se revelam na materialidade como no traçado das ruas, nos edifícios que, pelo uso, resistem ao tempo, nos monumentos históricos e artísticos que justificaram o tombamento, nas praças públicas e parques que animam a vida social, mas também na música, na dança, na literatura produzida, enfim, nos equipamentos urbanos presentes em seu território e, sobretudo, no que dá sentido à realização da vida.

Se olharmos por esse panorama, certamente podemos perceber a cidade como uma rugosidade, ela é o resultado concreto do trabalho e das relações humanas. Buscar conhecer os conceitos de rugosidades é buscar conhecer a história vivida pelas sociedades. É fazer também um grande esforço científico para pensar e entender os processos que se manifestam na sociedade atual como resultado do que resistiu ao tempo.

Entretanto, diferentemente da rugosidade, o patrimônio tombado é geralmente aquele que considera que cidades históricas são as que possuem notável acervo arquitetônico de um passado remoto, na maioria dos casos, identificado com o período colonial de

nossa história, cuja maior expressão estética foi o barroco dos séculos XVII e XVIII.

Conforme nos fala Souza (2007, p. 237),

> [...] a política de preservação oficial levada a cabo pelo poder público que elegeu o barroco colonial como o único estilo estético-arquitetônico digno de preservação e excluiu-se, num primeiro momento, outras expressões culturais do universo do "patrimônio histórico e artístico nacional" isso contribuiu, também, para uma postura de descaso e omissão das elites políticas e agentes governamentais locais com a preservação do patrimônio histórico [...].

Nesse sentido, percebe-se que o que a política de preservação sempre considerou como importante no ato de se preservar eram os monumentos que simbolizavam os modos de vida da classe dominante, traduzidos pela estrutura e o modelo arquitetônico dos imóveis que representava um estilo construtivo de valorização. Em contrapartida, as outras expressões, que dizem respeito a culturas das classes mais populares, não eram considerados objetos passíveis de preservação.

Desse modo, o uso do território como patrimônio tombado nas cidades cearenses, nos últimos anos, nos leva a entender que esse processo é político e traz consigo as exigências dos sistemas normativos, que é seletivo.

Em contrapartida, a rugosidade se traduz de forma diferente, ela vai além dessa estrutura política seletiva, é pensada e percebida através do sistema de objetos e ações dos vários agentes que constroem o sentido de cidade e seu patrimônio.

Desse modo, a rugosidade percebida através do sistema de objetos e ações nos mostra nesse conjunto de cidades tombadas as diferentes manifestações históricas e culturais, as que são vistas e consideradas passíveis de preservação e as que não têm importância

do ponto de vista da política, como a história e valorização do trabalho humano, que lhe deu origem.

Nesse sentido é que comprovamos e reafirmamos que as rugosidades exibem no uso do território os objetos geográficos passíveis de preservação, pois ampliam o significado de memória e patrimônio socialmente produzidos, como discutimos na nossa hipótese.

Entendemos que a rugosidade revela no contexto da ciência geográfica ao longo do processo histórico significados e diferenças, além das manifestações de um modo de vida dominante – como foi inicialmente a política de tombamento–, mas também considera as manifestações da cultura na sua totalidade dando relevância à vida e às experiências da sociedade.

O desafio de estudar as rugosidades tendo como foco o Estado do Ceará, através do seu patrimônio histórico tombado diante do conhecimento do uso do território, remete-nos a uma olhada nos processos socioespaciais que nele se revelam. É necessária uma análise prévia das condições atuais, de forma a compreender os processos que modificaram ao longo do tempo a formação territorial, o uso do seu território e a importância da preservação para todas as gerações.

Com o intuito de facilitar essa compreensão nesta tese, optamos por uma metodologia que considera no método de pesquisa, a formação territorial e o uso do território, valendo-nos das proposições teórico-metodológicas da Geografia nova.

A elaboração cartográfica foi um instrumental técnico utilizado para nos dar uma melhor clareza nas análises interpretativas do uso do território, valendo-nos da cartografia temática e digital. Apesar de termos ciência de que a cartografia tem suas limitações como representação, ela é uma ferramenta útil e necessária ao trabalho do geógrafo, pois é necessário entender a teoria que está por trás e o que ela traz para a compreensão da totalidade.

Esta tese, portanto, apresenta-se como um esforço de alcançar a partir da Geografia uma compreensão teórica e empírica das rugosidades das cidades com sítios urbanos tombados como patrimônio histórico do Estado do Ceará na atualidade. Resta-nos conhecer o que a história nos reserva e, qual será o sentido de patrimônio e de memória a ser preservado sobre o território e o processo histórico de uso e ocupação tal como o entendemos, ou seja, o território e seus usos, são elementos fundamentais, para interpretarmos as rugosidades.

Diante do exposto, e para atingir os objetivos esperados, a tese, está estruturada em três partes.

A primeira parte, intitulada **Território: Usos e Rugosidades**, nos capítulos 1 e 2, traz uma discussão geográfica sobre os usos do território, sobre a formação e o papel da técnica na compreensão das rugosidades constituídas, a partir do lugar.

A segunda parte da tese, intitulada **Patrimônio, Preservação e Memória: Concepções de Rugosidades**, nos capítulos 3 e 4, ocupou-se em discutir as questões do Patrimônio Histórico ao redor dos objetos e ações; e nessa parte, a técnica tem um papel importante: trazer à discussão alguns conceitos, retomar algumas reflexões e analisar questões que sustentam nosso recorte teórico e metodológico; uma vez que entendemos que o tombamento e a preservação são oriundos das rugosidades.

A terceira parte, **Ceará e Rugosidades**, nos capítulos 5 e 6, direciona a discussão para as questões das cidades cearenses tombadas, assim como outros bens tombados no Estado. Aqui fazemos um esforço, do ponto de vista geográfico, para mostrar que as rugosidades dão subsídios para a análise e conhecimento do território, por fornecerem pistas do que foi o passado, e como se revelam no presente, tendo como pano de fundo as relações que se davam no território e que permitiram a criação das cidades.

O propósito foi tratar, de modo geral, os temas de patrimônio histórico sob o método geográfico das rugosidades, que, para nós, como pensada na nossa hipótese, exibem no uso do território os objetos geográficos passíveis de preservação, da ação do homem, e do trabalho humano nesse processo, pois ampliam os significados de memória e de patrimônio socialmente produzidos.

Nesse caso, com esta pesquisa, também se deseja trazer uma contribuição para a reflexão dos estudiosos e pesquisadores da temática, ampliando a forma de compreensão pelo uso do território; para que assim possamos dialogar com historiadores, arquitetos, urbanistas, preservacionistas, entre outros; especialmente pelo privilégio que a Geografia nos dá de entender, de forma contemporânea, a essência do processo de formação territorial pelas rugosidades.

A tese traz um esforço de uso e definição dos conceitos que balizam a discussão, e apresenta a rugosidade fundamentada no conceito de espaço geográfico, proposto na obra do professor Milton Santos, que foi nossa maior orientação para o entendimento teórico-metodológico da pesquisa.

FOTO 2: SOBRAL – CASA DA CULTURA

Foto: PMS/SD.

"Deixamos algo de nós para trás ao deixar um lugar. Permanecemos lá, apesar de termos partido. E há coisas em nós que só reencontraremos ao voltar. Viajamos ao nosso encontro, quando vamos a um lugar onde vivemos parte de nossa vida por mais breve que tenha sido.

Peter Bieri e Mercier Pascal

PRIMEIRA PARTE

TERRITÓRIO: USOS E RUGOSIDADES

CAPÍTULO 1

AS RUGOSIDADES E O TERRITÓRIO BRASILEIRO

A primeira parte da tese tratará de entender o território e a busca de fundamentos para explicação das rugosidades constituídas geograficamente. Essa possibilidade nos é dada pela compreensão do processo histórico no espaço geográfico, visíveis nas paisagens. Discutiremos como as rugosidades se remetem à história humana, tal como ela historicamente se forma através do sistema de objetos e ações. A rugosidade como tema central do nosso recorte, pode ser compreendida também a partir do lugar como "acontecer" e os usos do território, utilizando-se do método geográfico. Mostraremos como a compreensão da rugosidade pode ser esclarecedora quando se pretende analisar os processos passados como presente ativo.

CAPÍTULO 1

AS RUGOSIDADES E O TERRITÓRIO BRASILEIRO

Enfrentamos aqui a difícil tarefa de, através da Geografia, estudar as rugosidades; tema pouco explorado pelos geógrafos brasileiros, em que se espera desenvolver uma pequena teoria que possa ajudar a compreender a realidade, buscando compreender as formas de utilização do território pela sociedade, no tempo presente.

Nesse sentido, procuramos apreender a rugosidade, pela constituição do território e seu processo histórico, pelos usos que o território nos revelam, e escolher um caminho de método que leve em consideração o tempo, o trabalho humano e as técnicas, que consolidam a manutenção e a qualidade das vidas humanas.

Para o geógrafo, estudar a rugosidade, numa disciplina que nos permite a análise da totalidade-mundo e nos remete ao conhecimento dos usos do território, é um privilégio. Especialmente, por que isso só é possível quando buscamos outras formas de compreendê-lo, mediante reflexão de sua essência.

A nosso ver, essa possibilidade nos é dada pela compreensão de espaço geográfico, pois o entendimento das rugosidades do território cearense vai muito além da limitação que é a compreensão de que este é proveniente das ações humanas, pelo processo histórico que, como herança, exibe seus objetos, suas espacialidades e as ações que nele aconteceram, sendo também um elemento explicativo da situação presente.

Portanto, para aprofundar essa reflexão das rugosidades nossa compreensão norteadora é aquela fundamentada na teoria proposta pelo professor Milton Santos (2006, p. 62), que define o objeto da Geografia, ou seja, o espaço geográfico, como "um sistema indissociável e contraditório de sistema de objetos e sistemas de ações".

Trata-se de um conceito abstrato. Para o autor, o espaço geográfico é sinônimo de território usado, de espaço banal, ou seja, o uso do território é revelador da realidade concreta, da história, e escancara as ações desiguais, que nele acontecem e que se expressam através dos objetos geográficos. Sendo assim, a rugosidade, por estar no cerne desse conceito, nos permite perceber essas ações materializadas, através do uso do território.

O território e suas particularidades apresentam-se como um verdadeiro laboratório em escala real. Observá-lo nos convida à reflexão sobre as transformações na organização do espaço motivadas pelo uso, pelos progressos técnicos nas formas de conhecimento da paisagem e de sistema de movimento da sociedade, que pode ser apreendido pelas rugosidades, a qual se aproxima do conceito de prático-inerte sugerido por Sartre, que traz a noção de movimento inseparado da inércia, pois entendemos que são indissociáveis no espaço.

Dialeticamente, ao entendermos o espaço geográfico como um sistema de objetos e ações, pode-se fazer uma associação para compreender a reflexão de prático-inerte, sugerida por Sartre ao se referir ao trabalho e às ações humanas sobre os objetos inertes, que são ao mesmo tempo condicionadoras e condicionantes das ações sobre eles.

Para Sartre (2002, p. 359),

> Os objetos sociais (dou esse nome a todos os objetos que têm uma estrutura coletiva e que, como tais, devem ser estudados pela sociologia) são, no mínimo,

> pela sua estrutura fundamental, seres do campo prático-inerte; portanto, seu ser reside na materialidade inorgânica na medida em que, nesse campo, ela é, por sua vez, prático-inerte.

Milton Santos (2006, p. 140) dialoga com essa ideia, quando nos fala que "o processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas". O autor se refere aos processos que participam da categoria de prático-inerte nas práticas depositadas nas coisas, que dão condição de práticas sempre renovadas, como um porto, uma estrada, mas ainda a densidade, a distribuição da população, entre outros, que também participam dessa categoria.

Cada momento da história traz consigo as condições que propiciam o desenvolvimento de ações provenientes de práticas anteriores, incluindo entre estas as formas materializadas e a herança, que representam um tempo passado nem sempre visível na materialidade.

O espaço geográfico, historicamente materializado pelo uso do território, se expressa pela paisagem; e nessas circunstâncias, ela nos ajuda a constatar a rugosidade que está escancaradamente visível pelos usos.

Vale lembrar que Santos (2006, p. 140) "chama de rugosidade o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares".

Nesse contexto,

> [...] As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados. (SANTOS, 2008, p. 173)

Para o autor, paisagem e espaço não são sinônimos, "a paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima". (SANTOS, 2006, p. 103)

A paisagem é o produto do trabalho humano, o que nela representa um tempo do passado nem sempre é visível com o decorrer do tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas ao conhecimento se dá como um conjunto de objetos reais-concretos.

> Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc. (SANTOS, 1997, p. 61)

Com o uso do território, a paisagem natural passa por mutações, que podem ser estruturais ou funcionais, tornando-se muitas vezes paisagem artificial e resultado do trabalho vivo sobre o trabalho morto. Santos (2008) ressalta que, ao passarmos numa grande avenida em diferentes horários, contemplamos paisagens diferentes graças ao seu movimento funcional. A rua, a praça e o logradouro funcionam diferentemente, segundo as horas, os dias da semana, as épocas do ano; enfim, quando a quantidade de técnica é grande sobre a natureza, o trabalho se dá sobre o trabalho.

Pode-se citar como exemplo dessa animação, as cidades cearenses com sítios tombados, onde há um movimento de vida diferenciado, haja vista que nas zonas históricas há um uso mais efetivo e seletivo, resultado de investimentos nas ruas, nos imóveis públicos e privados, nos espaços de lazer. Porém, como nos diz Costa (2013), o movimento histórico contém a cidade em movimento, espaço de vivência e de sentidos, de acúmulo material e de símbolos que guardam o sentido da existência.

No contexto da dialética do uso do território é que podemos identificar, na paisagem como se deu a constituição das rugosidades, segundo a lógica das ações da sociedade sobre os objetos. Isso também é percebido pela compreensão do ambiente construído e constituído e pelo patrimônio herdado, que são as formas geográficas da rugosidade.

Buscar uma pequena teoria sobre o processo de rugosidade, no nosso caso, nas cidades cearenses, não é uma tarefa fácil, requer sua interpretação concreta da realidade e da vida nos lugares.

Santos (2006) já nos falava que ao geógrafo cabe, sem dúvida, propor uma visão totalizante do mundo, mas é indispensável que o faça a partir da Geografia. Santos (2006, p. 114), abordava essa importante questão ressaltando que,

> Para isso, a primeira tarefa é a construção de uma filosofia menor, isto é, uma metageografia que ofereça um sistema de conceitos capaz de reproduzir, na inteligência, as situações reais enxergadas do ponto de vista dessa província do saber.

Nesta pesquisa, a primeira tarefa, sem a qual o requisito da pertinência não seria atingido, foi circunscrever com rigor o nosso objeto de trabalho, a saber, estudar as rugosidades no território cearense.

O caminho encontrado foi aquele a partir da categoria de análise do território usado, sobretudo, nas cidades com sítios urbanos tombados. Como nos diz Costa (2011), são raríssimos os trabalhos sobre rugosidades no território brasileiro, especialmente na Geografia, o que nos motivou a estudar e aprofundar a discussão iniciada por Santos.

Para Costa (2011), discutir o processo de rugosidade na Geografia, no momento em que pouco ou nenhum grupo de pesquisa ou pesquisador isolado trata do assunto, é buscar considerar dialogar com aqueles que sempre estudaram sobre o assunto, como os arquitetos, os historiadores, entre outros. Porém, a interpretação,

enquanto totalidade que constitui o espaço geográfico, somente pela Geografia se faz possível.

Dessa forma, o território usado é a chave para compreender as rugosidades no presente, pois revela, a cada momento histórico, possibilidades de dinamização dos lugares, mostrando um território ativo. Este reflete tanto as ações passadas como as do presente.

É por isso que, ao analisar a ação humana na história, é preciso distinguir o que contribui para criar as rugosidades, ou mesmo para reforçar as que já existem. Nas paisagens, elas mostram tanto das ações passadas como das atuais e nos dão pistas para perceber algumas ações futuras.

Iluminados pelas reflexões de Sartre (1905-1980, p. 198) de que "o futuro governa o presente na medida em que esse futuro identifica-se rigorosamente com o passado", temos buscado compreender as rugosidades como um elemento importante, de remanescência natural, material e social.

O território usado com suas complexidades, entre outros aspectos, se constitui pelo sistema de técnicas; e a técnica é um elemento que representa como o território se transformou ao longo do tempo, trazendo a ele novos usos, novas ações, novas manifestações a cada período de evolução.

Sabemos que a principal forma de relação entre o homem e o meio é dada pela técnica. O uso do território pela técnica cria o meio hoje denominado técnico-científico-informacional. Esse é outro conceito teórico importante para a compreensão da rugosidade, pois, sem dúvida, a técnica é um elemento importante de explicação das dinâmicas da sociedade e dos lugares. Como diria Santos (2006, p. 43), "através dos objetos, a técnica é história no momento da sua criação e de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas e geográficas)".

Santos (2006) classifica a história do meio geográfico em três etapas que ele chama de meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional. Para Santos, alguns autores preferirão chamar meio pré-técnico em lugar de meio natural. Para Santos (2006, p. 234), "a própria ideia de meio geográfico é inseparável da noção de técnica".

As técnicas nos dão a condição de sistematizar e qualificar, pelo tempo, a forma precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalharam ao longo da história. Ela é um subsídio para nosso entendimento da rugosidade nesta contemporaneidade, pois possibilita ampliar a compreensão e os estudos sobre esse tema de pesquisa.

Ortega y Gasset (1963) dá uma colaboração para entendermos a técnica como oriunda da raiz fazer, aparelhar; como habilidade e manipulação da produção de objetos. Entendemos que a técnica, nessa pesquisa, será associada às rugosidades, por estar ligada à própria história social do homem, pois nasce das necessidades humanas para se desenvolver.

Para esse autor, técnica é a própria ação ou atividade prática, enquanto aplicação de um conhecimento, portanto é um conjunto de habilidades cujo auxílio permite o uso da natureza para fins humanos, e ainda ressalta o espírito inventivo que na natureza é característica pertencente ao homem (Ortega y Gasset, 1963).

Citemos novamente Ortega y Gasset (1963, p. 17), quando diz que "a técnica é o contrário da adaptação do sujeito ao meio, posto que é a adaptação do meio ao sujeito". Na evolução da técnica, expressa-se o passado e o presente da humanidade.

Por isso, reafirmamos que a técnica é uma variável importante para entendermos a rugosidade, uma vez que ela progride juntamente com a história humana, pois o homem, como inovador, consegue através dela obter aquilo que deseja e necessita.

Santos (2006) nos traz a discussão sobre o papel que as técnicas alcançaram na produção da história mundial a partir da revolução industrial, atribuindo a esse momento um marco definitivo de desenvolvimento pelas transformações consideráveis na vida humana. Entendemos que, de todas as formas, a técnica está associada ao desenvolvimento, seja da sociedade ou mesmo da constituição do território em todas as escalas.

Discutir a constituição do território brasileiro é considerar a questão das técnicas. Como nos diz Ortega y Gasset (1963), a técnica é a tática da vida, desse modo, o conhecimento da sucessão dos sistemas técnicos, em qualquer momento da vida humana, é essencial para o entendimento da estruturação e articulação dos territórios.

Para o autor, uma teoria da técnica exige uma teoria da vida humana, sem a qual o entendimento não seria possível. Isto porque a técnica está presente no desenvolvimento da humanidade, não se limitando apenas à produção de objetos como recursos à manutenção material da vida, mas também quando traz a possibilidade de satisfação a outras necessidades como o conhecimento, o saber, a arte, sobre o ser e a realização da vida do homem.

Novamente Ortega y Gasset (1963) traz a reflexão de que a técnica não é o que o homem faz para satisfazer as suas necessidades, mas é a reforma da natureza feita através dos atos técnicos. Entendemos como a contribuição da técnica é importante para realizar um plano de atividades que nos permita, pela sua capacidade humana, assegurar sua existência.

Discorremos brevemente sobre o espaço e também sobre a técnica, por considerarmos seu entendimento e sua evolução fundamentais para se entender as rugosidades como o resultado das relações do homem como ser ativo e transformador da natureza pelo uso do território.

Sartre (1905-1980, p. 148) considera que "é necessário acompanhar o movimento que engendra a vida a partir da matéria, o homem a partir das formas elementares da vida, a história social a partir das primeiras comunidades humanas".

Inspirados nas ideias do autor, entendemos que as rugosidades remetem-se à história humana, com suas relações, suas ações, a relação com seus objetos, tal como se forma no movimento concreto. Assim, é testemunha das manifestações de um momento do mundo, aquele das sucessivas divisões territoriais do trabalho, em que o momento se cristaliza, se materializa para tornar-se uma herança para toda a sociedade.

Numa análise geográfica, propõe-se então, como definição de rugosidade, a compreensão desta como o princípio que ocupa um lugar central na origem das sociedades, é a chave para entender o tempo presente, como um elemento geográfico de explicação da sociedade e da constituição do uso território através do tempo passado.

Encontramos no decorrer da história metamorfoses sofridas desde sua ocupação, sobretudo, para atender às formas de sobrevivência da sociedade. O conhecimento do uso do território tornou-se indispensável, dada sua importância, especialmente nos processos de formação social.

No caso das cidades cearenses, as rugosidades se constituem diferentemente na configuração territorial[6] cearense, decorrente da sua localização, da sua constituição em cada período histórico, ou de acordo com o atual momento da sociedade, que modifica e redefine seu uso, pelas necessidades das pessoas, das instituições e dos interesses da política.

---

[6] Configuração territorial é o território mais o conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou objetos artificiais que a definem. (SANTOS, 2008. p. 83).

Vale ressaltar que não cabe aqui reconstruir a história da ocupação do Ceará, menos ainda descrever os sistemas técnicos que incorporam o uso do território, seu objetivo não é histórico e sim geográfico, então nosso esforço é reconhecer o conjunto de possibilidades de ação desses objetos demonstrados no uso do território. O espaço geográfico como um sistema de objetos e sistema de ações nos dá a possibilidade, pelo uso do território, de interpretar as rugosidades a cada período.

Entretanto, a noção de rugosidade que estudamos no território cearense vai muito além de entender o passado, acumulado de histórias. A história das cidades, na nossa análise, tem um significado ativo, apesar da materialidade, o significado é visto pela essência, o concreto revela o sentido abstrato.

A essência da cidade é dada pela sociedade que usa o território, modifica suas paisagens e, no contexto da vida, constrói sua história; sejam estas na política, na economia, nas controvérsias das questões urbanas, mas, especialmente, pela complexidade das abstrações de suas emoções na concretude que o território nos impõe.

Com essa análise, podemos lembrar o que nos diz Costa quando fala da cidade como um produto de um processo histórico.

> [...] toda cidade é histórica, toda cidade é produto de um processo histórico e as "rugosidades" presentes atestam essa assertiva que pode ser elucidada na busca da compreensão da "cidade histórica" como particularidade singular "reconstruída" no presente, ante a totalidade. (COSTA, 2011, p. 60)

Cada período histórico traz impresso nas paisagens que produz, os objetos geográficos como resultado da acumulação do trabalho humano, pois a herança do passado se faz presente, e diz respeito ao conjunto das ações que nos possibilitam a compreensão do espaço geográfico.

Ao pesquisar sobre a constituição do território cearense, analisamos o passado como presente, pois, conforme Santos (2008, p. 189), "[...] o espaço ainda no presente é também futuro, pelo fato da finalidade já atribuída às coisas". Ou, como disse Sartre (1905-1980), é necessário acompanhar o movimento da vida e a história social a partir das primeiras comunidades humanas.

Tais características, que nos remetem à história das cidades cearenses pelos processos de tombamento do Patrimônio, é o que motiva esta pesquisa sobre as rugosidades. Haja vista que elas estão relacionadas com a ocupação e o uso do território, e este nos mostra os usos contraditórios, o que fundamenta o entendimento das diferentes paisagens existentes, não somente das cidades tombadas do Ceará, mas, certamente, em todo o território brasileiro.

Sobre uma análise geral, sabe-se que a ocupação do território brasileiro teve, em suas origens, caráter exploratório, visando a obtenção de lucro, conforme nos fala Prado Júnior (1989); eis aí um dos motivos que explicam as diferenças percebidas no território, que exibe nas suas paisagens o resultado das desigualdades socioespaciais.

Não obstante, sobre a história da constituição da sociedade brasileira, Darcy Ribeiro (1998) escreveu em sua marcante obra O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil, a partir da necessidade de criar uma teoria sobre a sociedade brasileira. Com ousadia, o autor propôs uma teoria da história, que nos situou na constituição da história humana brasileira.

Nas palavras do autor, "[...] Surgimos da confluência, do entrechoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos". (RIBEIRO, 1998, p. 19)

O parágrafo acima descreve que a sociedade brasileira é formada pelas variantes da versão europeia e lusitana, bem como misturada aos "coloridos herdados dos índios americanos e dos

negros africanos" (RIBEIRO, 1998, p. 19), o que explica a pluralidade da cultura do nosso povo. A esse respeito, é interessante refletir sobre o que diz Martins (2006, p. 14).

> A respeito da pluralidade de culturas dessa formação da sociedade brasileira, merece destaque, como demonstração da mudança ocorrida a partir do primeiro quartel do século XIX, o reconhecimento de outras etnias, além dos brancos e índios, na formação brasileira, em algumas passagens literárias, como: a ausência de personagens negros na obra de José de Alencar, nomeadamente, em O Guarani; a obra de Aloísio Azevedo denominada O Cortiço, em que a personagem João Romão, português, exemplar típico da raça branca, demonstrando sua estagnação social ao se relacionar com uma mulher de cor e, depois, sua ascensão social ao trocar a mulher mestiça por uma outra da raça branca; e, ainda, demonstração do reconhecimento da participação mestiça na formação brasileira, a obra de Gilberto Freyre, Casa-grande e Senzala, que transforma a negatividade do negro ou mestiço em um elemento positivo na formação dos contornos da identidade nacional.

A realidade do processo de uso do território brasileiro é amplamente marcada pela cultura senhorial, conflitos de natureza socioeconômica, poder oligárquico, racismo, exclusão social, entre outros acontecimentos que reproduziram os mecanismos de poder que mantêm a velha estrutura de classe, excludente.

O processo de formação do povo brasileiro, pela confluência de índios, negros e brancos, foi uma das características marcantes do povoamento do território brasileiro.

Isso justifica tamanha diversidade encontrada no território brasileiro, onde ainda existem fortes influências dessa sua formação, que se apresentam como rugosidades em sua extensão territorial.

Na extensão territorial brasileira, iremos encontrar, como enfatiza Santos (2008), um território fisiograficamente diferenciado, com a presença de uma variedade de sistemas naturais e sociais, sobre os quais a vida se foi fazendo, de forma também diferenciada.

Em uma de suas análises, Santos (2008) considerou que a partir das heranças, das solicitações a cada momento do passado, e da participação das diversas parcelas do país nas lógicas econômicas, demográficas e políticas contemporâneas se produz o verdadeiro mosaico de regiões que atualmente constitui a formação socioterritorial brasileira.

Nesse processo, o Brasil apresenta acumulação histórica presente em seu território visível através dos usos. Santos (2008, p. 250), a esse respeito, explica que "em todos os casos, as rugosidades, isto é, as heranças, têm um papel importante, porque constituem condições para a implantação de novas variáveis".

No intuito de percorrer o processo de constituição do território brasileiro, as rugosidades se apresentam como reflexão essencial para a discussão, pois se manifestam de muitas formas concretas e abstratas, no território praticado.

Entender e interpretar a intrincada rede de relações complexas no uso do território e, sobretudo, do território cearense no contexto da preservação de cidades, nesta atualidade, é o que se buscou fazer nesta pesquisa.

Assim, acreditamos que a análise que se fez das rugosidades, como expressão material e imaterial do tempo no espaço, uma vez que ela existe como produto da práxis da sociedade usando o território, seja capaz de explicar cada importante momento histórico do território usado pela sociedade, para entender o mundo de hoje.

Neste sentido é que buscamos, pela compreensão do seu conceito, dialogar com os outros trazidos principalmente pela arquitetura, na certeza de que estes possam contribuir para ampliar o diálogo, assim como o conhecimento do espaço geográfico.

Rugosidade é um tema instigante, de grandes controvérsias na Geografia brasileira; uma vez que, como se aprecia nessa pesquisa, a questão se torna mais complexa quando os estudos pairam sobre um

pequeno núcleo urbano interiorano, muito diferente de cidades e capitais com maiores destaques, investimentos e marketing urbano[7].

A partir de fundamentos teóricos, técnicos e empíricos, nossa tese é confirmada quando entendemos que as rugosidades, pela amplitude do seu conceito, exibem no uso do território, objetos geográficos passíveis de preservação e, mais do que isso, elas ampliam o significado de memória e patrimônio socialmente produzidos, pois neste reflete a herança do passado, e esta interfere, nas ações do presente, os desafios de entender as rugosidades como reminiscências materiais, naturais e sociais.

Para ampliar um pouco nossa reflexão a respeito do entendimento da rugosidade a partir dos usos e da constituição do território brasileiro, se fez necessário introduzir a compreensão da constituição do território cearense. O conceito de território usado introduz, pelo uso, o entendimento do conceito de lugar, como veremos a seguir.

[7] Marketing Urbano, tema bem trabalhado por Wainer (2003).

GEOGRAFIA – O OLHAR DA CIDADE PELO LUGAR

Existem muitas formas de ver e perceber a cidade, pois nela se processam a vida humana e todas as ações. A partir da noção do espaço geográfico como um sistema indissociável de sistema de objetos e sistema de ações, podemos analisar as dinâmicas que nos permitem entender a constituição do território usado e sua materialidade.

Santos (2006) nos fala que "a Geografia é uma ciência da ação, e a ação se dá nos lugares". Entendemos que o lugar é o espaço da ação, "é o depositório final, obrigatório, do evento" (Santos, 2006, p. 144).

Na geografia, a compreensão do conceito de lugar nos possibilita refletir sobre os eventos passados e presentes ocorridos no território. Estes revelam os processos de desenvolvimento de sua formação territorial, resultante dos sistemas de ações.

Assim, pelo movimento da vida, as ações estão constantemente se refazendo. Desse modo, encontraremos tantos lugares quantos forem os aconteceres se dando num dado momento da história.

O lugar nesta pesquisa aparece então com uma dimensão importante para a compreensão do real, pois, como é discutida por Santos (1999), está ligado à resistência, à força que se materializa, existindo manifestação de elementos novos e velhos, observados a cada momento.

A partir do entendimento do lugar é possível, geograficamente, refletir sobre os eventos passados e presentes que constituíram o território cearense, sobretudo, nas cidades com sítios urbanos tombados, por nós interpretados como rugosidades.

As cidades revelam sua formação territorial, resultante dos sistemas de ações. Desse modo, consideramos que um estudo detalhado e cuidadoso sobre a formação e o crescimento de cidades históricas e a sua configuração nesta contemporaneidade é fundamental para servir de subsídio para a compreensão da importância do lugar.

Considerando que cada evento, cada ação, influencia nas mudanças e no caráter dinâmico do território como um todo, não atingindo apenas os chamados "centros históricos", mas também diversos lugares que são criados a todo instante.

Ao estruturar uma pequena teoria geográfica da rugosidade e dos lugares, buscamos produzir interpretações de um modo de ver a cidade numa ciência que nos ensina a realizar uma leitura do presente, pelos aconteceres no mundo.

Estudar Sobral, Viçosa do Ceará, Icó e Aracati, nos instiga a elucidar questões relevantes e interpretativas sobre o sistema de ações presentes no uso do seu território. Neste caso, em cada uma presenciamos suas peculiaridades, carregadas de aconteceres, situações geográficas que igualam todas as cidades pela essência do conhecimento. São eventos dos múltiplos lugares que nascem e morrem todos os dias.

No lugar, os eventos se materializam a cada instante. Os eventos são, simultaneamente, como nos fala Santos (2006), "a matriz do tempo e do espaço". O mundo em movimento supõe uma permanente redistribuição de eventos.

Dessa manifestação complexa resulta, nas cidades, a constituição de lugares da ação, da tecnologia, da vida que constrói materialidades; essa é a interpretação da cidade não apenas visível, mas sentida.

No lugar manifestam-se as imagens, resultados de aconteceres que geograficamente chamamos paisagem; o lugar que não está relacionado apenas com a cidade material que se constrói,

mas também com o olhar sensível, capaz de reconhecer nas diferenças a possibilidade de o sujeito conviver numa cidade mais humana.

O lugar é aqui entendido como sendo um espaço do acontecer solidário, de acordo com a proposição de Milton Santos em sua obra. Nesse sentido, perceber o lugar depende de como este é observado em seus processos e no que eles representam para a vida de cada habitante.

Sobre o lugar, propomos uma reflexão inspirada nos caminhos metodológicos expressos pelo professor Milton Santos, que nos convida a fazer um esforço de construção teórico-metodológico no sentido de entender o papel do lugar na compreensão do espaço geográfico.

No entanto, nossa preocupação em ousar desenvolver uma reflexão sobre o lugar dá-se pela vontade de trazer uma colaboração para o entendimento da rugosidade no desenvolvimento do tema na Geografia. A rugosidade como testemunho de usos acolhe as constituições de lugares em todos os tempos desta pesquisa.

A tarefa de entender a questão da rugosidade pela compreensão do tombamento das cidades com sítios urbanos no Ceará, a partir também da constituição do lugar, torna-se um desafio difícil, porém um importante princípio de método, haja vista que a necessidade do entendimento da rugosidade perpassa o conhecimento de outros conceitos e categorias de análise. Rugosidades e lugares sobrevivem e atualizam o tempo.

O ordenamento das ideias referente às rugosidades a partir do lugar se manifesta acerca da ação efetiva dos eventos, que ao longo do tempo foram responsáveis pelas transformações ocorridas no espaço geográfico.

Santos (2006), quando se refere a um evento passado, fala de sua presença num dado ponto da flecha do tempo, de um "presente passado". O lugar como acontecer das ações, permite engendrar no

território os objetos que pelas técnicas nos permitem identificar o exato momento em que ela acontece, pois as técnicas, assim como um fenômeno histórico, são passíveis de datação.

A datação pode se dar tanto na escala de um lugar, quanto na escala do mundo. Como nos afirma Santos (2006), "ela é também possível à escala de um país, ao considerarmos o território nacional como um conjunto de lugares". Em cada momento, a unicidade do mundo produz a diversidade dos lugares, pelos aconteceres e suas conexões. Estas que para Souza (1991, p. 6) "São os atributos essenciais da dinâmica dessa nova realidade, produto da aceleração espaço/tempo".

Ainda para Souza (1991),

> Ela se dá em cada lugar, em todos os lugares, em cada tempo, nos diversos tempos, impossibilitando esquematizações geográficas perenes (as redes e sistemas). As conexões geográficas são conexões de lugares do espaço, totais, singulares. Atributos do espaço, neste período da história.

São muitos os elementos que constituem o conjunto de aconteceres que formaram o território de Sobral, Viçosa do Ceará, Icó e Aracati. Os resultados que tentamos alcançar ao longo deste trabalho mostra como os usos desses lugares são diferentes, e como estão sujeitos ao funcionamento vindo de várias escalas.

Os eventos ocorreram em áreas melhor favorecidas de materialidades, ou que propiciaram as melhorias, tornando-os conhecidos como os "espaços luminosos". Esses lugares são dotados de objetos, ações, técnicas e fluidez, criadas por meio das ações hegemônicas. Ocorreram sempre, mas se diversificaram em função da diversidade do meio.

Nesse sentido, para apreendermos a nova realidade dos lugares, temos que percebê-lo como espaços dinâmicos, ativos, que reúnem necessidades de comandos de outros pontos e de outros territórios. Como nos fala Santos, o sistema de técnicas nos mostra a estrutura de um lugar.

O lugar aparece então com uma dimensão importante para a compreensão do real. É a relação com esse conceito que singulariza a abordagem geográfica da rugosidade no cotidiano, e que define a escala dos acontecimentos interpretados pela Geografia.

Os usos do território são merecedores de análise, uma vez que se apresentam à sociedade contraditoriamente como um conjunto de facilidades e dificuldades, a partir do qual ela própria (a sociedade) cria as condições de sua existência.

As cidades com sítios históricos tombados comprovam, na sua concretude, que nos últimos anos houve muitas possibilidades de mudanças, uma vez que o uso do seu território, ao passar pelos critérios exigidos ao tombamento, é preparado para atender, quase que exclusivamente, às demandas das políticas de preservação do patrimônio histórico.

A partir do tombamento, uma nova lógica é constituída, ao mesmo tempo em que o próprio homem se humaniza e humaniza o território pelos usos. Esse é o mundo humano, um híbrido de condições oferecidas com incessantes possibilidades de transformações; tudo isso promovido pela capacidade humana.

Inspirados em Santos (2006), acreditamos que é necessário considerar a ação humana na produção dos objetos, que vai modificando para social o meio natural.

No início, o homem se utilizava de técnicas mais rudimentares e artesanais, elementares às suas necessidades. Com o processo de crescimento das cidades e as mudanças nas características da evolução da sociedade ao longo dos anos, as técnicas tornaram-se mais tecnológicas.

Desse modo, compreender os sistemas técnicos sucessivos é essencial para o entendimento da estruturação dos usos do território, especialmente no atual período. Com o desenvolvimento da ciência e das técnicas informacionais, o homem organizou um verdadeiro meio técnico-científico-informacional.

As materializações dos objetos pelas ações num dado momento são a expressão material dos lugares, onde os aconteceres se realizam. Os lugares, ao serem simultaneamente ações passadas, presentes e futuras, nos permitem a empiricização do tempo.

A expressão "material dos lugares" - concreta pelo sistema de objetos, as ações, pelo tempo e pela história - se faz sensível às emoções que dão sentido à vida, assim como aos objetos. É o caso dos monumentos antigos, tombados como patrimônio histórico, isoladamente, ou fazendo parte de um conjunto, como é o caso dos sítios urbanos tombados, comuns nos centros de cidades que se tornaram objeto de proteção.

Esses monumentos ou imóveis estão carregados de significados desde o momento da sua construção. O homem permite que sejam realizados diversos tipos de ações. Entretanto, após a sua funcionalidade, pelo uso, de acordo com os propósitos para os quais foi criado, ele passa a condicionar as ações futuras.

No momento da sua concepção, a ação sobre aquele objeto constitui um lugar, como já dito, depositório final, uma estrutura, uma forma construída para abrigar determinadas funções e ações, presentes e futuras.

Pelo Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, no Capítulo III – Dos efeitos do tombamento, que organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, este no Art. 17, decreta que, em caso nenhum, os imóveis hoje protegidos por lei, podem ser "destruídos, demolidos ou mutilados". No caso de reparos, pinturas e restauro, precisa de prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artistico Nacional, sob pena de multa.

Os imóveis devem preservar as formas do passado, pois estas estão carregadas de histórias de vida da sociedade que construiu e se constituiu pelo tempo; retratando e materializando, em um objeto, os sentidos de um dado período. Assim, o presente se une ao passado e

projeta o futuro, une-se de maneira indivisível, representado pelo conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações.

Conforme nos fala Costa (2011, p. 35), "os patrimônios são preservados, busca-se sua manutenção, uma fixidez pretensamente originária, em uma era em que os lugares e os territórios são transformados velozmente, pelo desejo das nações de preservar o passado".

Entretanto, a compreensão do espaço geográfico se dá na totalidade que remete ao conhecimento do espaço. Por essa razão, o método deve buscar a compreensão do todo a partir do estudo e da compreensão de suas partes, todavia, não se trata aqui do antigo conceito de território erroneamente compreendido pela descrição da materialidade, mas do território ativo, o lugar das ações sociais, que pelo uso permanece como uma rugosidade a ser interpretada.

Ao se observar atentamente o território de Sobral, Viçosa do Ceará, Icó e Aracati, ver-se-á que os diferentes objetos instalados nos diversos lugares, revelam quem são os agentes que deles fazem uso.

Estes abrigam todas as atividades, sejam residenciais, comerciais, industriais, de lazer, entre outras. No município reside a sociedade; e esta, pelo uso, tem o poder de transformação. Assim, os territórios pelas transformações são artífices da constituição dos diferentes lugares que a cada momento são redefinidos pelo processo histórico.

Os objetos são a marca das materializações dos lugares. Desse modo, esta pesquisa reconhece a importância da preservação da memória de um povo pelo patrimônio tombado, sendo para nós concepções de rugosidades, e nos instigando a elucidar questões relevantes e interpretativas do lugar.

FOTO 3: SOBRAL – PALÁCIO DE CIÊNCIAS E LINGUAS ESTRANGEIRAS

Foto: PMS/SD.

O homem está condenado a ser livre, condenado porque ele não criou a si, e ainda assim é livre. Pois tão logo é atirado ao mundo, torna-se responsável por tudo que faz.

Jean-Paul Sartre

CAPÍTULO 2

TERRITÓRIO E RUGOSIDADES: O CEARÁ ONTEM E HOJE

Neste capítulo, apresentaremos reflexões pertinentes à rugosidade no que concerne à ocupação do Ceará, efetivada pelas mudanças ocorridas no Brasil que propiciaram a criação de vilas, que são importantes testemunhos de compreensão da fixação da sociedade no território pelo seu uso e logo pelo crescimento das cidades. Discutiremos o seu significado a partir do que fica do passado como forma e acumulação pelo uso do território.

CAPÍTULO 2

Território e rugosidades: o Ceará ontem e hoje

Ao se pensar na relação entre rugosidade e o território cearense, optamos por apresentar um panorama que o caracteriza "nesta atualidade", haja vista que o espaço geográfico como um elemento ativo de formação da sociedade está impregnado de rugosidades aparentes e não aparentes, que são a marca concreta do uso através do tempo.

Chamaremos aqui "rugosidades aparentes pela consistência técnica e política", aquelas normatizadas que são alvo de interesses, de preservação e proteção formal, e "não aparentes", aquelas não normatizadas e sem um interesse aparente de proteção, porém, tão importantes e significativas para a cidade e a sociedade, quanto as primeiras. Esse assunto, que consideramos relevante na nossa reflexão, nos traz outra forma de perceber as rugosidades.

Busca-se aqui ampliar o conhecimento sobre elas, enaltecendo, sobretudo, a atividade humana. Na evolução da sociedade, a rugosidade é carregada de significados, com ações diferentes a cada momento no qual cada lugar tem um valor, e que, obviamente, também pode mudar.

É importante que seja feita uma explanação para se perceber como as ações se tornam concretas, como uma organização territorial, resultado das dinâmicas espaciais materializadas nas paisagens urbanas, toma a forma atual, constituindo uma verdadeira redescoberta que advém dos usos e possibilidades que lhe convêm.

Nessa perspectiva, reconhecer o que de fato está a serviço da humanidade.

Não é intenção deste capítulo fazer uma historicização da ocupação do Ceará, porém, alguns resgates históricos são necessários para se compreender o presente, como por exemplo, o momento de mudanças que ocorreu no Brasil, e que propiciou a ocupação e, longo tempo depois, o tombamento de cidades.

Assim, o Estado do Ceará, a seu modo, viveu o processo de tombamento, o qual pode ser analisado por meio de uma série de variáveis importantes e interpretativas sobre o assunto.

O critério para o estudo da formação territorial, que será exposto, pauta-se no conhecimento da técnica e na evolução do território cearense, desde a instalação de fazendas e a criação de vilas, até tornarem-se cidades.

O objetivo de se reconhecer o período de ocupação do Ceará nos leva a identificar e compreender as condições em que se constituem os significados do patrimônio oriundo das rugosidades, a partir das práticas sociais que deram a esse território as características que ele apresenta neste atual período.

O entendimento do patrimônio como rugosidades parte inicialmente da compreensão da sociedade usando o território, do crescimento das cidades, da sua normatização até as políticas públicas para a sua proteção.

A pesquisa considera, sobretudo, além da estrutura urbana, através de seus sítios tombados que hoje são testemunhos do período colonial, o processo de ocupação de antigas vilas e lugarejos. Estruturas não protegidas pela norma, não reconhecidas pelo órgão de proteção e preservação, mas que são visivelmente registros de um tempo que resiste às mudanças, e, assim, permanecem ativamente no território. São esses que reconhecemos como rugosidades não aparentes, ou seja, aqueles que passam despercebidos às normas e aos olhares menos atentos.

Para essa compreensão buscamos traçar um panorama histórico e atual, dos municípios de Sobral, Icó, Aracati e Viçosa do Ceará; as antigas cidades tombadas como patrimônio a partir da segunda metade do século XX, que trazem na sua configuração territorial resultados das transformações efetivadas pelo uso.

Essa abordagem exigiu-nos o entendimento da ressignificação simbólica dessas cidades, cujos momentos imbricados desse processo são as cidades coloniais como particularidade, gênese e incipiência do movimento histórico do patrimônio no Ceará. Para tal entendimento, faz-se necessário olhar para o presente, a fim de entender os processos passados.

Atualmente, o Estado do Ceará tem um total de cento e oitenta e quatro (184) municípios, está situado geograficamente na região Nordeste do Brasil, e tem por capital a cidade de Fortaleza.

Apresenta como limites geográficos o oceano Atlântico, os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Piauí (ver mapa 2). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2015, sua população era de 8.904.459 habitantes, o que confere ao território a oitava colocação entre as unidades federativas mais populosas do Brasil.

MAPA 2 - Brasil: Localização do Estado do Ceará

0 500 1000 Km

Fonte: IBGE
Elaboração cartográfica: Maria do Carmo Alves/2015

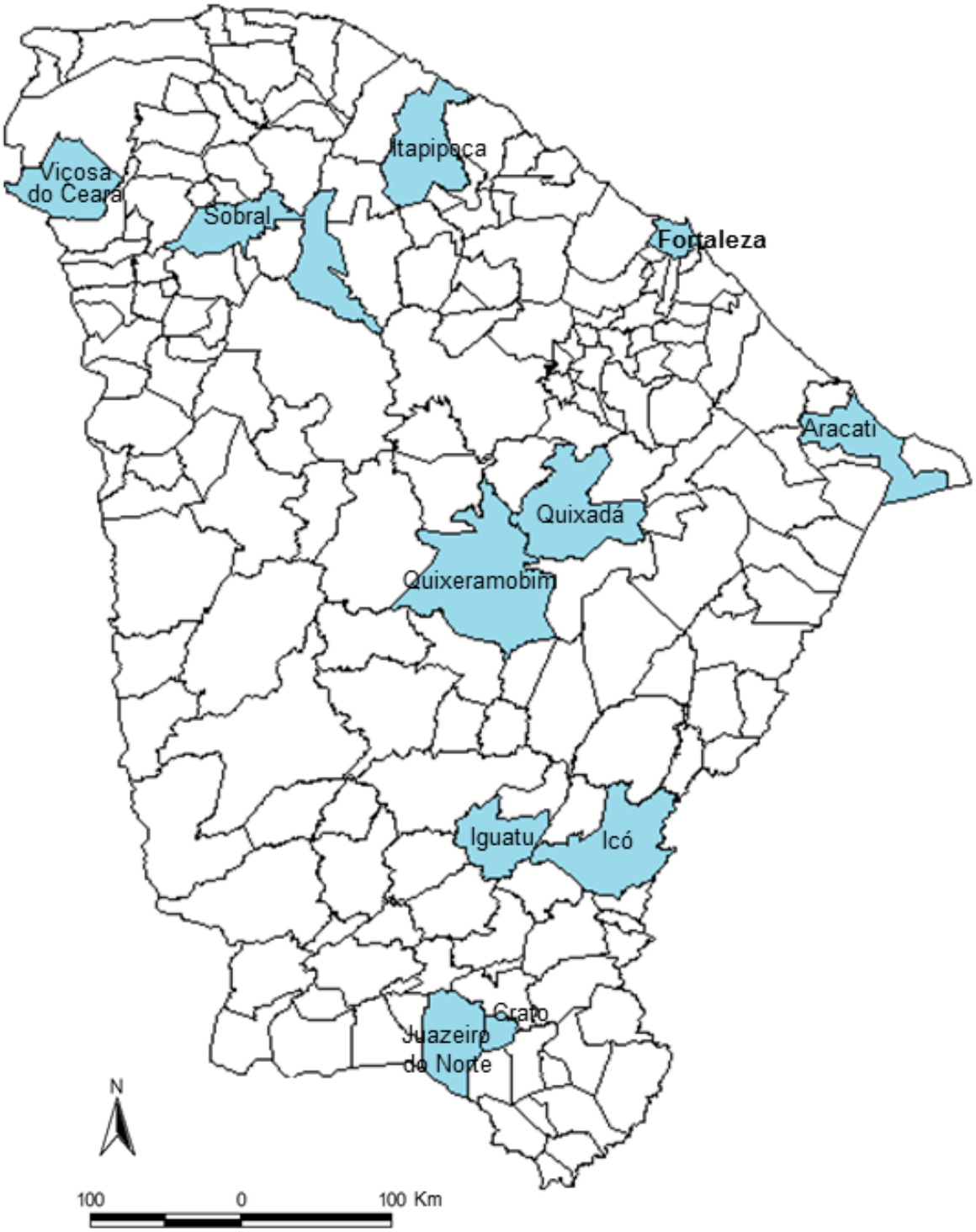
O Ceará, Estado nordestino criado em 1603, também é conhecido como "Terra da Luz", título cunhado pelo jornalista José do Patrocínio, pelo fato de o estado ter sido o primeiro da federação a abolir a escravidão em 1884, quatro anos antes da Lei Áurea[8]. Mas esse título também é atribuído como uma referência à grande quantidade de dias ensolarados.

Além de Fortaleza e da Região Metropolitana, outras cidades se destacam como importantes para o desenvolvimento do Estado. Entre estas, estão Juazeiro do Norte e Crato (ao sul do Estado). Sobral, a noroeste, é considerada por sua dinamicidade econômica. A Norte, a cidade de Itapipoca. Na região Centro Sul, Iguatu. Na Região do Jaguaribe, Aracati, também objeto de estudo desta tese. Na região do Vale do Jaguaribe e na região dos sertões cearenses, as cidades de Quixadá e Quixeramobim (mapa 3).

---

[8] A libertação dos escravos no Ceará foi realizada no dia 25 de março de 1884,como consequência da luta encabeçada por diversas sociedades civis de combate à escravidão, utilizando a imprensa para denunciar os abusos cometidos e outras manifestações públicas. Um dos nomes importantes dessa luta é o do jangadeiro pardo Francisco José do Nascimento, que passou a ser um dos grandes símbolos conhecido como "Dragão do Mar".
Em 1881, ele e seus companheiros jangadeiros se recusaram a fazer o transporte de escravos para navios negreiros que negociavam na região Sul. Antes da abolição, em toda a província houve a libertação de escravos onde hoje são as cidades de Redenção (antiga vila do Acarape) e, logo em seguida, na Capital cearense. Em 25 de março de 1884, o Ceará foi o primeiro a libertar seus cativos, quatro anos antes da promulgação da Lei Áurea pela Princesa Isabel.
Fonte: Café História
Disponível em http://www.netcina.com.br/2012/03/ceara-terra-da-luz-por-que-128-anos-da.html

MAPA 3: Ceará - Cidades importantes para o desenvolvimento do Estado.

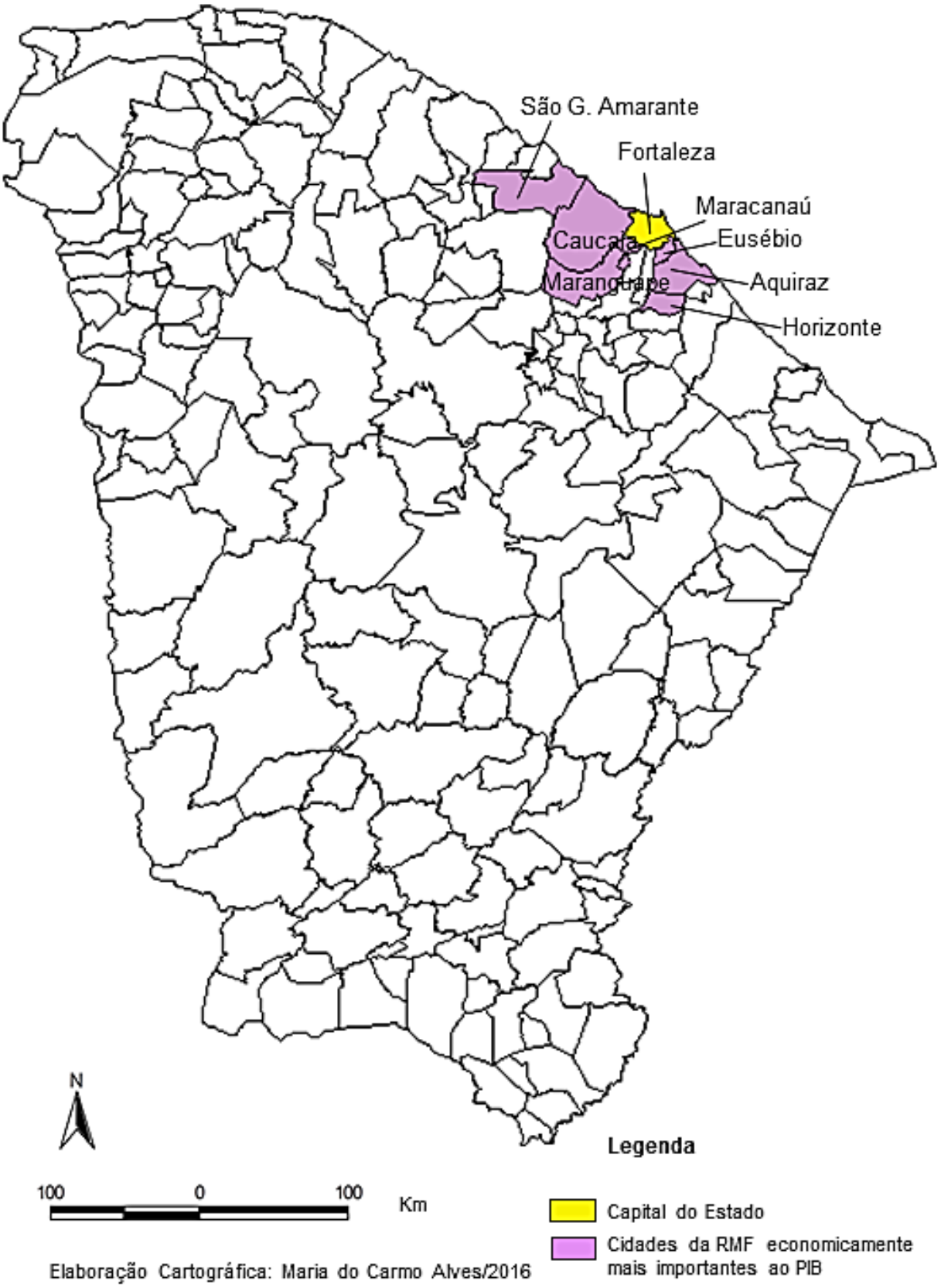


Elaboração cartográfica: Maria do Carmo Alves/2016

Na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, as cidades economicamente mais importantes são Caucaia, Eusébio, Horizonte, Maranguape, Maracanaú, Aquiraz e São Gonçalo do Amarante, sede do Complexo Industrial e Portuário do Pecém[9], um dos maiores projetos de desenvolvimento econômico implantado no Ceará. Essas são as principais responsáveis pelo Produto Interno Bruto-PIB cearense (mapa 4).

[9] Situa-se na RMF, no município de São Gonçalo do Amarante. Em março de 1995, foram iniciados pelo Grupamento de Navios Hidroceanográficos da Marinha do Brasil os levantamentos ecobatimétricos da costa do Estado do Ceará, na região do acidente geográfico denominado Ponta do Pecém. Surgiu como elemento capaz de atender as demandas empresariais, visando atender indústrias de base voltadas para as atividades de siderurgia, refino de petróleo, petroquímica e de geração de energia elétrica.
A condição geográfica de Pecém, com o menor tempo de trânsito entre o Brasil, os Estados Unidos e a Europa, média de sete dias para chegar ao destino, funciona como um dos atrativos para conquistar os armadores e impulsionar as exportações. O terminal é constituído de dois "piers" marítimos, sendo um para insumos, produtos siderúrgicos e carga geral e outro para granéis líquidos, em especial óleo cru e derivados de petróleo.
Por se tratar de um terminal "off shore" os "piers" de atracação estão protegidos da ação das ondas e correntes por um quebra-mar de berma, na forma de "L" com 1.768 m de extensão. Ambos os "piers" são ligados ao continente por uma ponte rodoviária, que interliga o pátio de armazenagem às instalações de atracação de navios.
Fonte: http://www2.cearaportos.ce.gov.br

MAPA 4: Ceará – Cidades da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) economicamente mais importantes para o PIB.



Fotos 4, 5 e 6: Ceará - Complexo Portuário Porto do Pecém

Fonte: https://www.google.com.br/search?q=complexo+portu%C3%A1rio+do+pec%C3%A9m&biw=1366&bih=613&source=lnms&tbm=isch&sa=X&sqi=2&ved=0ahUKEwiAw_aIl_fPAhUI7SYKHfAVBHAQ_AUICCgD&dpr=1#imgrc=ON1o_LqyozRIpM%3A

Neste breve panorama, consideramos importante exibir algumas informações significativas sobre o Ceará hoje, pois entendemos que, para conhecê-lo pelas rugosidades, é necessário perceber o atual momento, que nos remete a entender seus processos desde o princípio da formação territorial, e, especialmente as metamorfoses por que passa cotidianamente, resultado da evolução das técnicas.

O espaço geográfico hoje se nos apresenta como meio técnico-científico-informacional carregado de ciência, técnica e informação. Assim, ele nos dá a possibilidade de reconhecer os territórios, sua dinâmica, e analisar cada período pela sua evolução.

Para compreender o Ceará e suas rugosidades, fez-se necessário pôr em prática a teoria de Santos (2005, p.11), quando diz que "o período presente deve ser estudado como um resultado da evolução". Nessa conjuntura, entendemos que o Ceará é resultado dos processos do uso que a sociedade fez do território nos diversos momentos históricos.

A necessidade de produzir um conhecimento sobre esse processo é que nos leva a refletir sobre como as cidades tombadas, localizadas geograficamente em pontos estratégicos do território, contribuíram para a ocupação e o povoamento do estado, e que nesta atualidade se insere dentro do contexto dos novos sistemas de ações e objetos.

A análise das rugosidades do território cearense deve considerar características desde o período de sua formação, pois combinam o resultado de ações solidárias, que manifestaram em determinados lugares, práticas desiguais e fragmentadas.

O meio técnico é um fundamento da evolução político-administrativa que justifica cada passo da formação territorial do Ceará e a constituição atual do meio técnico-científico-informacional.

Compreender a formação territorial e os processos de uso do território cearense não significa contar a história de sua evolução,

tampouco a sucessão de eventos que ocorreram, pois estes são concomitantes, mas, principalmente, analisar criticamente os processos que aconteceram ao longo do tempo e que nos permitem perceber como a sociedade vive hoje.

A informação mais importante desse processo que ocorreu no território cearense é a forma prática como o território usado se revela para nós; uma vez que compreender a evolução da formação territorial cearense é necessariamente mergulhar no conceito de uso, para podermos discorrer sobre sua constituição pela técnica e pelo meio técnico-científico-informacional, como veremos a seguir.

O PAPEL DA TÉCNICA NO USO DO TERRITÓRIO

A reflexão sobre as técnicas na constituição e configuração do território cearense, ao longo de sua história, instiga-nos a verificar como os sistemas de objetos e os sistemas de ações interagem.

As relações entre sociedade/natureza em todos os lugares habitados é, como nos fala Santos (2006), "a substituição do meio natural, dado a uma determinada sociedade, por meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente instrumentalizado por essa mesma sociedade".

A técnica está presente desde os primórdios na formação socioespacial. Como um fator histórico, ela nos permite compreender os atributos do tempo presente pelos eventos passados que são representados pelos aconteceres.

Santos (2006) nos fala que quando tudo era meio natural, o homem escolhia da natureza o que era fundamental ao exercício da vida, valorizando os lugares, as culturas e as condições naturais que constituíam a base material da existência.

No começo da fixação do homem nos lugares, o meio natural não sofria grandes transformações, as primeiras técnicas, aquelas artesanais, eram utilizadas apenas para o trabalho que inicialmente se restringia à domesticação de animais e à lida com a natureza.

Posteriormente, com esse passo dado pelo homem como criador de técnicas, deu-se também um avanço em todas as sociedades na criação de novos processos, na constituição e estabelecimento da vida nos lugares, como ocorreu no Ceará.

As primeiras ocupações ocorriam geralmente em torno das igrejas. Nesse período, percebia-se que o núcleo urbano se consolidava normalmente ao redor daquelas e às margens de cursos d'água, onde outras atividades puderam se desenvolver, por

exemplo, o caso de Sobral, às margens do Rio Acaraú, o de Aracati, às margens do Rio Jaguaribe, e de Icó, às margens do Rio Salgado.

Para Costa e Scarlato (2009), no contexto da constituição das primeiras redes urbanas é importante frisar que, independentemente das variadas causas que originaram os aglomerados,sedes de fazendas, pousos de tropas, locais de fiscalização, registros, pontos de transposição de quedas d'água, rotas de fuga dos registros, o comércio de abastecimento, entre outros, tornou-se patente, na escolha dos sítios urbanos, a presença dos cursos d'água e a facilidade das comunicações.

Considera-se que esses elementos foram vitais para a existência e a sobrevivência dos aglomerados, pois são recursos indispensáveis para a fixação do homem desde as primeiras ocupações do território, haja vista que sem eles seria bem difícil a formação de territórios e suas redes.

Para Costa e Scarlato (2009, p. 16), "a facilidade das comunicações tornava-se quesito fundamental na implantação do sítio, daí a localização de aglomerados urbanos nas vias naturais de passagem e ao longo de precários trajetos".

Azevedo (1956) aponta que no Brasil colonial era raro o núcleo urbano que não se achava associado a um curso d'água, pois nesse caso havia o fornecimento de água para o uso doméstico, a facilidade de obtenção de alimentos através da pesca e as vantagens oferecidas no que se refere aos contatos regionais.

Geiger (1963) também discute nessa perspectiva, quando enfatiza que era comum, no período colonial, a implantação dos povoados ao longo dos rios, e atribuía a este um papel importante que lhe cabia no caso, o da circulação.

Em face dessa realidade, no Ceará instalaram-se as primeiras fazendas que deram origem a vilas e povoados. Para Jucá Neto (2012), já na primeira metade do século XVIII, as fazendas de gado sediaram o povoamento. Foi a sede das sesmarias, da atividade

produtiva e onde se encontraram as condições adequadas para os primeiros sinais de ocupação por acumulação de renda no sertão.

Com a fixação das fazendas, também se propiciou a vida política local, com poderes quase que absolutos, e a rede de mandos e desmandos que pautou a organização territorial.

Para Jucá Neto (2012), a instalação das fazendas também cumpriu o papel de defesa diante da população indígena ou perante outros sesmeiros, na luta pela posse das terras. No território, presenciou-se o processo de miscigenação e aculturação entre índios e brancos, de fundamental importância para a formação da sociedade e da cultura cearense.

> A instalação dos boiadeiros aliada à da Igreja – domesticando a população indígena que resistia à expansão do criatório – e à participação do Estado português – com a fundação das vilas significou a possibilidade de capitalização em torno da atividade comercial da pecuária. (JUCÁ NETO, 2012, p. 134).

Para Jucá Neto (2012, p. 158),

> "A rede urbana, do início do século XIX, seguiu os caminhos naturais do sertão, trilhados primeiramente pela população indígena, mas também pelos vaqueiros, pelos representantes da Igreja e, por fim, pelo próprio Estado português".

Os diversos agentes sociais uniram-se das mais diversas formas e em tempos diferenciados e, pelo uso, foram transformando o território. Como ressalta Jucá (2012, p. 158), "alternam-se Estado e Igreja, Igreja e fazendeiros, fazendeiros e Estado, o Estado e os índios, marcando suas presenças no território, alterando lentamente, por todo o século XVIII, a paisagem natural do sertão e do litoral do Ceará".

Sabemos que para entendermos a complexidade dos processos que concretizaram as ações no território cearense é

necessária uma interpretação geográfica dos processos socioespaciais ocorridos no passado para se constituir como se apresenta hoje.

Conforme nos fala Santos (2005), "o período presente será estudado como um resultado da evolução". Baseados na compreensão da sucessão de mudanças ocorridas, pretendemos revelar o território e seu uso pela rugosidade.

Diante dessa reflexão, é pertinente, ao se referir ao acumulado processo de formação das cidades, considerarmos o que diz Corbusier (2004, p. 09):

> [...] Uma ruptura na vida social, que era ritmada pelo andar do cavalo, da velocidade na produção e no transporte das pessoas e das coisas. As cidades explodem ou se congestionam, o campo se despovoa. Nesse momento, a cidade e a aldeia, atravessam uma crise terrível. Nossas cidades crescem sem forma, indefinidamente.

Tentando entender o Ceará nesse contexto, é necessário fazer um resgate dos processos que o levaram a se constituir como se apresenta na atualidade. Foi com a criação de vilas no século XVIII, em que a vida era ritmada pelo andar do cavalo, que a urbanização cearense começou a dar passos no seu desenvolvimento, tendo a pecuária extensiva como um fator importante na ocupação do território.

Segundo Coelho (2005, P. 18):

> As fazendas de gado deram origem a muitos povoados, vilas e, depois, a cidades. As primeiras vilas localizavam-se nas proximidades das margens dos rios, facilitando assim a obtenção da água e o aproveitamento dos solos mais férteis para as culturas de subsistência.

As fazendas de gado, espalhadas pelo estado, deram origem a muitos núcleos e povoados; e assim foram expandindo o comércio da carne de charque e do couro. Mais tarde, nelas ia sendo fundada a maioria das vilas de brancos na capitania do Ceará. Logo, colaboraram para a formação da rede urbana, articulada pelo comércio, que ligava os empórios das principais regiões.

Cabe aqui lembrar o que Santos (2006) nos fala sobre o lugar, como resultado de ações multilaterais, que ocorrem em todos os pontos da superfície terrestre e se realizam em tempos desiguais; e acrescentamos: que criam sociedades desiguais.

É nesse momento que se inicia a instituição do meio técnico ou meio geográfico, cuja evolução chegou até nossos dias. Através das ações da sociedade, seus agentes colaboraram para a caracterização atual do território.

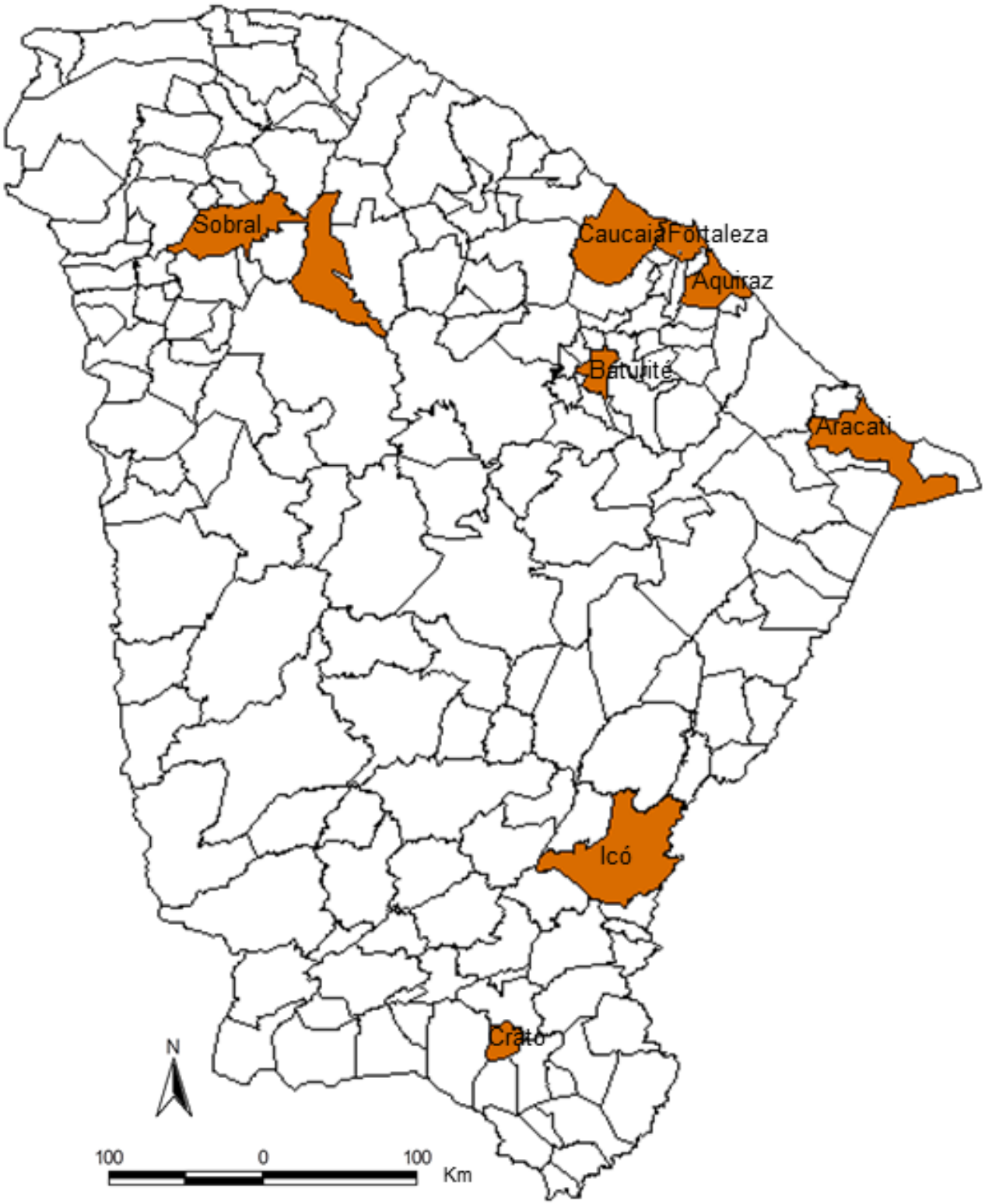
A configuração do território, mesmo tendo passado por significativas mudanças e modernizações, expressam no seu contexto socioespacial a ação dos que contribuíram para efetivar seu uso, implantando técnicas possíveis, criando instrumentos, abrindo caminhos e ruas; expressas na construção das primeiras fazendas de gado, nos momentos da fixação.

Daí o porquê do fundamento de uma teoria que deseja explicar as localizações específicas, levando em conta as ações do presente e do passado, locais e extralocais. Desse modo, a constituição do lugar assegura a unidade do contínuo e do descontínuo. "Cada lugar é a cada momento, um sistema espacial, seja qual for a idade dos seus elementos e a ordem em que se instalaram. Sendo total, o espaço também é pontual". (SANTOS, 2006, p. 258).

Conforme Souza (2007), Aquiraz foi a primeira vila do Ceará, criada no ano de 1713. Atualmente, ela é a cidade sede do município com o mesmo nome, contida na Região Metropolitana de Fortaleza. Para a autora, Fortaleza, apesar de hoje ser a capital do Estado, só

foi elevada à categoria de vila em 1726. As demais vilas criadas, posteriormente, ainda no século XVIII, foram: Icó (1738), Aracati (1748), Caucaia (1759), Crato (1764), Baturité (1764) e Sobral (1773), (Souza, 2007, p. 225). Apesar do desdobramento que reconfigurou o território cearense com a criação de novos municípios, o mapa 5 mostra a localização da sede das vilas criadas no século XVIII, que permanece a mesma.

MAPA 5 - Ceará: Vilas criadas no século XVIII



Elaboração Cartográfica: Maria do Carmo Alves/2016

No que diz Souza (2007), as cidades cearenses, originárias de vilas que foram criadas no século XVIII, ainda hoje se constituem, com raras exceções, como as mais importantes cidades do estado.

Para a autora, poucas mudanças ocorreram na hierarquia urbana cearense, se for considerado o tempo transcorrido entre a fundação da primeira vila (Aquiraz – 1713) e o quadro atual da realidade urbana estadual.

Para Souza (2007, p. 225),

> Uma análise mais acurada desse quadro permite observar o importante papel assumido pelas cidades de Aracati e Icó (ambas elevadas a condição de cidade no ano de 1842). Aracati, antiga São José do Porto dos Barcos, mais tarde Santa Cruz de Aracati, expandiu-se pouco a pouco, chegando a estender sua influência sobre todo o território do Ceará. Sua condição de porto de entrada e saída de mercadorias, principalmente carne-de-sol, muito influenciou seu crescimento.

Ainda segundo a autora, o advento das charqueadas contribuiu para a pujança de Aracati, que se tornou o mais movimentado e rico centro da capitania do Ceará. A concorrência dos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, no comércio de gado bovino para o abastecimento da região canavieira pernambucana, fez com que os cearenses desenvolvessem uma técnica (da salga) para venda de um produto preparado e comercializado no local.

Dessa maneira, a matança do gado e a preparação de mantas de carne conservadas pelo sal foram uma técnica utilizada na época, que as tornava o alimento resistente a viagens mais longas; processo ainda hoje utilizado, embora o método empregado para conservar já não seja mais o mesmo.

Esse fato nos faz lembrar a proposição de Ortega y Gasset (1963 [1939], p. 43), quando nos diz que "o homem começa quando começa a técnica". O surgimento e aprimoramento de técnicas nos

diferentes lugares e momentos revolucionaram a capacidade produtiva e a ideia de produção.

Em decorrência disso, há diferentes estágios da técnica e, assim, ela é compreendida pelas habilidades das mãos humanas. Pela técnica, o homem se percebe parte do processo técnico, uma vez que, com o conhecimento das formas de fazer, o saber sistemático e a capacidade intelectual ele encontrou meios de transformar as adversidades que enfrentava.

Assim, a tecnologia empregada era a própria expressão do meio físico ante o novo sistema mercantil que se instalava nas ribeiras do sertão cearense. Pela técnica se difundia um novo e necessário sistema de ações.

Sobre essa situação, podemos refletir sobre o que Santos (2006) nos fala acerca da técnica, quando, de um lado, ela nos dá a possibilidade de empiricização do tempo, sobre a qual as sociedades humanas trabalham. O autor nos fala que essa empiricização pode ser a base de uma sistematização solidária que revela as características de cada época.

Como é o caso aqui estudado, corroboramos com o autor, ao afirmar que ao longo da história as técnicas se apresentam como sistemas. Em face dessa atividade, podemos dizer que a forma como se combinam sistemas técnicos de diferentes idades, em um determinado local, irá trazer consequências sobre as formas de vida possíveis naquela área.

Com essa atividade, Aracati tornou-se o grande centro urbano cearense do passado. Hoje não se pode mais dizer o mesmo, sua influência restringe-se ao litoral, nas imediações da desembocadura do Jaguaribe.

Por Aracati situar-se no litoral, o turismo, enquanto atividade econômica, intensifica o uso do território pelo aproveitamento do potencial paisagístico do município, bem como sua localização, nas imediações da foz do rio, favorece muitas atividades.

Como acontece em toda cidade litorânea do Nordeste brasileiro, a combinação de turismo e lazer associada à exploração da conjunção de águas doces do rio Jaguaribe e salgadas do mar, ganha vantagem no desenvolvimento do setor hoteleiro, inclusive aquele voltado aos esportes náuticos.

Naquele momento, vale ressaltar que Aracati era a cidade mais dinâmica, visto que Fortaleza não tinha tanta expressão urbana quanto outras vilas da província e se constituía como centro de terceiro nível.

Sobre Fortaleza, é importante destacar o que diz Souza (2007) sobre, uma pequena cidade nos fins do século passado, com somente 40.902 habitantes, depois de cem anos, ela alcança e ultrapassa a cifra de cidades com mais de dois milhões de habitantes, e passa a ser uma das capitais mais importantes do Nordeste.

Recife e Salvador, tradicionais capitais nordestinas, sempre foram cidades importantes desde o início da colonização, enquanto Fortaleza exercia apenas o papel de capital da província do Ceará e foi durante muito tempo inferior aos dinâmicos centros de Aracati e Icó.

Muitos foram os fatores que contribuíram para a ascensão de Fortaleza como cidade mais importante, até tornar-se a capital do Estado.

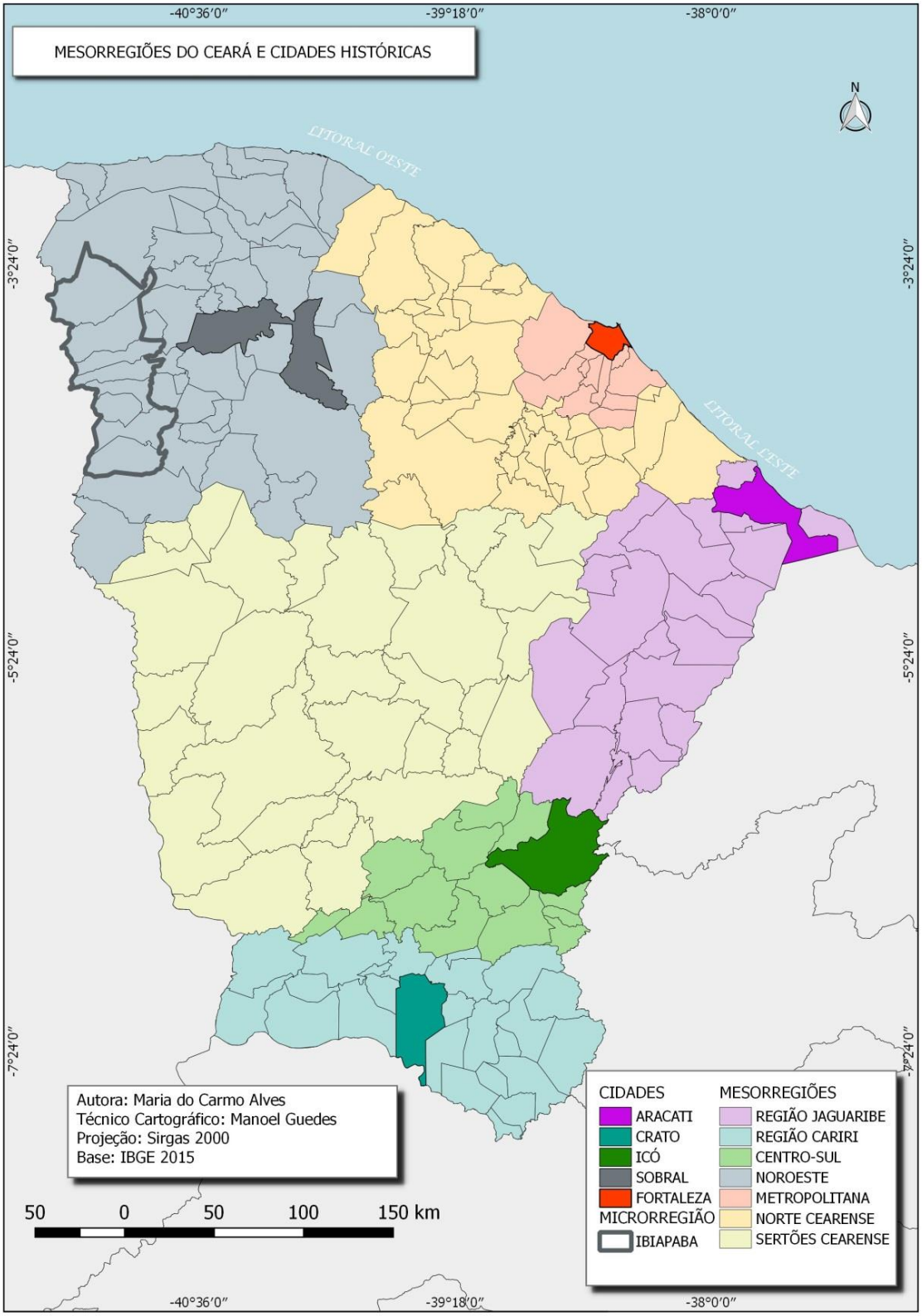
Para Souza (2007), a condição de capital administrativa e, como consequência, a de sede de repartições públicas de vários níveis e também de outros órgãos ligados a administração, como aquela responsável pela construção da Estrada de Ferro de Baturité, partindo dela para o interior, no momento áureo da produção algodoeira, o melhoramento do porto, a construção de rodovias, entre tantas outras medidas, contribuíram para que Fortaleza fosse gradativamente adquirindo feições de grande metrópole, e que fosse, aos poucos, estabelecendo uma competição com as demais cidades do interior, até galgar a posição que desfruta hoje.

Já Sobral, localizada a noroeste do estado, no Vale do Acaraú, constituía um centro de primeiro nível e era naquele tempo, - vale ressaltar que ainda é na atualidade - um dos principais centros do interior, com uma ativa função comercial, administrativa e de serviços.

No início da década de 1990, Sobral passa por uma fase de revitalização econômica, a partir da intensificação do polo industrial e com o advento do setor calçadista, que é hoje responsável pela principal injeção de capital financeiro na cidade.

Para Souza (2007), as cidades de Aracati, Icó, Sobral e Crato exerciam influência em quase toda a extensão da província. À Aracati, cabia o comando da faixa litorânea; à Icó, o sertão Jaguaribano; à Sobral, o Vale do Acaraú e a Região de Ibiapaba; já na região sul, ou seja, ao Crato, cabia o Cariri. Das quatro, apenas o Crato aparecia com a função agrícola, o que revela sua tradição agrária, decorrência de melhores condições climáticas e de aproveitamento da terra do Cariri (o mapa 6 nos dá um panorama dessa relação, na extensão do território cearense).

MAPA 6 – CIDADES COM INFLUÊNCIA EM QUASE TODA A EXTENSÃO DA PROVÍNCIA.



Essas cidades foram importantes centros de desenvolvimento do Ceará, e na sua constituição, elas trazem rugosidades que nos mostram, pelo uso do território, a relação intrínseca que há entre objetos e ações, na constituição das cidades e sua história, materializados no traçado das ruas, nos edifícios construídos, nos monumentos históricos e artísticos das praças públicas, e nos parques; enfim, nos diferentes equipamentos urbanos presentes em seu território.

Assim a cidade é, por excelência, o "espaço da rugosidade" e a concretude da vida que se manifesta pelo uso que a sociedade faz do território. Nesse sentido, podemos também afirmar que toda cidade é histórica, resultado das sucessivas transformações empreendidas pelo homem no espaço geográfico, através do processo requerido pela divisão territorial e internacional do trabalho.

FOTO 7: SOBRAL - MARGEM ESQUERDA DO RIO ACARAÚ

Foto: PMS/SD.

A nossa crença na realidade da vida e na realidade do mundo não são, com efeito, a mesma coisa. A segunda provém basicamente da permanência e da durabilidade do mundo, bem superiores às da vida mortal. Se o homem soubesse que o mundo acabaria quando ele morresse, ou logo depois, esse mundo perderia toda a sua realidade, como a perdeu para os antigos cristãos, na medida em que estes estavam convencidos de que as suas expectativas escatológicas seriam imediatamente realizadas. A confiança na realidade da vida, pelo contrário, depende quase exclusivamente da intensidade com que a vida é experimentada, do impacto com que ela se faz sentir.

Hannah Arendt

SEGUNDA PARTE

PATRIMÔNIO, PRESERVAÇÃO E MEMÓRIA: CONCEPÇÕES DE RUGOSIDADES

CAPÍTULO 3

O TERRITÓRIO E AS RUGOSIDADES: UMA INTRODUÇÃO A OUTROS CONCEITOS

Neste capítulo, para análise das rugosidades como recorte empírico principal, discutiremos os conceitos de patrimônio, preservação e memória. Compreendê-las é fundamental para entender esses conceitos, pois delas são provenientes.

CAPÍTULO 3

O TERRITÓRIO E AS RUGOSIDADES: UMA INTRODUÇÃO A OUTROS CONCEITOS

A rugosidade, como elemento constituinte do território usado, se revela pelas dinâmicas sociais. Estudar esse processo é um desafio, sobretudo, na reflexão sobre o uso do território como categoria de análise social e da dialética espacial.

A palavra "território" é utilizada em diversas ciências e em várias áreas do conhecimento. Durante a pesquisa, esforçamo-nos no rigor da sua aplicação.

Quando falamos em território usado, consideramos a reflexão do geógrafo SANTOS (2006), segundo a qual "é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social". SANTOS (2006) ainda descreve: "O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado".

O território usado é dinâmico, complexo e seu uso deve ser observado pelo uso das técnicas, pois o uso do território pelos sistemas técnicos é que constitui o meio técnico-científico-informacional. Estudar as rugosidades no período técnico-científico-informacional, e pensar o conceito de território usado, exige um entendimento das relações impostas no presente.

As rugosidades exibem uma configuração territorial, a qual nos obriga a buscar novas interpretações que expliquem suas atuais características pelos usos, ainda mais quando se observam as diferenças entre as paisagens atuais e as paisagens antecedentes.

No entanto, um olhar mais atento ao uso do território revela-nos, numa mesma paisagem, novas dinâmicas, sem necessariamente, desconsiderar os processos passados, ou seja, temos, de um lado, o que ficou de herança do passado, enquanto, de outro, os novos sistemas de ações nos apresentam uma nova configuração geográfica.

Nesse território usado, assim refeito, ou melhor, com a inserção de novos usos, existem importantes acontecimentos a serem observados, que dão suporte empírico para ampliar o diálogo multidisciplinar e compreender outras formas de debater, por exemplo, como as rugosidades convivem com as modernizações, sem, no entanto, perderem suas características e seu significado.

O uso do território pelas rugosidades tem colaborado para o conhecimento e para os estudos de políticas urbanas e setoriais, voltados para o tombamento[10] de cidades e monumentos, objetos que, na sua forma original, resistiram ao tempo e têm uma dinâmica ativa. Um exemplo disso são as cidades brasileiras com sítios urbanos tombados, ou mesmo monumentos isolados, que apresentam objetos regulados por normas.

Nesse sentido, a norma passa a ser fundamental para analisar o uso do território nas cidades-patrimônio ou mesmo nos objetos tombados, uma vez que a norma é ação. Nesse momento, o território ganha novos conteúdos, novas funcionalidades, em função das normas que a ele são impostas.

As normas definem os limites das ações, distinguindo deveres e obrigações a todos aqueles que estão submetidos a elas, por isso elas são uma categoria importante para avançarmos no entendimento do uso do território pela sociedade.

---

[10] O tombamento é um atributo que se dá ao bem cultural escolhido e separado dos demais para que, nele, fique assegurada a garantia de perpetuação da memória. (LEMOS, 2006, p. 83).

Para Antas Júnior (2003, p.77), "a norma é parte constituinte do espaço geográfico, se constituiu em um sistema de ações, pois sem ela não seria possível compreendê-lo como instância social".

Nesse sentido, pode-se dizer que as cidades cearenses aqui estudadas têm seu território normado, e essa norma intervém nas relações existentes entre o local, o nacional e – por que não dizer? – o global já que o modelo brasileiro de patrimônio e preservação segue o modelo europeu.

A história do território é também a história das articulações que envolvem ações de apropriação, de usos e de interesses. Esse tipo de intervenção decorre de decisões politicas, resultado do interesse das conveniências de uma classe que deseja no contexto global, preservar, sobretudo, o passado das elites, de sua classe.

Observando o uso do território, que na história buscou instrumentalizar, delimitar e inventariar algumas das rugosidades do território brasileiro, formulamos uma pergunta para analisá-lo: o que qualifica os objetos e as ações como elementos culturais a serem elevados à categoria de patrimônio? (GUEDES, 2001).

Para responder a essa questão, é necessário compreender que o Brasil inicia seus passos no processo de preservação de objetos culturais com a preocupação de inventariar bens de reconhecido "valor" histórico e estético, como forma de proteção e perpetuação de suas tradições (GUEDES, 2001).

Pertinente a essa discussão, é importante refletirmos sobre o que escreve FONSECA (2005, P. 21):

> A constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática características dos estados modernos que, através de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação, esses bens passam a ser

> merecedores de proteção, visando a sua transmissão para as gerações futuras.

Por esse argumento, analisa-se, em boa hora, uma bela reflexão de Marx (2005), ao se referir ao valor como algo muito relativo e que não pode ser estabelecido sem considerar suas relações com todas as outras. Entendemos que, nesse sentido, o que é considerado valor, está ligado, na maioria das vezes, a uma dinâmica que desmerece a história pregressa dos pobres.

FONSECA (2005) diz que as políticas de preservação foram conduzidas por um grupo da elite tradicional que atuava em nome do interesse público.

Essas características são contraditórias, haja vista que entendemos o interesse público como algo comum a toda sociedade. Tal situação está direcionada aos valores de conveniência das elites; essa visão de preservação está relacionada em grande parte aos interesses hegemônicos, não considerando o interesse de todos.

Entretanto, FONSECA (2005, p. 23), esclarece que:

> No caso do Brasil, essa foi a situação dos intelectuais modernistas que participaram do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) desde 1937, e que instauraram uma política cultural cuja continuidade e prestígio se mantiveram durante mais de trinta anos. Entretanto, diferentemente do que ocorria então na Europa, esses intelectuais eram figuras que, nos seus respectivos campos de atuação, tinham posições de vanguarda, o que conferiu a sua atuação na área do patrimônio uma autoridade diferenciada.

Todavia, essa disposição mudaria alguns anos depois em virtude das críticas da sociedade. Outros interesses foram reconhecidos e outros valores atribuídos como parte importante da cultura, o que culminou em algumas mudanças. Vejamos o que Fonseca (2005) diz a respeito:

> Mas, a partir da década de 1970, sobretudo quando o regime militar entrou em crise, essa política começou a ser criticada, e seu caráter nacional contestado, por se referir apenas às produções das elites. Nesse momento, coube a intelectuais como um novo perfil (especialistas em ciências físico-matemáticas e sociais, administradores, pessoas ligadas ao mundo industrial) definir novos valores e novos interesses. (FONSECA, 2005, p. 23).

Nessa linha de pensamento, o patrimônio e a preocupação com a preservação passaram a ter seu sentido ampliado. Cabe aqui problematizar se esses novos valores não vão de encontro ao diálogo com as rugosidades, pois a ideia de preservar passou a se relacionar com a questão da nacionalidade, ou seja, de forma positiva passou a valorizar os aspectos comuns e de interesse a toda sociedade.

No entanto, para dialogar com autores e disciplinas que tratam do assunto, ainda que se utilizem de outros nomes, mas que tratem do cerne da discussão, realizaremos um estudo necessário ao diálogo, que nos possibilite distinguir rugosidades das definições de preservação, memória e patrimônio.

A questão que aqui se coloca é a de entendermos em que medida esse conhecimento pode contribuir para a compreensão do nosso tema, ou da mesma forma, em que o conhecimento das rugosidades favorece a ampliação desse diálogo, do passado ativo.

O sistema de ações passadas ou presentes nos permite a realização das atuais e condiciona as futuras. Desse modo, a compreensão do processo, bem como a distinção entre os conceitos de patrimônio, preservação e memória, oriundos da rugosidade, são de fundamental importância para este estudo, como veremos a seguir.

PATRIMÔNIO, PRESERVAÇÃO E MEMÓRIA: CONCEPÇÕES DE RUGOSIDADES

Os estudos sobre patrimônio, preservação e memória são velhos conhecidos nossos, trazidos ao debate pela história, pela arquitetura e pelo urbanismo. Serão tratados nesta pesquisa como fundamento geográfico das rugosidades.

A definição ou distinção entre os conceitos de patrimônio, preservação e memória é de fundamental importância. Embora em sua expressividade estejam associados a bens de valor móveis e imóveis de um passado – presentes, estes, a nosso ver, decorrem das rugosidades.

As rugosidades exibem e fundamentam, pelo uso do território, os processos de preservação, memória e patrimônio, e ampliam geograficamente os significados socialmente produzidos. Assim, se faz necessário entender em que os conceitos colaboram no entendimento da nossa temática.

De acordo com Duarte Júnior (2012, p. 36), "a ideia de patrimônio cultural, bem como de sua preservação, surge no mundo ocidental como contribuição do século das Luzes (XVIII) à contemporaneidade marcada por um caráter mais afetivo que racional...".

Nas palavras de Fonseca (2005, p. 81):

> (...) A noção de patrimônio é, portanto, datada, produzida, assim como a ideia de nação, no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa, e foi precedida, na civilização ocidental, pela autonomização das noções de arte e história. O histórico e o artístico assumem, nesse caso, uma dimensão instrumental, e passam a ser utilizados na construção de uma representação de nação. Já dizia Guizot, no século XIX, que o solo da França é simbolizado por seus monumentos.

"A noção de patrimônio surgiu como resultado de um conjunto de procedimentos em favor da herança/memória francesa, que ganhou pouco a pouco uma defesa contundente da sociedade". (GUEDES, 2001, p. 11).

Para Guedes (2001), a trajetória francesa foi pioneira na formação de um patrimônio ocidental. Interessa ao nosso estudo o exemplo de uma nação que hoje conhecemos, e que construiu a noção de patrimônio histórico intercalado à nossa realidade.

De fato, conforme Guedes (2001), a ideia de preservação no Brasil nasceu preocupada em conceber, divulgar e demarcar uma nacionalidade, que por sua vez também é fruto da influência francesa.

No Brasil, a temática do patrimônio começou a ser considerada politicamente relevante, implicando o envolvimento do Estado, a partir da década de 1920. A primeira iniciativa do Governo Federal voltada à proteção do patrimônio cultural foi no ano de 1933, quando a cidade de Ouro Preto, antiga Vila Rica, foi elevada à categoria de Monumento Nacional, tombada pelo IPHAN em 1938.

A partir de denúncias de intelectuais sobre o abandono das cidades históricas e sobre a dilapidação do que seria um "tesouro" da Nação – perda irreparável para as gerações futuras, pela qual as elites e o Estado seriam chamados a responder, inclusive perante as nações civilizadas –, o tema passou a ser objeto de debates nas instituições culturais, no Congresso Nacional, nos governos estaduais e na imprensa.

Conforme Mori (2006), o patrimônio cultural funciona como mediador entre o presente e o passado. Para o autor, a palavra "patrimônio" nos remete ao sentido de herança, a um sentimento de domínio que nos é legado pelos nossos antepassados.

O Código Penal Brasileiro também contempla o patrimônio cultural, estabelecendo sanções em caso de dano a ele, conforme no artigo abaixo transcrito em Título II, Capítulo IV:

"Art. 165. Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico".

Para Bortolato (2009), a noção de preservação está relacionada ao caráter genuíno de um bem e sua autenticidade, cuja definição pode ser, entretanto, bastante complexa. O autor menciona que o ponto-chave foi a Revolução Francesa, que promoveu a preservação dos monumentos históricos, não só por questões de luta contra o vandalismo, mas também por apelo à exaltação de bens de valor histórico representativos da nação que surgia, conforme a visão dos próprios revolucionários da época.

A esse respeito, a carta de Atenas[11], segundo os princípios urbanísticos modernos, constitui o primeiro documento significativo considerando a necessidade de salvaguarda dos monumentos contra sua destruição na evolução das cidades.

Para Silva (2003), "o tombamento, como típico instituto protetor dos bens culturais, impõe naturalmente limitações ao exercício do direito da propriedade pública ou privada".

Martins (2006) afirma não existirem, na política cultural do Estado brasileiro, critérios definidores de abordagem e ações eficazes que contemplem amplamente os conceitos de memória, patrimônio histórico, patrimônio cultural e passado, entre outros.

Com esse ponto de vista, explica que "os recursos e instrumentos legais de preservação esbarram em concepções reducionistas, direcionando suas atenções para o espaço urbano" (MARTINS, 2006, p. 176). O autor ainda faz uma crítica ao dizer que,

---

[11] Manifesto urbanístico resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em Atenas, em 1933, cujos princípios até hoje muitos planejadores ainda seguem. A Carta de Atenas é uma espécie de Bíblia dos urbanistas, um documento doutrinário.

nas políticas governamentais de preservação, o foco é centrado no patrimônio edificado, produzido pela classe dominante.

> No processo de preservação do patrimônio histórico e artístico, ou patrimônio humano, ou cultural, observa-se ausência de participação popular. Do processo de excluir a população do que é seu, advém uma série de outros desconhecimentos. O ideal seria a participação total da população local nas decisões relativas a sua própria cidade. Mas é possível uma população com problemas de primeira necessidade, como alimentação, trabalho, com problemas econômicos, de saúde e sem informações, interessar-se pelo destino de uma igreja barroca, de casas coloniais ou de uma floresta?
> A definição mais comum de cultura a identifica como saber privilegiado, refinamento de um conhecimento abrangente, só alcançado por uma elite. (MARTINS, 2006, p. 44).

Para Guedes (2001, p. 10), "o Serviço de Patrimônio Histórico Francês organizado pelo Estado constituiu as bases jurídicas de proteção de seu patrimônio em múltiplos aspectos, como o estético e o histórico". Os motivos de sua constituição são completamente diferenciados da história brasileira. Podemos, contudo, observar orientações semelhantes às francesas quando se trata de medidas legais de proteção.

Segundo Fonseca (2005), sendo a preservação de monumentos uma atividade seletiva, uma constante opção entre o conservar e o construir, ela será exercida por agentes conforme determinados critérios que orientam e legitimam o processo de atribuição de valores e, consequentemente, a preservação.

Mori (2006) destaca que a noção de preservação se fundamenta na constituição da memória; é, pois, uma abordagem do passado no presente com vistas ao futuro.

Para Nora (1993), a memória é usada para legitimar a história, pois essa lógica científica é que pode definir quais memórias terão lugares e serão depois mantidas na tradição.

Ainda para a autora, a memória é a vida carregada por grupos vivos e, nesse sentido, em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconscientes de suas deformações sucessivas, vulneráveis a usos e manipulação, susceptíveis às longas latências e repentinas revitalizações.

A memória é um fenômeno que se impõe ao tempo presente, um elo vivido do passado, mas que não se encontra lá; apenas traz consigo a representação do passado.

Pode-se admitir que o conceito de memória está intrinsecamente ligado ao patrimônio da humanidade, seja este concreto ou abstrato, ela reconhece as ações do passado. Consequentemente, esbarra no conceito de rugosidades, pois significa herança para a sociedade.

A palavra "memória", no contexto das rugosidades geográficas, e nesta pesquisa, é vista nesta pesquisa de maneira diferente daquela dos grupos formadores desse conceito na sociedade brasileira, que a definem na maioria das vezes com o sentido de expressão da cultura. O intuito foi trazer o tema do Patrimônio Histórico à discussão geográfica, pensada na nossa hipótese e na nossa temática, como o que exibe, pelo uso do território, os objetos passíveis de preservação, pois ampliam o reconhecimento do significado de memória e de patrimônio socialmente produzidos.

A tese traz o esforço, uma tentativa de inovação, uma vez que amplia o diálogo, renova as definições, analisa os conceitos e, principalmente, a compreensão que norteia a discussão geográfica, inspirada na obra do professor Milton Santos, sob uma real perspectiva de entendimento do espaço.

Na busca de uma contribuição de outras formas de entender os conceitos de patrimônio e de memória, reconhecemos que essa compreensão é importante e considerável, sobretudo, na reflexão sobre as rugosidades.

A evolução dos conceitos aqui analisados confunde-se com fatos políticos, culturais e sociais, marcantes e importantes na história do País. A maior justificativa para a comprovação da tese aqui defendida é dialogar com o conceito de rugosidades para obter maior conhecimento desses processos na totalidade do uso do território brasileiro.

Entretanto, nosso interesse na pesquisa é um esforço para sistematizar um diálogo. Imaginamos ser possível apresentar, mesmo que timidamente, subsídios para ampliar a compreensão da discussão de rugosidade por meio da interpretação do território ativo.

As rugosidades são geograficamente visíveis e têm um sentido amplo. Podemos conviver e identificá-las nas paisagens, como uma casa, uma estrada, um rio, um parque nacional, uma igreja, e tantos outros elementos que permanecem ativos no território. Elas fundamentam a existência da humanidade, percebidas na herança que o território usado exibe.

As rugosidades que estudamos aqui qualificam esses conceitos, pois avançam na compreensão que vai muito além do valor estético ou histórico, como quando foi por longo tempo considerado um produto da burguesia, conforme veremos a seguir.

FOTOS 8, 9, 10 e 11: CEARÁ - TEATROS

ró - Fonte: http:/ diariodonordeste.com.br

Viçosa do Ceará - Foto: Maria do Carmo Alves/2015

Aracati - Fonte: http:/ diariodonordeste.com.br

Sobral - Fonte: PMS

A cultura é uma necessidade imprescindível de toda uma vida, é uma dimensão constitutiva da existência humana, como as mãos são um atributo do homem.

Ortega Y Gasset

CAPÍTULO 4

PATRIMÔNIO HISTÓRICO: UM INVENTO DA BURGUESIA

Neste capítulo, podemos compreender que a ideia de preservação no Brasil nasceu preocupada em conceber e demarcar uma nacionalidade, fruto da influência francesa, apesar da realidade distinta entre os países. A reflexão traz no seu cerne questões complexas, porém fundamentais para entender a construção da nacionalidade. Cabe ressaltar o papel da burguesia no fundamento em que se origina a conservação do patrimônio, assim como a visão deste, é diferente da visão geográfica de rugosidade.

CAPÍTULO 4

PATRIMÔNIO HISTÓRICO: UM INVENTO DA BURGUESIA

No quadro geral da vida e no conjunto das disciplinas científicas, como temos insistido, cabe à geografia destacar o papel ativo do território, contribuindo para uma análise que valorize as ações e a história da humanidade. Essa se fortaleceu de recursos científicos e técnicos para guardar a memória e interrogar seu passado, tendo o patrimônio como fundamento para compreender essa análise.

Desde as primeiras estruturas familiares e dos diferentes eventos ocorridos ao longo do tempo, as ações da sociedade propiciaram processos de transformações socioculturais no mundo inteiro. Em resumo, a nós cabe ressaltar o papel da burguesia no fundamento em que se origina e repousa a conservação do patrimônio histórico arquitetônico no mundo.

Françoise Choay (2006) afirma que a palavra "patrimônio", na sua origem, estava ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade, enraizada no espaço e no tempo, qualificada por diversos adjetivos, entre eles: genético, natural, histórico etc.

Para a autora, patrimônio histórico (Choay 2006, p. 11) "vem designar um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum". A autora refere-se a obras da elite como as obras-

primas das belas artes e artes aplicadas, os trabalhos e os produtos de todos os saberes e os savoir-faire dos seres humanos.

Guedes (2001) afirma que a França foi pioneira na construção da noção de patrimônio, sucedida durante a Revolução Francesa, em resposta ao vandalismo que provocava a formulação das bases fundamentais da preservação do mundo ocidental. Desse modo, promoveu a passagem de um patrimônio, que antes era familiar, para o bem comum, ou seja, para se tornar acessível para a coletividade.

A França construiu a noção "patrimonial". Dominique Audrerie, em seu livro La Notion et la Protection du Patrimoine (1997), também corrobora que se promoveu a passagem de um patrimônio familiar para o de bem comum, para o da coletividade.

Segundo Guedes (2011, p. 10), "O Serviço de Patrimônio Histórico Francês organizado pelo Estado constituiu as bases jurídicas de proteção de seu patrimônio em múltiplos aspectos, como o estético e o histórico". Para a autora, os motivos de sua constituição são bem diferenciados da história brasileira, porém é possível apontar orientações semelhantes à francesa no que se refere às medidas legais de proteção.

Neste estudo, é importante compreender essa trajetória francesa como resultado de uma tradição dos que possuíam herança, riqueza, nobreza e, especialmente, do empenho dos que lutaram à frente na Revolução.

Apesar das realidades extremamente distintas entre o Brasil e a França, essa discussão traz em seu cerne questões complexas e fundamentais para entender a construção da nacionalidade. A ideia de preservar está relacionada diretamente à questão da nacionalidade.

A partir da concepção da noção de patrimônio como resultado de um conjunto de procedimentos em favor da herança/memória francesa, podemos compreender a ideia de preservação no Brasil,

que nasceu preocupada em conceber, divulgar e, principalmente, demarcar uma nacionalidade, fruto da influência francesa.

No Brasil, o processo de reconhecimento e valorização das denominadas "cidades históricas" teve sua origem, como já mencionado, com Ouro Preto, primeira cidade brasileira a ser declarada monumento nacional, em 1933.

O Ministério da Educação e Saúde Pública do Governo Getúlio Vargas encomenda em 1936, a Mário de Andrade, o anteprojeto preservacionista, que resultou na aprovação da Lei nº 378, de 1937, instituindo o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN como órgão oficial de preservação do patrimônio cultural brasileiro, e do Decreto-Lei nº 25, que regulamenta suas atividades (ANDRADE, 2002).

Foi então, no ano de 1938, inaugurado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, hoje, atual IPHAN. No ano de 1937, a cidade foi tombada em nível federal, contemplando seu conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico e, em 1980, reconhecida como patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.

Sobre os bens patrimoniais e o processo de preservação, Gonçalves (2002) analisa de que os objetos tombados eram selecionados pela elite intelectual em voga, ou seja, são referentes àqueles portadores de valores e sentidos históricos e artísticos em sua materialidade monumental.

O Decreto-Lei nº 25, de 1937, no seu artigo 1º constitui o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como sendo "o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja preservação seja de interesse público". Sobre o tombamento, no capítulo II, artigo 4º, se refere aos Livros do Tombo nos quais serão inscritas as obras a que se refere o artigo 1º. Cada livro destaca bem, exceto o livro de tombo

arqueológico, que o interesse do tombamento é pelos bens da elite, como segue:

1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.

2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;

4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

Martins (2006, p. 8) afirma que

> "a proteção do chamado patrimônio cultural resumia-se a tombamentos e inscrições de obras que, ou eram belas, sob o conceito de beleza de um grupo de tecnocratas, ou traduziam fatos marcantes da história do Brasil, sob um critério apenas empírico, sem qualquer fundamento científico e, juntando-se a isto, a ausência de mecanismos para a proteção do patrimônio cultural do povo, da massa, dos grupos marginalizados.

Analisando a relação de bens tombados no Brasil, percebe-se que sempre se promoveu no país uma política em que os senhores da memória – em sua maioria arquitetos – se empenharam em preservar, sobretudo, bens da religião católica, como igrejas, mosteiros, conventos, prédios de belezas monumentais etc, assim como equipamentos de importância para a elite social e econômica.

Em relação a essa análise, Martins (2006) faz uma crítica, referindo-se aos processos de tombamento realizados entre 1938 e 1981, onde conclui e transcreve o pensamento de Falcão, que teria qualificado os processos de tombamento de bens pelo SPHAN, nos seguintes termos:

> "O levantamento sobre a origem social do movimento tombado indica tratar-se de: a) monumento vinculado à experiência vitoriosa da etnia branca; b) monumento vinculado à experiência vitoriosa da religião católica; c) monumento vinculado a experiência vitoriosa do Estado (palácios, forte, fóruns etc.) da elite política e econômica do país. (Falcão apud Martins 2006, p. 10).

O ponto de vista abordado no parágrafo acima pode ser comprovado verificando-se a lista de bens imóveis tombados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN no período de sua criação, na qual não se encontra nenhuma senzala, quilombo, terreiro de macumba, centro de dança africana, entre outras demonstrações da cultura e de movimentos de etnias minoritárias.

A respeito desse assunto, no processo de preservação do patrimônio histórico e artístico e cultural, observa-se a ausência de participação popular, explicitando um processo excludente, onde se dá preferência a apenas uma parcela da população.

Para Martins (2006, p. 44), "o ideal seria a participação total da população local nas decisões relativas à sua própria cidade". Mas o autor reflete se é realmente possível uma população com problemas de primeira necessidade, como alimentação, trabalho, problemas econômicos, de saúde e sem informações, interessar-se de fato pelo destino de uma igreja barroca, de casas coloniais, entre outros.

Nesse contexto, Martins (2006) pondera que a definição mais comum de cultura a identifica como saber privilegiado, refinamento de um conhecimento abrangente, alcançado apenas por uma elite.

É oportuno observar que, diferentemente das rugosidades que se baseiam nas formas herdadas, a preservação do patrimônio acontece na maioria das vezes de forma seletiva, utilizando-se em grande parte critérios que privilegiam o valor do monumento, o valor social, enquanto o conceito que apoia essa pesquisa, a rugosidade,

nos propõe o conhecimento do território praticado, considerando hoje a totalidade-mundo. Sem isso, nesta contemporaneidade, estabelecem-se obstáculos para as discussões relativas a patrimônio, preservação ou memórias sociais e coletivas.

A essência da rugosidade nos leva a comprovar o que a diferencia dos processos de tombamento. Pois ela, como analisada na hipótese, amplia geograficamente a noção de patrimônio e os significados socialmente produzidos. Por isso acreditamos que "a noção de patrimônio" não traduz a visão geográfica de rugosidade, como será visto a seguir.

A NOÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E A VISÃO GEOGRÁFICA DE RUGOSIDADE

Na análise dessa pesquisa sobre o uso do território, a ideia geográfica de patrimônio está subordinada àquela de rugosidades, o que justifica o nosso recorte de estudar as cidades históricas para entender a totalidade. Porém, o espaço geográfico não é físico e nem mensurável, se comparado ao modo como arquitetos, engenheiros e planejadores atuam, quando seus esforços se direcionam ao urbano.

Ao geógrafo, cabe estudar a cidade além do plano da materialidade, pois, pelos sistemas de objetos e ações, a cidade é abstrata e é uma instância social. As paisagens materializadas trazem, na sua essência, o sentido do acontecer através de ações da sociedade que ocorrem a todo instante. Ela é, historicamente, constituída pela necessidade humana de se desenvolver. Assim, percebemos a concepção dialética da cidade na perspectiva histórica da sua essência verificável nas paisagens.

Por muito do que já foi dito até aqui, entende-se que as formas cristalizadas de um passado presente e ativo são o que fundamentam as rugosidades. Entretanto, não se traduz apenas sucintamente na ideia material de patrimônio.

As formas ativas herdadas podem se tornar eternas desde que a dinâmica da prática política decida por isso. Portanto, a ação do tombamento é uma atividade e uma manifestação política, se considerarmos as práticas de tombamento[12] e de preservação importantes para o desenvolvimento da cidade.

---

[12] O termo tombamento, no Brasil, relaciona-se com a inscrição dos bens culturais no chamado Livro do Tombo, a partir do qual – e desde a abertura do processo de tombamento -, a salvaguarda dos bens se torna uma responsabilidade do Poder executivo, a quem corresponde a tarefa de

Conforme Bortolato (2009), no Brasil, a figura do tombamento adquire importância desde as origens da institucionalização do patrimônio nos anos 1930, como instrumento soberano de proteção cultural, símbolo do aparato legislativo que envolve o tema da preservação de bens do nosso país.

O conhecimento do processo e das ações de tombamento nos parece importante, na medida em que nos permite identificar e entender os valores envolvidos na área tombada, condição necessária para a formulação de qualquer política mais abrangente para a preservação do patrimônio.

Entretanto, é importante a compreensão sobre as ações que normatizam o uso do território, mas pressupõe-se identificar e entender antes o que qualifica um bem, seja ele material ou imaterial, já que nas ações vinculadas a esses processos existem muitos interesses.

No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN[13], órgão responsável por manter a diversidade das contribuições dos diferentes elementos que compõem a sociedade brasileira, tem a responsabilidade não apenas de preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros, mas também de assegurar a permanência e usufruto desses bens para todas as gerações.

---

impedir a destruição, a modificação e a mutilação dos bens. (Bortolato, 2009, p. 26).

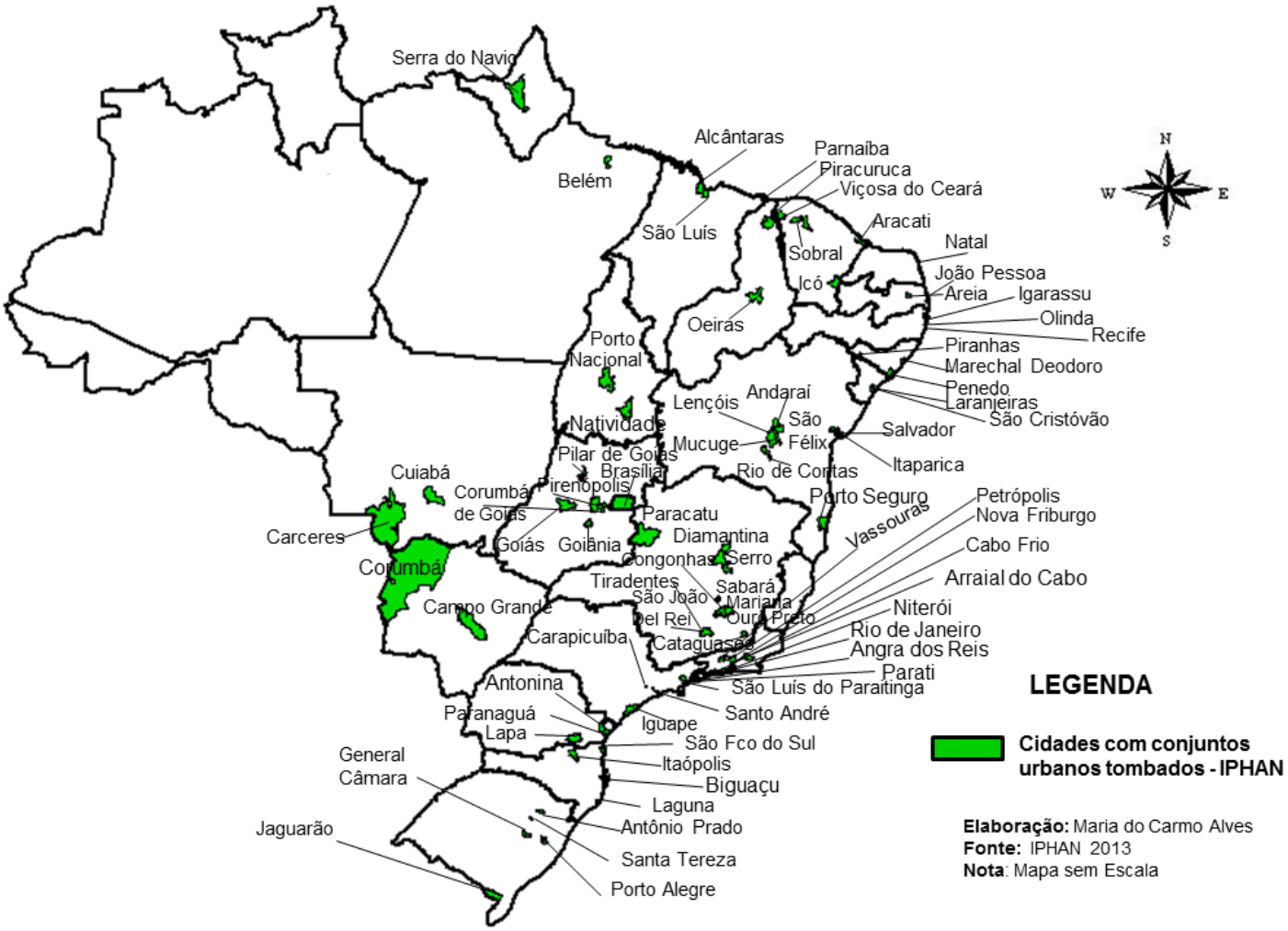
[13] Organismo federal de proteção ao patrimônio, criado em 13 de janeiro de 1937 pela Lei nº 378, no governo de Getúlio Vargas. Ao final dos anos 30, foi confiada a intelectuais e artistas brasileiros vinculados ao movimento modernista. A semana de Arte Moderna de 1922 traz à cena cultural novos valores e concepções estéticas e culturais. O resgate de um Brasil de feição mestiça e apartado dos padrões europeus inicia uma nova síntese cultural que procura abarcar as múltiplas faces da brasilidade, para produzir uma cultura e arte genuinamente nacional. O IPHAN está hoje vinculado ao Ministério da Cultura. A iniciativa obedece a um princípio conceitual presente inicialmente no Decreto-Lei nº25 de 30/11/1937, aprimorado e ampliado pelo artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil. (IPHAN, 2013).

Além disso, é no IPHAN que os processos de normatização do tombamento da herança cultural brasileira acontecem. Atualmente, a classificação do que está tombado no Brasil abrange: conjuntos urbanos, conjuntos arquitetônicos, conjuntos rurais, edificações, ruínas, terreiros, quilombos, paisagens naturais, jardins e parques, equipamentos de infraestrutura urbana, bens móveis e integrados, coleções e acervos, coleções e acervos arqueológicos, sítios arqueológicos e bens paleontológicos.

No Brasil existem oitenta e três sítios urbanos históricos tombados, ordenados territorialmente nas regiões, Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste (mapa 7).

Procuramos mostrar no mapa, a seguir, uma representação cartográfica de leitura do território, a partir das cidades que possuem conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN. O objetivo é numa escala maior entender o que isso representa para a compreensão do território brasileiro e seu uso.

MAPA 7: Brasil - Cidades com conjuntos urbanos tombados



O mapa 7 apresenta, por Estado brasileiro, a informação precisa e exibe onde estão as cidades com sítios tombados no Brasil. Cabe-nos entender as relações entre a técnica e os valores políticos e sociais que motivaram essa prática em todo o Brasil. Os sítios das cidades são igualmente protegidos pela norma nacional.

Sobre a normatização do patrimônio e da preservação, é necessário entender ser o Estado a instituição detentora do poder e

da legitimidade de elaboração e aplicação das normas e das leis que regem o uso do território.

O Artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil[14] define patrimônio cultural a partir das formas de expressão, modos de criar, fazer e viver das criações científicas, artísticas, tecnológicas, destacando também as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, paisagístico, arqueológico e paleontológico.

A Constituição adota uma ótica mais abrangente de reconhecimento do patrimônio, uma vez que discorre sobre elementos materiais e imateriais. A definição da constituição é a que mais se aproxima daquela que geograficamente percebemos, como segue.

O Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937, organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e decreta, no seu capítulo I, Art 1º: Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Nesta pesquisa, no uso feito do conceito de rugosidades, não se consideram questões referentes aos interesses, mas aquilo que é referente às sociedades humanas, em permanente atividade, pois a dinâmica do espaço herdado pela sociedade modifica ou cria novas rugosidades, que ficam como testemunho de um momento de manifestações concretas, sensivelmente percebido nas paisagens. Esta reflexão se apoia nas palavras de Santos (2008, p. 231), ao dizer que:

> É por isso que, ao analisar a ação do Estado na ótica dos subespaços, é preciso levar em conta a

[14] Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 64 de 4 de fevereiro do 2010.

> necessidade de distinguir ou separar o que diretamente cria novas rugosidades. O Estado pode criá-las ou contribuir para reforçar o caráter das já existentes ainda que isso implique mudança de natureza das rugosidades em questão. Por exemplo, quando o Estado decide instalar um hospital, uma escola, uma usina elétrica, ou uma cidade industrial, ele está criando uma nova rugosidade ou contribuindo para afirmar uma rugosidade já existente. O comportamento do espaço depende tanto das ações passadas como das ações atuais.

Assim, salienta-se que a noção de patrimônio não traduz a visão geográfica de rugosidades. Considera-se aqui que a questão do tombamento é um processo que tem seu início com a ação que recai na institucionalização dos objetos e práticas culturais escolhidas para serem preservadas enquanto patrimônio.

O processo de proteção ao bem tombado passa por algumas etapas que garantem a proteção. Uma delas consiste na institucionalização do patrimônio por meio de tombamento, passando a sofrer uma atenção maior e, por conseguinte, valorização do espaço construído com base nos valores estéticos e mercadológicos do entorno.

Os espaços passam por intervenções que requalificam os bens tombados, haja vista que visam atrair investimentos. Dessa maneira, os cuidados que essa área receberá tornam-se um atrativo para implantar as atividades em vários setores da economia.

> O objetivo inicial inserido no processo de patrimonialização é a salvaguarda dos bens tombados, porém, com a crônica ausência de uma política pública de preservação mais efetiva no Brasil, estas áreas passam a ser produzidas e reproduzidas pelos ditames econômicos, fato que coloca em risco a própria permanência destes bens, desencadeando em um processo de modernização do passado que retira a temporalidade dos bens (...) (SANTOS, 2015, p. 22).

A requalificação de algumas áreas inseridas no contexto do tombamento é uma tendência à valorização do espaço da cidade, pautada na estratégia de desenvolvimento urbano – tanto por parte

do Estado como dos empreendimentos privados, que visam investir na área mais dinâmica do município.

Compara-se aqui essa reflexão ao que Santos (2008) se refere ao falar em rugosidades como o papel de "inércia dinâmica" das formas herdadas.

Por inércia dinâmica, Santos (2005, p.45) entende que:

> A forma é tanto resultado como condição do processo. As formas espaciais não são passivas, mas ativas; as estruturas espaciais são ativas e não passivas, mesmo que sua autonomia com relação a outras estruturas sociais, seja relativa. Mas as formas espaciais também obrigam as outras estruturas sociais a modificar-se, procurando uma adaptação, sempre que não possam criar novas formas.

Por esse motivo é proposto, nessa pesquisa, ampliar a discussão que excede a compreensão pelo patrimônio. A rugosidade, geograficamente, abriga na sua diversidade a realização material que se manifesta na dinâmica dos sistemas de objetos e ações.

Como diz Santos (2008), o espaço é a matéria trabalhada por excelência, ele impõe a cada coisa um conjunto de relações, porque cada coisa ocupa um certo lugar no espaço, porém "quando se trata de espaço humano, não se fala mais de prático-inerte, mas da inércia dinâmica" (SANTOS, 2008, p. 172).

As relações espaço/sociedade estão em movimento permanente. Do ponto de vista analítico podem ser diferentemente apreendidas, uma vez que aqui se quer chegar a uma pequena teoria, partindo da análise dos fatos tal como são, com suas racionalidades e contrarracionalidades presentes no uso do território.

A seguir veremos alguns exemplos de como essa realização ocorre no Ceará, discussão necessária para reforçar nosso entendimento sobre as rugosidades.

FOTO 12: VIÇOSA DO CEARÁ– IGREJA DE N. SRA. DA ASSUNÇÃO

Foto: Maria do Carmo Alves/2015.

Quando eu for, um dia desses, poeira ou folha levada, no vento da madrugada, serei um pouco do nada, invisível, delicioso, que faz com que o teu ar, pareça mais um olhar, suave mistério amoroso, cidade de meu andar, (Deste já tão longo andar!) e talvez de meu repouso...

Mario Quintana

TERCEIRA PARTE

CEARÁ E RUGOSIDADES

CAPÍTULO 5

CEARÁ, RUGOSIDADES E O SEU PATRIMÔNIO HISTÓRICO

A terceira parte de nossa pesquisa tem como foco conhecer o território cearense, sobretudo, o território tombado. Revelaremos como se podem compreender as rugosidades materializadas a partir dos lugares que nos instigam a elucidar questões relevantes e interpretativas do sistema de objetos e ações, como premissa para entender o território usado.

CAPÍTULO 5

CEARÁ, RUGOSIDADES E O SEU PATRIMÔNIO HISTÓRICO

A geografia aqui trabalhada preocupa-se rigorosamente com seu objeto, o espaço geográfico, isto é, com as relações indissociáveis entre sistemas de objetos e ações, como premissa para entender o território usado, "condenado a errar em suas análises quando considera somente o lugar como se ele tudo explicasse por si mesmo, e não a história das relações, dos objetos sobre os quais se dão as ações humanas [...]", segundo Santos (2008, p. 64).

Os estudos aqui feitos não consideram a velha concepção de Geografia, como ciência apenas da descrição do espaço, pois é importante que se dê atenção também ao tempo. Nesse sentido, é fundamental a compreensão das origens, da formação, do crescimento e das possibilidades de interpretar a atualidade, fazendo um percurso de reconhecimento do passado como processo e não permanecendo na mera descrição.

Desse modo, para interpretar as rugosidades cearenses e seus elementos, é imprescindível conhecer as relações e o movimento histórico de cada localidade, de cada povo, haja vista que, por mais parcial ou pequena que pareça, elas contêm a totalidade, contém partes de relações que são globais. Ainda que aconteçam em um lugarejo qualquer, é uma engrenagem que é parte do todo, do mundo.

Caio Prado júnior (1989) descreve que todo povo tem na sua evolução um "certo sentido", que se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo.

Neste capítulo será abordada a análise da história do uso do território no Ceará, para compreender os momentos e aspectos que pela sua evolução e pelo seu povo se torna explicável.

O intuito não é fazer uma geografia histórica, mas compreender alguns processos passados que trazem em seu percurso o entendimento do presente.

Rocha e Costa (2008) descrevem que a incipiente urbanização cearense teve começo com a criação das vilas de Aquiraz em 1713 e Vila Fortaleza de N.S. da Assunção em 1726, substituindo a pequena antiga Vila do Ceara ou Vila de São José do Ribamar que fora criada em 1699.

Posteriormente, mais vilas foram instaladas marcando a ocupação dos sertões pela pecuária, tendo o rio Jaguaribe como principal vetor, em cujo trecho médio implantaram-se Icó (1738) e, posteriormente, Aracati (1748), já quase no encontro do rio com o mar, ao norte do Estado, Sobral (1773), entre outras, todas motivadas pela atividade pastoril. Segundo os autores houve a partir de 1757, um esforço administrativo da coroa portuguesa para acelerar a criação de vilas em toda a colônia, devido ao crescimento das relações comerciais.

Com as charqueadas, ocorreu o período áureo da pecuária nordestina. Essas feitorias marcam, assim, o desenvolvimento econômico da região como o chamado "Ciclo do Gado", cuja expansão promoveu a criação de novas vilas.

Abreu (1954) reforça essa tese quando se refere ao gado que povoara os sertões estabelecendo as fazendas, alegando que esse fato propiciou e favoreceu a existência das numerosas vias de

comunicação internas e também os estados vizinhos. Tais vias, foram importantes para o desenvolvimento da região.

Abaixo, no mapa 8, identifica-se o desenvolvimento das vias que se deu pela ocupação das terras, em virtude da pecuária que se instalou no sertão cearense, onde estavam as primeiras fazendas que serviam de abrigo para os viajantes.

MAPA 8: CEARÁ - OS CAMINHOS DO GADO.

LEGENDA

Caminho da Bahia

Estrada Nova das Boiadas
Estrada Real da Paraíba ou
Estrada para Pernambuco

Caminho Sobral/Piauí

Estrada Crato/Oeiras
E Crato-Piancó

Fonte: Livro O Lado Esquerdo do Rio (2003,p. 27). Herbert Rocha. Desenho Original: Nelson Paiva

Desenho Modificado: Maria do Carmo Alves/2016.

De acordo com Rocha (2003), assim como as vias, os cursos de água tiveram sua importância no povoamento europeu do sertão brasileiro, uma vez que orientavam a penetração dos colonizadores pelo interior, possibilitando a instalação de suas fazendas.

No mapa 8 podemos fazer essa leitura, pois espacializa bem os caminhos onde foram se estabelecendo primeiro as fazendas, que logo se tornaram vilas e, posteriormente, passaram a ser cidades. Nos vetores por onde passam as estradas, localiza-se facilmente cada uma daquelas estudadas nesta tese, e que foram, desde o início da sua colonização, importantes para o desenvolvimento da região e relevantes, por sua dinamicidade naquele período.

O olhar sobre o território dessas cidades e suas paisagens nos permite perceber as ações que se deram ao longo do tempo e traz a possibilidades de várias leituras. Por exemplo, Santos (2006) questiona se é possível falar em "idade de um lugar". Essa reflexão é importante porque remete à ideia de que as cidades que nasceram com a colonização, são frequentemente compreendidas pelo ano de sua fundação jurídica.

Baseados nas informações amplamente divulgadas sobre o Patrimônio Histórico, alguns pesquisadores as percebem da seguinte maneira: pelo ano de sua fundação, quem a fundou - a partir de então, muitos eventos e festas se originaram para comemorar muitos feitos da elite; bem como, pelo século ao qual pertence cada monumento tombado e a história acerca desse bem.

Porém, esta pesquisa não se limita à perspectiva jurídica, mas vai além, pois, se direciona para outros critérios de análise da realidade, dos processos e das paisagens elaboradas pelo homem, o principal agente de transformação do uso do território.

Assim, a cidade, pelas suas paisagens, revela um modo de civilização, exibe um conjunto vivo de organização social que nela se estabeleceu. É através da observação da paisagem, pela apreensão do movimento do mundo, que se tem a sensibilidade para entender a

complexidade do território usado. É ele quem reflete as dinâmicas sociais que na história se mostram, com suas mudanças, no presente.

O olhar geográfico não se restringe à análise dos processos passados, mas busca sugerir a análise que a partir dele irá fundamentar a compreensão do presente.

Essa fundamentação pode se basear, de acordo com a visão do pesquisador, nos cortes geológicos e geomorfológicos que nos levam a perceber a conformação da natureza, as paisagens elaboradas pelo homem e a relação indissociável com a técnica, que desde os tempos pré-históricos contribui para a compreensão do processo de uso e ocupação do território.

É com a análise de que a ocupação do sertão cearense se deu com o gado trazido por colonizadores de capitanias vizinhas, especialmente Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, que compreendemos como foram ocupados os Vales dos rios Jaguaribe e Acaraú. Estes foram pontos essenciais de colonização e importantes para a discussão da tese aqui defendida, haja vista que hoje essas cidades se apresentam como patrimônio histórico tombado, onde se resgata fatos importantes da história da colonização do Ceará.

Esse resgate faz-se necessário para adentrar a discussão central desta análise, ou seja, estudar as rugosidades presentes nas cidades históricas do Ceará e entender mais sobre sua ocupação e uso do seu território.

Olhar essas cidades causa inquietação ao imaginar um período de elementar avanço técnico e tecnológico e, mesmo assim, com grande pompa e ostentação nas construções urbanas para a época e para a população que lá habitava. Hoje, só é possível compreendermos o presente, representado pelo vigor de suas contrastantes paisagens que impressionam mesmo os olhares mais exigentes.

As cidades de Sobral, Icó, Aracati e Viçosa do Ceará, localizadas no interior do Ceará, por meio dos seus sítios tombados, exibem concretamente na paisagem testemunhos do período colonial: a ocupação bandeirante, que apresenta importantes vestígios da ocupação agropastoril com expressividade nas antigas vilas e lugarejos com elementos marcantes que enaltecem sua paisagem urbana.

Caminhar por Sobral, Viçosa do Ceará, Aracati e Icó, significa ter um encontro do presente com um passado histórico; significa ouvir e conhecer muitas histórias, algumas vezes, mal contadas, mal interpretadas e percebidas de modo distinto por diferentes sujeitos.

Cada pessoa percebe a cidade por um olhar: o turista, o investidor, o trabalhador, o comerciante, o morador que reside no centro histórico, o morador dos bairros e distritos vizinhos, o pesquisador, os profissionais que trabalham para manter a área preservada, o poder público, entre tantos outros, que a analisa conforme sua prática cotidiana e sua visão de mundo.

Podemos, por exemplo, citar, a partir das entrevistas[15] realizadas, o trecho da fala de um comerciante nascido na cidade de Viçosa do Ceará e comerciante no sítio histórico. Ele afirma que vê o patrimônio tombado positivamente, quando diz: "Eu acho muito lindo todos esses prédios antigos. Meu comércio tem um grande movimento porque as pessoas vêm para conhecer o imóvel e acabam fotografando, entrando e comprando". (Entrevista oral, 2015).

Enquanto isso, outro morador, do bairro São José, na periferia da cidade de Viçosa do Ceará, critica as práticas políticas e sociais ao dizer que "tudo na cidade gira em torno da praça da igreja, por causa dos monumentos tombados, enquanto os bairros mais distantes ficam esquecidos". O nosso entrevistado ainda ressalta que "com os distritos a coisa é ainda pior". (Entrevista oral, 2015).

---

[15] As entrevistas foram realizadas no mês de outubro de 2015. A pedido dos entrevistados, os nomes foram preservados.

Vale ressaltar alguns moradores que também não demonstram simpatia pelo sítio histórico: aqueles que possuem imóveis na área tombada e não podem efetuar reformas de construções que possam comprometer a aparência do que se quer preservar, as fachadas externas.

Assim falou um sobralense entrevistado, morador na Avenida Dr. Guarany, no centro histórico de Sobral: "Eu tenho espaço para construir uma garagem, mas não posso quebrar a parede para não descaracterizar a fachada, e assim eu fico sem poder guardar o carro da minha filha. Considero inadmissível não poder mexer no que é meu". (Entrevista oral, 2015).

Percebe-se no discurso do nosso entrevistado a insatisfação de não poder interferir no próprio imóvel. Enquanto isso, uma senhora que nos recebeu em sua casa, sobralense e também moradora do Sítio Histórico, revelou-se entusiasmada com o tombamento. Relata a entrevistada que acha maravilhoso a cidade preservar a história de seu povo, quando nos fala que "é importante ver na cidade o que os nossos antepassados construíram e que hoje, devido ao tombamento, nós podemos apreciar e conhecer a história do nosso povo, que também é nossa". (Entrevista oral, 2015).

No centro de Sobral, um comerciante entrevistado se mostrou encantado pelos casarões da área tombada e bastante satisfeito com a beleza peculiar do seu imóvel.

Ele é um investidor no ramo da gastronomia, garantiu que "O bom movimento do seu restaurante se dá por três motivos: o primeiro, pela localização privilegiada no sítio histórico, área mais dinâmica e ativa da cidade – aqui é onde tudo acontece. O segundo, pela estrutura e beleza arquitetônicas do imóvel. E o terceiro pela boa comida que oferecemos aos nossos clientes". (Entrevista oral, 2015).

É notório que, ao caminhar pelos sítios tombados nas quatro cidades estudadas nesta tese, percebe-se algo em comum entre elas. Existe hoje uma mudança no uso, se nos referirmos ao crescimento

do número de comércios e serviços que se instalaram nos imóveis preservados. Os novos usos vêm dar outra dinâmica e uma nova função aos imóveis que antes eram apenas residenciais.

Como escreve Costa e Scarlato (2008), são antigas formas que, ao assumirem novas funções, sintetizam novos conteúdos para o residente, dentro da vigente estrutura estabelecida pela reprodução do capitalismo e seletividade do capital, que impacta o território urbano.

Essa compreensão perpassa também o entendimento das contradições entre preservação e mercantilização das cidades que se valem das áreas tombadas como mercadoria, dos centros e não das periferias que, historicamente, são marginalizadas, uma vez que sempre se valorizou mais o erudito do que o popular.

Sobre essa questão, Mário de Andrade nos fala que,

> Essas cidades enquanto cidades históricas emergem na questão da forja de uma identidade nacional. Uma identidade que nasce fragmentária, pois se referiu, naquele momento, no caso brasileiro, aos bens das elites coloniais, ao serem adotados critérios parciais para a seleção do que deveria ser preservado e enaltecido como símbolo da cultura nacional: casarões, igrejas e palácios ligados a elite branca colonial. (ANDRADE, 2002, p. 130).

Pode-se perceber na formação socioespacial do Brasil que há historicamente uma tendência a se pensar e trabalhar as cidades como produto cultural elitizado. As ações sempre se deram de maneira elitista e segregacionista.

O tombamento, a priori, é um exemplo daquilo que se quer manter, pela política de preservação do país, o controle sempre esteve junto às riquezas e aos monumentos excepcionais, justificado pelo simbolismo republicano.

Não seria exagero dizer que, quase sem exceção, os locais do patrimônio, que se fazem dialogar com o passado, estão associados ao contexto político nacional. Porém, essa questão trouxe uma perspectiva para entender porque estiveram sempre ligados à elite econômica, o que introduz o patrimônio como um invento burguês, como já visto no terceiro capítulo.

A preservação do patrimônio arquitetônico possibilita transformar os espaços das cidades, quando esses assumem uma dinâmica urbana para atender diversos interesses.

Essas cidades são pouco conhecidas em nível nacional e não apresentam no seu sítio uma dinâmica econômica ou mesmo um investimento capaz de mover o turismo, se comparadas a outras cidades como as mineiras ou as baianas, por exemplo, onde há um investimento no turismo voltado para as questões do patrimônio tombado e, naturalmente, com uma expressividade maior, pela própria história, interesse e uso do território.

Dessa forma, o patrimônio histórico pensado na perspectiva dialética oferecida a partir da abordagem do espaço geográfico, como é entendido aqui, favorece a análise da ocupação territorial e, assim, contribui para o aprofundamento da discussão em torno das dinâmicas espaciais urbanas materializadas nas permanências e transformações de suas paisagens.

É notório que os estudos sobre o patrimônio venham cada vez mais atraindo pesquisadores e estudiosos da temática; ganhando outras formas de análise, uma vez que geralmente foram vistos com mais relevância no âmbito das discussões de estudos urbanos ligados a arquitetura, ou seja, estudavam-se com mais ênfase as técnicas e as formas de construção.

Na atualidade, novas inquietações colaboraram para uma maior abrangência de estudos dessa temática, especialmente, nas Ciências Sociais e Humanas, com destaque para a ciência geográfica,

que tem proporcionado grandes contribuições para a compreensão dos sistemas de objetos e ações sobre o uso do território.

O Ceará, na sua totalidade, é composto por 184 municípios, desses apenas os municípios aqui estudados possuem um sítio histórico tombado.

Entretanto, existem outros bens tombados pelo IPHAN, em outros municípios. Por isso é necessário ampliar esse conhecimento para a totalidade do território cearense. Visto que abordamos neste estudo a rugosidade como essência da discussão, torna-se pertinente conhecermos todos.

Embora os bens tombados não sejam nosso foco principal de estudo, eles são partes deste, haja vista que são rugosidades e fazem parte do território cearense, com os mesmos critérios das cidades estudadas. Por isso, consideramos importante conhecê-los e entendê-los como parte da totalidade, no uso do território.

UM PANORAMA GERAL DO PATRIMÔNIO TOMBADO CEARENSE

Para entender a dinâmica do patrimônio cearense tombado e alcançar a compreensão do uso do território, a rugosidade é um ponto de partida interessante, uma vez que no Ceará, busca-se conhecer e entender as práticas e ações de preservação existentes e normatizadas pelo IPHAN.

É importante fazer análises e ponderações sobre os bens tombados a serem apresentados, que vão além das quatro cidades estudadas como objeto principal desta pesquisa. A principal delas é conhecer os demais patrimônios, o que nos possibilitará ter uma visão geral das rugosidades cearenses; porém, a Geografia deve preocupar-se com as análises do movimento, e apreender os objetos e ações como um todo, sem perder o foco da totalidade.

Desse modo, faz-se necessário entender o processo desde a criação da Superintendência do Iphan no Ceará, a partir do ano de 2009, pelo Decreto nº 6.844, de 7 de maio de 2009. Antes disto, em 1982, havia sido instalada a 4ª Coordenação Regional daquele instituto, para atender aos estados do Ceará e Rio Grande do Norte.

Segundo o chefe do Escritório Técnico do IPHAN em Sobral[16], que nos concedeu entrevista, cabem às superintendências, a coordenação, o planejamento, a operacionalização e a execução das ações do Iphan, em âmbito estadual, bem como a supervisão técnica e administrativa dos escritórios técnicos e de outros mecanismos de gestão localizados nas áreas de sua jurisdição.

Entre outras atribuições, ao IPHAN-Ceará, cabe analisar, aprovar, acompanhar e orientar projetos de intervenção em áreas ou

[16] Entrevista concedida pelo chefe do Escritório Técnico de Sobral, Arquiteto Alexandre Veras de Freitas/2016.

bens protegidos pela legislação federal, além de fiscalizar, embargar ações que contrariem a legislação em vigor, e aplicar sanções legais.

No Ceará, a sede do Iphan está localizada no centro da capital, Fortaleza, e funciona em um prédio tombado, que abriga também uma biblioteca aberta à população, com mais de três mil títulos.

Neste tópico, iremos conhecer todo o patrimônio tombado cearense e analisar as cidades que acolhem essa prática, percebendo-o como uma totalidade. Vale ressaltar que, neste momento da discussão, não estão inseridas as cidades com sítios tombados, já que elas estão contempladas na discussão de todo o texto.

Neste tópico daremos importância aos demais bens que se apresentam como objetos isolados, pelo seu contexto e pouca expressividade na complexidade e funcionalidade urbana que está se trabalhando aqui.

É importante repetir que os demais bens espalhados pelo Ceará, apesar de sua importância na compreensão do todo, não serão o principal foco de reflexão e atenção nesta pesquisa, porém, não poderiam ficar fora da discussão, haja vista que fazem parte do contexto e da totalidade considerados quando teorizamos sobre as rugosidades. Em momento algum se está diminuindo sua importância, entretanto, a empiria considerada dedicou mais atenção e foco às cidades com sítios urbanos tombados.

Para melhor exemplificar, serão exibidos, logo abaixo, alguns dados levantados, juntamente com informações que classificam a relação por tipo de tombamento.

Foi elaborado um quadro e um mapa que excede o conhecimento já explicitado das quatro cidades estudadas. Nesse momento serão conhecidas com mais detalhes, as outras cidades e seu patrimônio, que se somam ao rol de outros tipos de bens tombados.

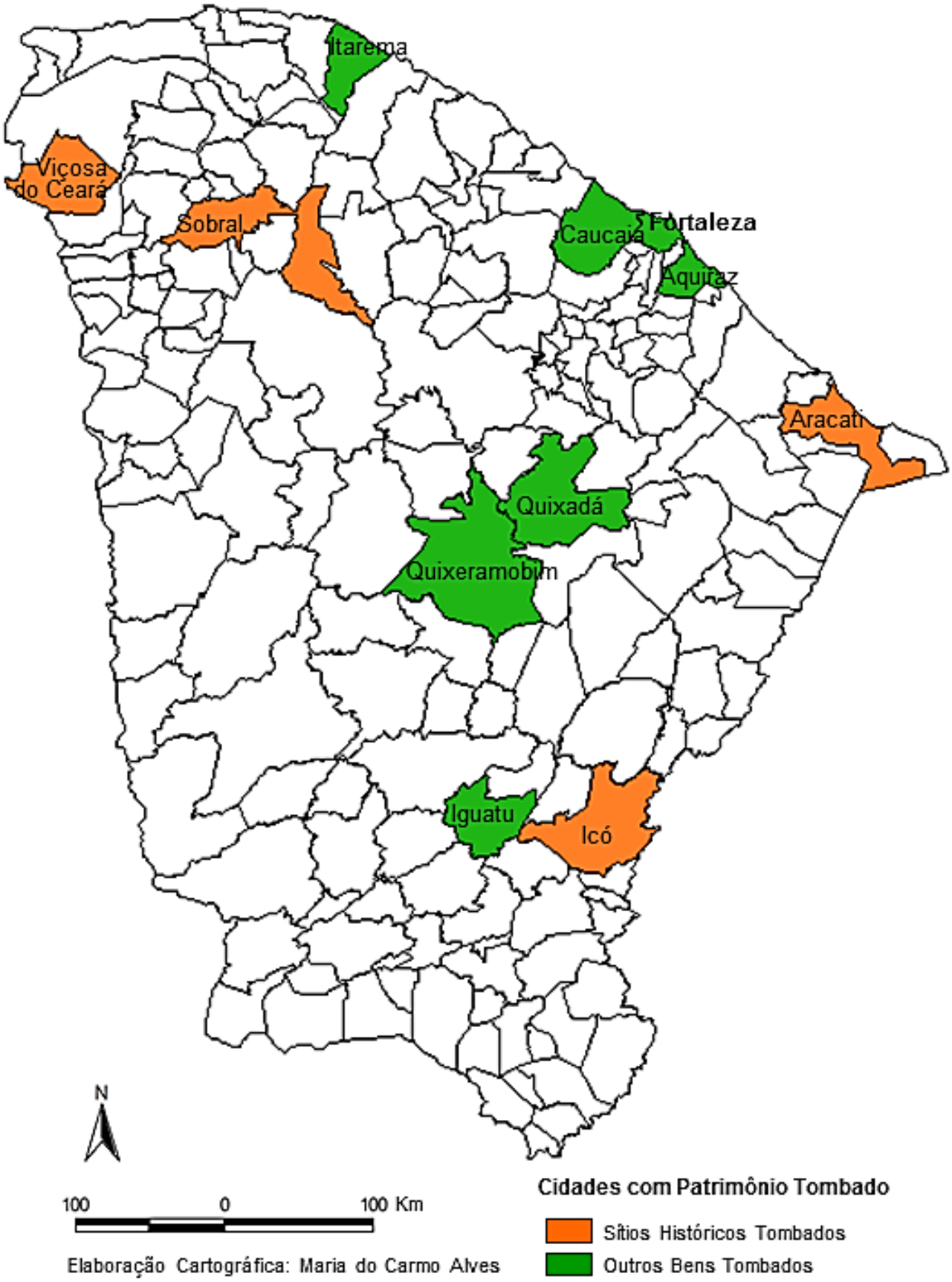
Além de Fortaleza, existem mais seis cidades localizadas no interior do estado a serem estudadas geograficamente; o que torna possível compreender esse processo e os fatores determinantes e condicionantes, que proporcionaram o tombamento. O exemplo segue no quadro e no mapa a seguir.

Quadro 1 – Bens tombados do Ceará.

Município	Classificação	Nome atribuído	Ano/ Tombamento
Fortaleza	Coleções e acervos arqueológicos	Coleção arqueológica do Museu da Escola Normal	1941
	Edificação	Casa natal de José de Alencar	1964
	Edificação	Teatro José de Alencar	1964
	Edificação	Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção	2008
	Edificação	Museu do Ceará	1973
	Edificação	Prédio da antiga sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	1983
	Jardins e parques	Área do Passeio Público, Antiga Praça dos Mártires	1965
Caucaia	Edificação	Casa de Câmara e Cadeia	1973
Itarema	Edificação	Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Almofala	1980
Quixeramobim	Edificação	Casa de Câmara e Cadeia	1972
Iguatu	Edificação	Igreja Matriz de Santana fachada principal	1974
Aquiraz	Edificação	Mercado de Carne	1984
Quixadá	Equipamentos e infra-estrutura urbana	Barragem do Açude Cedro	1984
	Paisagem natural	Conjunto dos Serrotes	2004
Icó	Conjunto Urbano	Sítio Histórico	1997
Sobral	Conjunto Urbano	Sítio Histórico	1999
Aracati	Conjunto Urbano	Sítio Histórico	2000
Viçosa do Ceará	Conjunto Urbano	Sítio Histórico	2003

Fonte: IPHAN - 2016.

Mapa 9: Ceará - Cidades com patrimônio tombado.



Iniciando a sequência do quadro, a referência "Coleção arqueológica do Museu da Escola Normal Justiniano de Serpa" diz respeito à coleção composta por um vaso de cerâmica, encontrado na Gruta da cidade de Ubajara, um trabalho indígena. São sessenta e oito peças formadas por arcos e flechas de índios do Mato Grosso, vinte e duas peças de enfeites de índios e quatro machados de pedra indígenas. (IPHAN, 2016).

Esse primeiro dado nos traz uma reflexão sobre a sociedade em um dado momento de sua evolução, em relação a um determinado estado das técnicas. Essa compreensão é essencial para o entendimento das características da história de uma época em que cada período representa a forma de entendermos como a mesma se mostra para nós, através do desenvolvimento de cada período técnico.

Já a segunda referência de bem tombado, a "Casa de José de Alencar", nos traz a informação de que é uma edificação que serviu de residência para o cearense José de Alencar. Ela foi por nove anos o lar do escritor[17].

Na atualidade, ela é objeto de preservação, mantido pela Universidade Federal do Ceará. Mantém sua construção original, como se vê nas fotos abaixo.

---

[17] José Martiniano de Alencar - Político e escritor brasileiro, patrono da Academia Brasileira de Letras. Como político conhecido por sua tenaz defesa da escravidão no Brasil e por ter sido Ministro da Justiça. Filho ilegítimo do padre e mais tarde senador José Martiniano Pereira de Alencar com sua prima Ana Josefina de Alencar. Escreveu uma vasta obra literária, a saber, *O Sertanejo, Iracema, O Gaúcho, O Tronco do Ipê, Segundo Reinado, Diva, Lucíola, Senhora, Ubirajara, O Guarany, As Minas de Prata, Guerra dos mascates, A Viuvinha, A Pata da Gazela, Encarnação, Cinco Minutos, Sonhos d'Ouro,* entre outros; além de crônicas e várias peças teatrais como, *Verso e Reverso, O Crédito, O Demônio Familiar, As asas de um anjo, Mãe, A expiação e O Jesuíta*.

Fotos 13 e 14: Casa de José de Alencar.

Maria do Carmo Alves/2017.

A referida residência se encontra situada no Sítio Alagadiço Novo, em Fortaleza. "Além da Casa, subsistem as ruínas de um antigo engenho, o 1º do Ceará a receber a energia a vapor" (GUIA DOS BENS TOMBADOS DO CEARÁ, 1995, p. 67).

Sua inauguração, em 1830, foi o marco inicial da industrialização do Estado. No engenho eram produzidos cachaça, açúcar mascavo e rapadura. A edificação é mantida pela Universidade Federal do Ceará desde 1965.

Na compreensão da rugosidade, o conjunto do sítio Alagadiço Novo é relevante não apenas pelos aspectos arquitetônicos, paisagístico, histórico e cultural. Apesar da construção de sua edificação arquitetônica ser simples, ela se destaca nessa reflexão pela sua importância e significado.

Ainda em referência ao famoso escritor, temos o "Theatro José de Alencar" construído no início do século XX, e inaugurado oficialmente em 1910. A paisagem exibida, que resiste na arquitetura do teatro nos remete à evolução social e técnica da humanidade, técnicas construtivas e relações de poder, visto que, como está no Guia dos bens tombados do Ceará (1995, p. 119), "[...] sintetizou os ideais de 'Civilização e Progresso', do início do século, na capital cearense".

A perspectiva da leitura do território pelo patrimônio nos traz a análise, como bem descreve Scarlato (2005 apud Costa 2011), quando diz que, dentro de uma perspectiva da geografia crítica e do que reconhecemos como dialética do espaço, as cidades não estão somente no plano da materialidade, mas também no da subjetividade. A sociedade não só produz historicamente formas espaciais e condições de sobrevivência, mas reproduz as representações simbólicas das cidades.

Como justificativa do que falamos, segue a foto do teatro José de Alencar, logo abaixo, como exemplo de importante edificação histórica e arquitetônica que faz parte do acervo dos bens tombados no Ceará e é um dos mais importantes símbolos culturais de Fortaleza.

Foto 15: Theatro José de Alencar

Foto: Maria do Carmo Alves - out/2015.

O teatro possui uma estrutura formada por materiais diversificados, como ferro, madeira e vidro. Ao longo dos anos, o local passou por algumas reformas na sua estrutura, sendo a do começo da década de 1990 uma das mais importantes, momento em que foram anexados a ele novos espaços.

Foto 16: Theatro José de Alencar (vista interna)

Foto: Maria do Carmo Alves - out/2015.

O projeto original previa um jardim ao lado do teatro, construído em 1975, após a inauguração. Segundo o técnico guia do teatro[18], em entrevista, "a estrutura de ferro do teatro foi trazida da Escócia no início do século XX". (Entrevista oral, out/2015).

[18] O entrevistado preferiu não ser identificado.

O teatro passou por um processo de restauração, os jardins foram projetados por Burle Marx, o distinguem como o único teatro ajardinado do país.

Nessa área há um palco a céu aberto, o jardim foi ornado com plantas nativas como cajueiros, jucás, palmeiras, pau-brasil, entre outras, que têm as características da terra de Iracema.

Foto 17: Jardim do Theatro José de Alencar

Fonte: http://www.somosvos.com.br/patrimônios-historicos-tja. Acesso em 2016.

O teatro é uma representação do que já foi tratado anteriormente, sobre o patrimônio histórico como um símbolo cultural da burguesia. Um espaço de sociabilidade e de lazer refinado para aqueles que detinham alto poder aquisitivo, influências e acesso à intelectualidade.

Essa reflexão mostra a imposição ou supervalorização de um modo de vida da classe dominante que foi assimilado por ter maior força e expressividade no contexto cultural.

Consideramos assim os aspectos do tombamento de imóveis isolados, uma concepção da materialidade e do símbolo, que representa uma paisagem construída a partir de uma estrutura social.

Nesse processo, é preciso lembrar que as ações da burguesia no passado conseguiram construir os objetos que hoje são preservados. Desde então, a sociedade dos tempos vividos passou a se desenvolver mergulhada na técnica.

O passado preserva-se através dos objetos que se tornaram rugosidades e permanecem no presente, mas não de forma homogênea, haja vista que na constituição do passado, nos processos da vida social, as circunstâncias foram determinantes, alienantes e desiguais, como são até hoje.

A sociedade do passado conseguiu erguer objetos de significativo valor estético, mas também de forte caráter, distintos pela importância do uso, como é o caso do museu do Ceará foto 19 e do conjunto constituído pela Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, foto 18.

Esta fortificação deu origem e nome à cidade de Fortaleza, capital do Ceará. No seu interior, uma capela abriga a imagem de Nossa Senhora da Assunção, trazida de Portugal. Começou a ser erguida, em 1812, em uma área onde vários fortes foram construídos, anteriormente, desde as primeiras tentativas de colonização desse território. (IPHAN, 2016).

As maiores alterações produzidas em seu conjunto ocorreram após a Segunda Guerra Mundial, quando as instalações passaram por novas adaptações e reformas. (IPHAN, 2016).

Foto 18: Conjunto constituído pela Fortaleza de N. Sra. da Assunção

Foto: Francisco A. Veloso/2006 – Acervo do Arquivo do IPHAN 4ª SR – CE.

Inicialmente, a estrutura da fortaleza era feita basicamente de pedra, cal e tijolo, mas passou por reformas e adaptações depois da Segunda Guerra Mundial. Atualmente, o espaço abriga a base da 10ª Região Militar.

Foto 19: Museu do Ceará

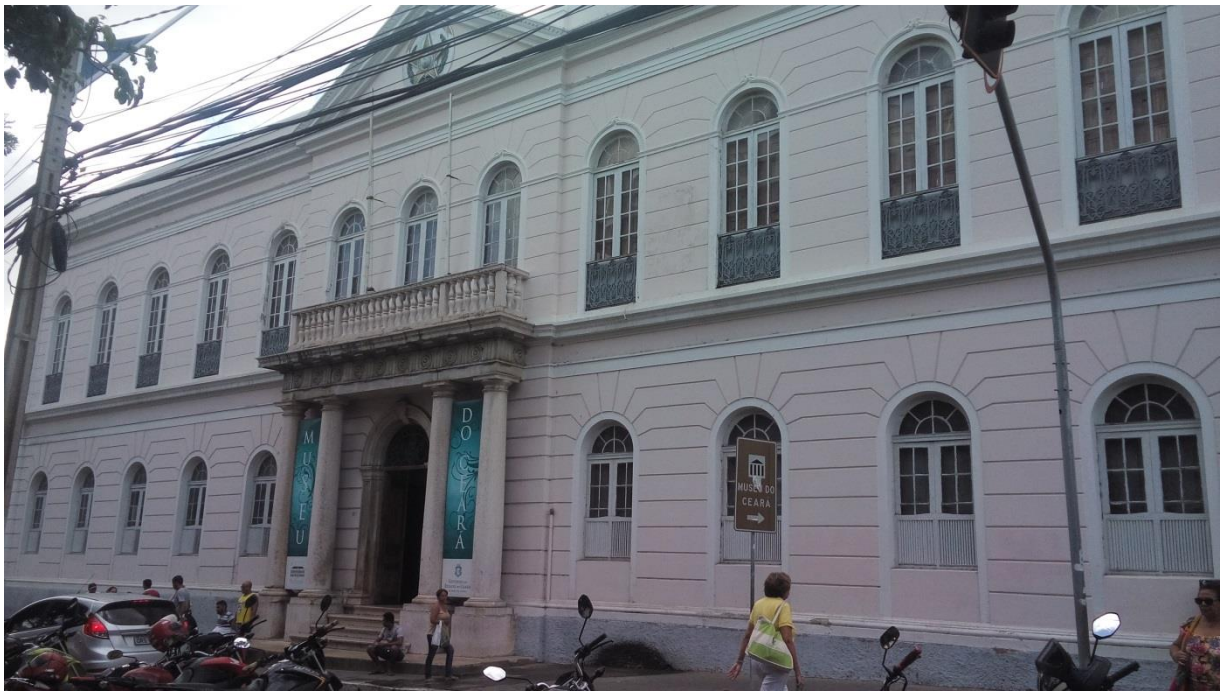


Foto: Jacqueline Moraes/2016.

O Museu do Ceará é considerado a primeira instituição museológica de caráter oficial do Estado. Foi criada por meio de decreto no ano de 1932 e aberta ao público no ano seguinte. Desde então, o espaço passou por algumas transformações, mas segue como local de riqueza cultural e histórica de Fortaleza, importante fonte de pesquisa, além de abrigar exposições, cursos e publicações. (Anuário de Fortaleza, 2012-2013).

A partir dessa reflexão, nasce uma pergunta muito pertinente a nós, geógrafos: De que modo nossa percepção de paisagem, especialmente a construída, nos possibilita compreender as rugosidades pelas relações entre os sistemas de objetos e ações tendo como protagonista a sociedade?

Como extrair um real sentido da existência, baseado no testemunho e no contexto das paisagens, fazendo com que reconheçamos na figura do objeto o caráter excepcional imbuído de significação em relação à vida?

Gregotti (2004), no seu livro Território da Arquitetura[19], nos fala que a paisagem é sempre construída historicamente e que somos capazes de reconhecê-la e distingui-la, visto que a história da atividade humana, sobre o suporte geográfico, a construiu coerentemente como paisagem.

A importância de considerar o conhecimento do território, considerando as rugosidades ativas na paisagem, como chave para esse entendimento geográfico, recai sobre os objetos construídos e, nesse caso, sobre os monumentos tombados como patrimônio. Assim, é possível a compreensão da realidade, além da simples representação do visível, mas, sobretudo, da essência da vida.

[19] Il Território dell'Architettura (Original Italiano - Direitos reservados em língua portuguesa à Editora PERSPECTIVA S.A.).

Sabe-se que os monumentos são carregados de significados, e o que realmente auxilia nessa compreensão é a experiência vivida, pois a cidade representa, através de seus objetos, de seus imóveis, de suas praças, o esforço mais visível da civilização humana.

Por traz de um monumento existe uma sucessão de significados que testemunham, sobretudo, a vida da burguesia e informações de vidas passadas, refletidas pelos usos e funções. Alguns parecem transmitir conhecimentos, valores e prestígios.

Pode-se sentir quando se busca apreender, por exemplo, as majestosas e conhecidas maravilhas do mundo, obras artísticas e arquitetônicas construídas na antiguidade e que resistem ao mundo moderno, fascinando até hoje, pela beleza e pelos detalhes, sobretudo, porque estas extraordinárias obras e monumentos foram erguidos pela mão do homem, porém, visitadas por poucos.

Para Choay (2006, p. 200), "uma cidade histórica constitui-se em si um monumento, mas ao mesmo tempo é um tecido vivo". A autora nos fala que "o conceito de monumento histórico não poderia designar um edifício isolado, separado do contexto das construções no qual se insere". A natureza da cidade e dos conjuntos urbanos resulta dessa dialética da "arquitetura maior" e de seu entorno.

A cidade é resultado de diversas relações existentes, e os objetos são parte dessa dinâmica. É por isso que Choay (2006) enfatiza que, na maioria dos casos, isolar ou "destacar" um monumento é o mesmo que mutilá-lo, uma vez que o entorno mantém com ele uma relação essencial que somente a rugosidade, permite enxergar.

Os conjuntos arquitetônicos antigos e alguns monumentos cearenses isolados se tornaram patrimônios históricos de pleno direito, pois representam uma imagem privilegiada, da integração da vida e das sociedades do passado nesta contemporaneidade, embora a rugosidade pelo uso do território nos revele que estão diretamente relacionados à vida e à história da burguesia.

O monumento Solar Carvalho Mota (foto 20) oferece, por exemplo, um dos "modelos de edificação mais antigos da cidade de Fortaleza, inaugurado no começo do século XX, no ano de 1907". (Anuário de Fortaleza, 2012-2013).

O imóvel já abrigou as instalações do Museu das Secas. Há também o Passeio Público, que é considerado a mais antiga e arborizada praça da cidade de Fortaleza.

Foto 20: Solar Carvalho Mota

Foto: Alexandre Veras/2016.

A praça conhecida como Passeio Público, já teve diversos nomes, como: Campo da Pólvora, Largo de Fortaleza, Largo do Paiol, Largo do Hospital da Caridade, Praça da Misericórdia e Praça dos Mártires. O uso do território na praça era dividido antigamente em níveis sociais e foi palco do assassinato dos revolucionários que participaram da Confederação do Equador. Com reformas e programação cultural variada, o Passeio Público transformou-se num

ponto de encontro das famílias da cidade. (Anuário de Fortaleza, 2012-2013).

É realmente relevante enfatizarmos que não são apenas os monumentos, enquanto bens, que precisam ser preservados, mas também os sentidos destes, os valores, a importância nas relações estabelecidas entre os homens, no tempo e no espaço, como requer o conceito de rugosidade.

Seja qual for a atividade desenvolvida, o que caracteriza a importância social da preservação de um bem são os tipos de interações estabelecidas entre os sujeitos e os objetos. Essa é a nossa crítica que se dirige às ações e ao uso, não simplesmente aos meios e discursos encontrados como justificativa para tombá-los.

Fotos 21, 22, 23 e 24: Passeio público.

Foto: Maria do Carmo Alves/2017.

Diante do uso do território na realização da vida coletiva, a praça também tem uma função expressivamente importante,

sobretudo, nos sítios urbanos tombados, pois, das invenções humanas, ela é um espaço banal e dialético, para uso comum de todos, destinada a ricos e pobres, a todos como lugar de acontecimentos, de encontros, de lazer, da diversidade e da liberdade, onde a vida é compartilhada. É um dos poucos espaços onde a vida acontece de forma igualitária.

Como nos diz Queiroga (2003), a praça é um lugar por excelência do povo, enquanto lugar público do ócio, potencializa a razão comunicativa, uma noção de identidade urbana que o lazer, na esfera da vida privada, dificilmente poderia propiciar.

Observar os monumentos, sejam estes de uso público ou privado, requer a sensibilidade de perceber o seu valor, entendendo que este foi pensado e criado com algum objetivo e que muitas vezes atendeu a outros. Todo objeto construído no passado e que permanece, traz consigo um testemunho que, pelo seu valor, nos leva a reviver um passado introduzido no presente.

Sobre os monumentos tombados e isolados, outros municípios cearenses também são contemplados nessa lista. No município de Caucaia, por exemplo, a Casa de Câmara e Cadeia (fotos 25 e 26) é uma obra de arquitetura popular, construída segundo as tradições portuguesas.

Como as demais, também estavam instalados os órgãos da Administração Pública Municipal e é o único monumento tombado em termos federais no município desde 1973.

Fotos 25 e 26: Caucaia - Casa de Câmara e Cadeia

Fonte: https://patrimonioparatodos.wordpress.com/2013/10/16/biblioteca-publica-de-caucaia/Acesso em out/2016.

O objeto tombado como símbolo do poder no período do Brasil colônia foi construído logo após a criação da vila em 1765, segue o modelo tradicional das casas de câmara e cadeia em território brasileiro, que tem como características a cadeia no térreo e a câmara no primeiro pavimento.

O monumento foi restaurado e adaptado para funcionar como biblioteca pública de Caucaia, sua função atual.

Ainda permanecem na memória da população, que se perpetua entre gerações, histórias das atrocidades cometidas na Casa de Câmara e Cadeia. Segundo moradores antigos, existe a lenda de que os espíritos dos índios e dos negros, presos e torturados ali, de vez em quando assombram os visitantes ou mesmo os moradores.

No município de Itarema existe uma igreja chamada Nossa Senhora da Conceição de Almofala (fotos 27 e 28), situada no distrito de Almofala, que tem uma história bem interessante, pois representa a antiga missão dos Tremembés.

Uma rugosidade que foi erguida por religiosos da Companhia de Jesus no século XVIII, substituindo a anterior capela de taipa por cobertura em madeira. Por se localizar no litoral, no século XIX foi soterrada por uma duna móvel como vemos, o início desse processo na foto 27. É um exemplo da arquitetura barroca no Brasil (IPHAN, 2016), e um exemplo de rugosidade. A foto 28 é recente, mostra a mesma igreja, hoje reformada.

Foto 27: Almofala - Igreja

http://www.valedoacarau24hrs.com.br/2015/10/a-igreja-soterrada-almofala.html?m=0 – Acesso em out/2016.

Foto 28: Almofala - Igreja

Foto: Maria do Carmo Alves/2017. Distrito de Almofala/Itarema-CE.

Existe ainda a Casa de Câmara e Cadeia do município de Quixeramobim (fotos, 29, 30 e 31). Uma construção do século XIX, em estilo setecentista, que possui o primeiro pavimento em pedra e cal e o segundo em alvenaria. Hoje funciona o Parlamento Municipal.

Fotos 29, 30 e 31: Quixeramobim – Casa de Câmara e Cadeia

http://cmquixeramobim.blogspot.com.br/p/hitorico.html- Acesso out/2016.

No município de Iguatu, a igreja matriz de Santana (foto 32), apresenta suas fachadas tombadas. Durante a pesquisa, não foi encontrado nenhum documento que identifique o período em que foi construída.

As informações sobre a Igreja Matriz de Sant'Ana são imprecisas. Segunda a tradição popular, ela teria sido construída pelos índios Quixelôs sob orientação dos padres Jesuítas, os primeiros colonizadores da região. A Matriz foi edificada em pedra, mas com algumas paredes de tijolos e cal. O madeiramento é de cedro e angico. (GUIA DOS BENS TOMBADOS DO CEARÁ, 1995, p. 133).

Foto 32: Iguatu – Igreja Matriz de Santana

Fonte: http://www.ferias.tur.br/fotos/1396/iguatu-ce.html-
Acesso out/2016.

No município de Aquiraz, apesar das modificações descaracterizadoras, ainda se exibem interessantes edificações do século XVIII (fotos 33, 34, 35 e 36), imagens que impressionam e mostram como se dava a ocupação urbana das vilas cearenses.

Destaca-se o Mercado da Carne, que colaborou para o desenvolvimento do comércio e o crescimento de Aquiraz. Com arquitetura simples, suas edificações trazem características urbanas e tipologia que revelam nas suas raízes, a herança das tradições indígenas e traços da cultura africana espalhados pelo município, mas também, evidentemente do colonizador europeu.

Fotos 33, 34, 35 e 36: Aquiraz – Edificações

Fonte: http://www.panoramio.com/user - Acesso em out/2016.

Nesse contexto, das ocupações urbanas cearenses, o Mercado da Carne no Ceará foi um importante objeto que despontou com o surgimento das charqueadas, evento importante para crescimento das cidades.

Foto 37: Aquiraz – Mercado da Carne

Foto: Clóvis Ramiro Jucá Neto/2013.
http://www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra?a=957 – Acesso em out/2016.

O gado passou a ser comercializado próximo à zona de abate, o que possibilitou uma concentração de riquezas na região e o desenvolvimento de núcleos urbanos na província. (GUIA DOS BENS TOMBADOS DO CEARÁ, 1995, p. 21).

Aquiraz tem uma grande importância na história do Ceará, por ter sido a primeira vila criada em 1699. É conhecida como a primeira capital do Ceará, pois se tornou sede administrativa da capitania do Siará Grande até o ano de 1726.

Em sua área central, a Praça Cônego Araripe – possui o traçado da missão jesuítica. A exemplo das vilas do mesmo período, nessa área concentram-se as principais edificações de interesse histórico arquitetônico da cidade.

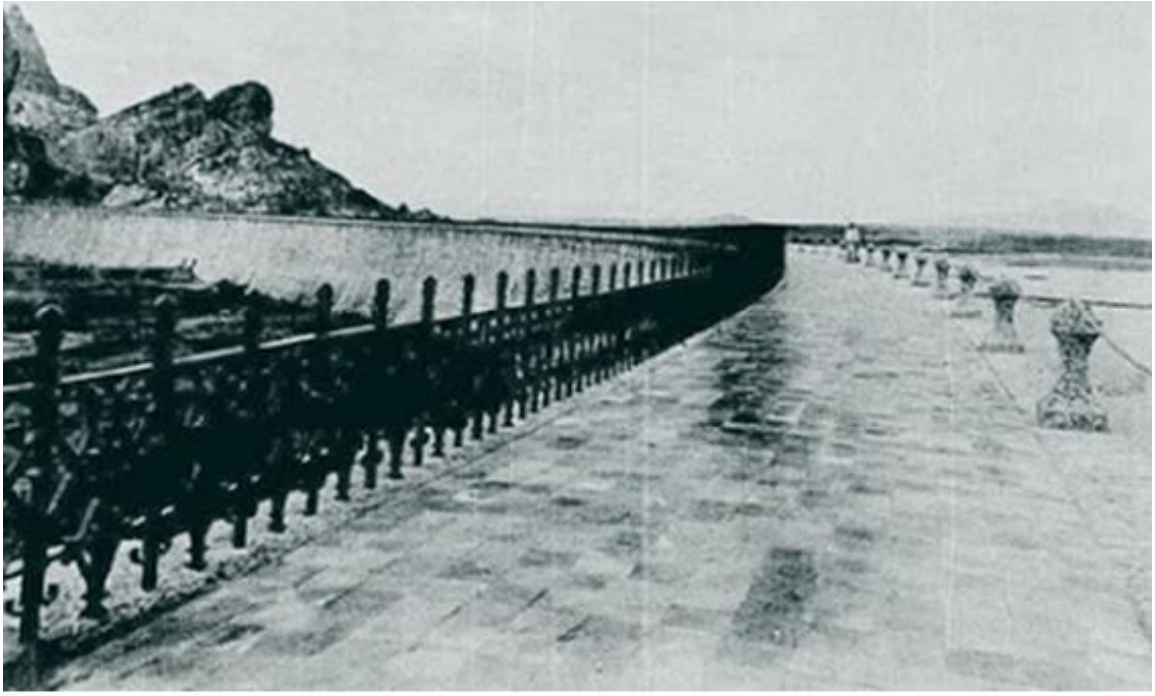
A singela beleza da aristocracia portuguesa de outrora ainda permanece visível nas ruas e nos casarões que remetem aos modelos arquitetônicos de Portugal construídos no sertão e no litoral cearense, refletindo assim a opulência daquele período da história. Hoje a maioria abriga casas residenciais e pequenos comércios no centro de Aquiraz.

Existe uma arquitetura popular formada por uma construção em planta quadrada, com telhado de quatro águas feito em madeiramento de carnaúba de grande efeito plástico, apoiado em coluna central de alvenaria de tijolos. Envolvendo essa construção, há outra de formato em "L", composta por um conjunto de lojas que abrem diretamente para a rua, também incluída no tombamento (IPHAN, 2016).

Prosseguindo no reconhecimento das rugosidades representadas pelo patrimônio tombado cearense, no município de Quixadá existe a parede do Açude Cedro, que foi a primeira grande construção envolvendo rede de canais de irrigação, feita após a seca ocorrida entre os anos de 1877 e 1879.

Constitui-se de uma região formada pelo relevo em inselberg - grandes afloramentos sieníticos isolados. O trecho mais importante da barragem está construído entre dois desses morros. A partir de 1907, passou a ser administrado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS. (IPHAN, 2016).

Fotos 38 e 39: Quixadá - Açude do Cedro



Açude de Cedro - Inauguração/1906

Açude de Cedro - Com a Pedra da Galinha Choca ao fundo

http://cearaemfotos.blogspot.com.br/2012/06/patrimonio-tombado-acude-do-cedro.html- Acesso em out/2016.

Completando a lista de bens tombados no Ceará, há ainda o Conjunto Paisagístico dos Serrotes de Quixadá (foto 40), constituído por formações geomorfológicas em monólito. A região foi ocupada pelo homem desde períodos pré-históricos, como atestam as pinturas rupestres e outros vestígios arqueológicos.

Foto 40: Quixadá - Monólitos

Fonte:http://br.geoview.info/monolitos_inselbergs_de_quixada_inselbergs_of_quixada_ceara_brazil,90613939p- Acesso em out/2016.

Segundo o IPHAN (2016), a colonização europeia iniciou-se a partir do final do século XVII, partindo das áreas de produção açucareira do litoral e seguindo os leitos dos principais rios, adentrando o sertão em busca de locais para criação de gado bovino, situação já discutida ao longo deste trabalho.

Em meados do século XIX, com o crescimento demográfico, as novas regulações sobre a terra e o avanço da cotonicultura (restringindo as antigas áreas de refúgio ou abrigo), os períodos de estiagem passaram a impactar a população da região. A seca tornou-se um problema de dimensões nacionais, e o combate a seus efeitos passou a ser objeto de políticas do Império e, posteriormente, da República (IPHAN, 2016).

A Barragem do Cedro, com sua parede em arco de alvenaria de pedra, foi a primeira grande obra hidráulica moderna do

continente sul-americano. À época, ela incorporou o avançado progresso científico, tecnológico e do cálculo aplicado à engenharia civil.

Projetada pelo engenheiro britânico J. J. Rèvy, e construída por expoentes da nascente engenharia brasileira de formação politécnica, a barragem afirma-se como um exemplar excepcional do período entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. É uma das pioneiras obras do seu tipo e do seu porte no mundo. (IPHAN, 2016).

A paisagem formada pelos monólitos e pela Barragem do Cedro em Quixadá representa a síntese da Caatinga - bioma de clima semiárido endêmico do Brasil - e a luta do colonizador para ocupar e transformar, a partir do século XVII, esse local marcado por intensas estiagens. (IPHAN, 2016).

O açude (projetado e construído entre 1882 e 1906) iniciou uma sistemática exitosa de represamento de águas superficiais e de interligação de bacias ao longo de mais de um século por toda a região, alterando a sua percepção quanto às possibilidades reais de ocupação e de sobrevivência em um meio tão hostil à vida humana, devido à sistemática escassez de água. Isso possibilitou que a Caatinga seja, atualmente, a zona semiárida mais densamente povoada do planeta, com relativa segurança hídrica. (IPHAN, 2016).

Para Choay (2006, p. 13),

> (...) o domínio patrimonial não se limita apenas aos edifícios individuais, atualmente compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana, os aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjunto de cidades, como mostra "a lista" do Patrimônio Mundial estabelecida pela Unesco.

Como se observa, no Ceará, com exceção de uma coleção de acervos arqueológicos, dois parques e a parede de um açude, tudo que se apresenta como patrimônio tombado são os bens e as

memórias da elite que colonizou as cidades aqui estudadas. Esse é todo o patrimônio tombado do Estado.

Portanto, pode-se perceber que há uma incidência maior na preservação daquilo que era considerado importante para uma classe que exercia um maior poder no território, enredado por critérios estabelecidos pela cultura europeia de tombamento. As rugosidades nos permitem visualizar esse fato, enquanto nos apresentam pistas para entender o uso do território.

No Ceará do patrimônio histórico tombado, estabelecido pelo concreto, pedra, tijolo, cimento e madeira, temos o que representa a essência da rugosidade, ou seja, a história de vidas, a força de trabalho humano – sobretudo o trabalho escravo – que, com técnicas ainda elementares para a época, exibem extraordinários feitos, realmente dignos de preservação, dignos de serem levados adiante, como é o caso do teatro José de Alencar, do Forte de Nossa Senhora da Assunção, entre outros, para todas as sociedades conhecerem, especialmente, a história humana que há por trás da materialidade.

Lamentavelmente, o reconhecimento daqueles que deram sangue e suor para desenvolver as primeiras técnicas e construir pomposos núcleos urbanos, com majestosos monumentos, segue sem nenhuma menção ou referência, passando silenciado pelo tempo e pela história.

Não obstante, seus esforços seguirão perpetuados, como descreve Diógenes (2006), nos frontões, nas platibandas e cornijas das fachadas dos belos imóveis residenciais e comerciais, dos prédios públicos e privados, das igrejas do período colonial, que abrigam a beleza de outros tempos.

São conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico e artístico, que merecem a devida proteção dos órgãos públicos, mas também o reconhecimento de toda a sociedade, especialmente pelos que construíram. As edificações do Ceará são belezas concretas que se misturam entre singelas e exuberantes no modo de ser e viver de

um povo que, devido sua humildade e engenhosidade, merece respeito e admiração de todos.

Entre os desafios na construção de políticas de governo para a cultura em nosso país, Diógenes (2006) destaca a fragilidade do setor de patrimônio histórico e cultural. Para o autor, apesar da sua importância, nosso patrimônio é constantemente desvalorizado, maltratado, muitas vezes dilapidado, e os gestores públicos demonstram dificuldades na definição e manutenção de programas eficazes de conhecimento, reconhecimento, preservação, promoção, requalificação e revitalização do mesmo.

Pensar a preservação do patrimônio cultural das cidades cearenses é uma tarefa complexa, principalmente porque, na maioria delas, as práticas e bens considerados patrimônios são fragmentos selecionados e tombados dentro das cidades, como vimos nos objetos isolados.

Nesse contexto, se explica o porquê deste estudo optar por escolhermos para objeto de análise as cidades com núcleos urbanos, haja vista que possuem uma maior e efetiva participação na dinâmica e no uso do território. Ao realizar uma leitura da preservação do patrimônio, este é pensado no contexto da instância dos lugares, inserido na totalidade espacial da cidade.

A ideia de sistemas é inseparável dos interesses dos estudos geográficos, devido ao seu dinamismo, suas funções, suas condições próprias da evolução urbana, mas especialmente representada pelas formas de vida.

Conhecida a evolução urbana, as estruturas do passado e as formas atuais, pode-se dizer que o estudo das paisagens da cidade, só faz sentido pelo estudo do seu conteúdo, sobretudo social, sem deixar de lado a colaboração da história nessa compreensão da rugosidade.

FOTO 41: VIÇOSA DO CEARÁ– VISTA DA IGREJA DO CÉU

Foto: Maria do Carmo Alves/2014.

Tentei descobrir na alma alguma coisa mais profunda do que não saber, nada sobre as coisas profundas. Consegui não descobrir.

Manoel de Barros

CAPÍTULO 6

AS CIDADES CEARENSES E OS SÍTIOS HISTÓRICOS TOMBADOS

Neste capítulo, para compreensão das rugosidades, será feito um estudo enfatizando os sítios históricos tombados das cidades de Sobral, Icó, Aracati e Viçosa do Ceará, que surgiram como vilas no período colonial, verificando os usos e as formas criadas no passado que balizam nossa compreensão do seu papel ativo na realização do presente.

CAPÍTULO 6

AS CIDADES CEARENSES E OS SÍTIOS HISTÓRICOS TOMBADOS

No estudo da história urbana e da história das relações da cidade é imprescindível conhecer seus fatores determinantes e condicionantes em todos os momentos. As formas criadas no passado têm seu papel ativo e relevante na elaboração do presente.

Como foi visto, as cidades históricas do Ceará, a saber: Sobral, Viçosa do Ceará, Aracati e Icó, surgiram durante o período colonial, em decorrência do processo de ocupação territorial, muitas vezes litigioso e violento.

Os conjuntos urbanos e paisagísticos tombados no Estado, reúnem importantes remanescentes da arquitetura dos séculos XVII e XVIII. O título sugere conhecer nossas riquezas culturais, a histórica realidade em que se apoia o tombamento do patrimônio histórico, que em nome do passado se pretende preservar a história de vidas que constituíram tal como estão nessa atualidade.

Neste contexto, com o objetivo da preservação do patrimônio, novas práticas e políticas são importantes caminhos de discussão para a atribuição dos novos usos. Os órgãos de preservação, após realizarem o tombamento, dão início a uma série de intervenções urbanas nestas áreas, junto aos poderes públicos municipal, estadual e federal, sempre apoiados na retórica da valorização e do resgate à memória e à cultura.

A presença dos conjuntos arquitetônicos, considerados patrimônio, foi fundamental para a recuperação e revitalização dos núcleos urbanos das cidades históricas do Ceará, visto que se trata de centros urbanos que nos remetem à memória do uso do território e ao desenvolvimento urbano no período colonial, que deve ser preservado.

Com a preservação do patrimônio e os projetos de revitalização, as cidades passam a ser um objeto a ser consumido, dando origem a um processo de estetização de suas formas e de consumo das suas funções. O patrimônio tombado se destaca como um elemento de atração de investimentos, haja vista ter o reconhecimento de seu valor histórico-cultural.

Os conjuntos históricos cearenses estão marcados pela miscelânea das arquiteturas de imóveis com diversidade tipológica, onde se misturam repertórios populares e eruditos, que pelo uso revela sua história e os fatores de localização e desenvolvimento, fruto da construção coletiva de onde sua valorização transcende a morfologia e mergulha em suas raízes.

A seguir, convidamos a conhecer as cidades tombadas do Ceará, objeto dessa pesquisa, norteada pela premissa de investigação histórica por meio de leituras bibliográficas, imagens fotográficas, mapeamentos, relatórios, documentos, visitas de campo e a vivência da autora como cearense. As análises teóricas e empíricas fundamentaram as disposições dos sistemas de objetos e ações, que conferem caráter próprio de rugosidades cearenses às cidades que veremos adiante.

O TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO DE SOBRAL

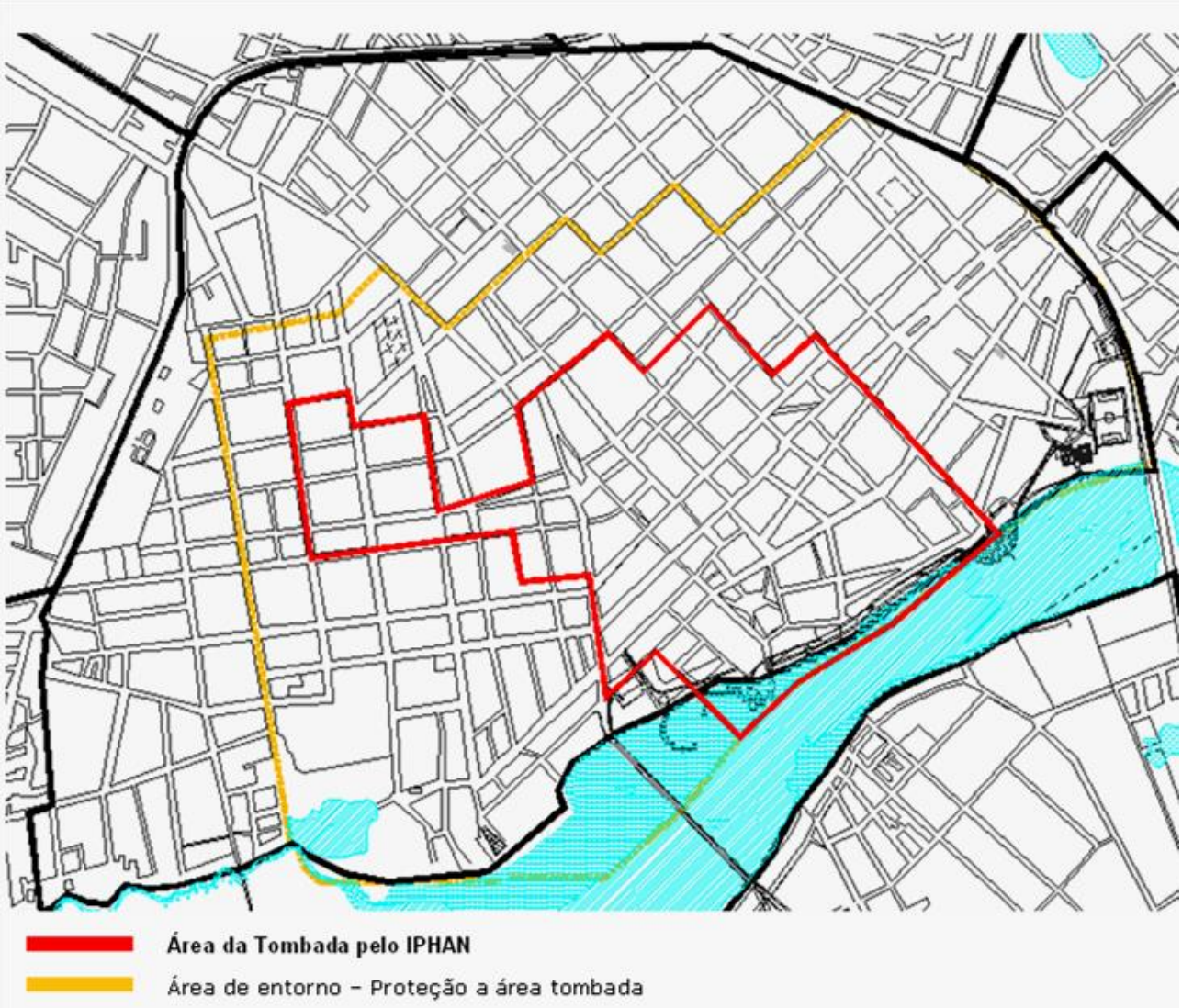
Sobral, cidade localizada no Norte do Estado do Ceará, distante 230 km da capital, tem origens que remontam ao primeiro quartel do século XVIII. Em agosto de 1999, teve seu centro histórico tombado como Patrimônio Nacional pelo IPHAN[20], através da iniciativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, elaborado por sua 4ª Superintendência Regional.

Com essa ação, houve uma maior valorização da área central da cidade, tanto na busca de empreendimentos, como de investimentos públicos e privados. Uma vez que há principalmente na instância do Governo Federal, um número significativo de verbas para financiamentos e execução de projetos nas cidades com sítios históricos tombados.

Os elementos e aspectos que ambientam o conjunto urbanístico de Sobral estão contidos em uma poligonal que tem um perímetro total de 5,33 km, com uma área de 1,484 km², sendo a área de preservação rigorosa de 0,455 km² e a área de proteção 1,029 km², mais vasta. (figura 1).

[20] Processo de Tombamento nº 1.379 – T – 97 IPHAN.

Figura 1: Sobral: Sítio Histórico Tombado

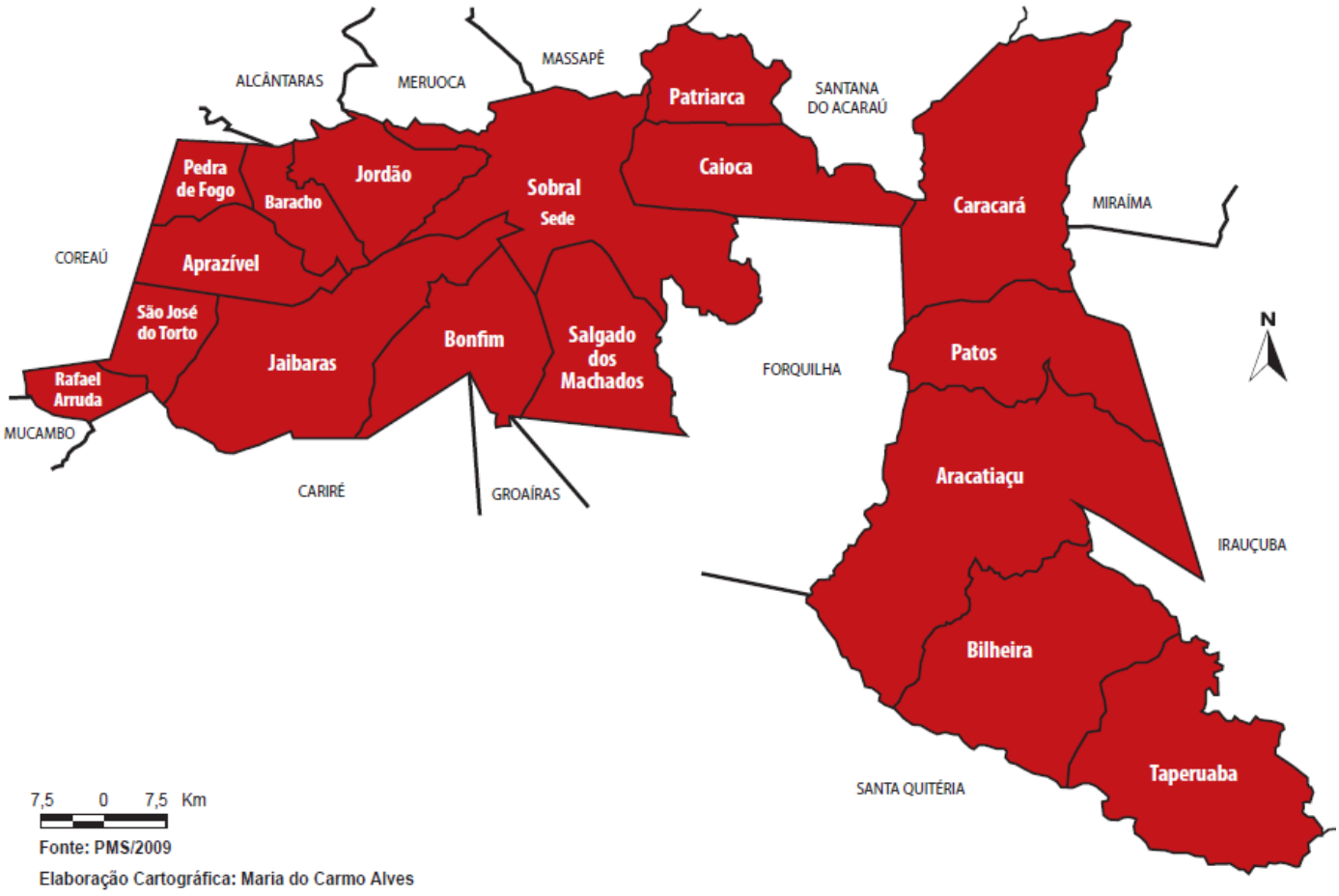


Fonte: Prefeitura Municipal de Sobral/2009.

Essa área é uma das mais dinâmicas da sede de Sobral, nela acontecem diversas atividades sociais e culturais. É o local onde se concentram os principais eventos. Vale ressaltar que é a melhor área servida de comércio, serviços e transporte público, embora este último apresente grande deficiência. Esses motivos, entre outros, proporcionam diversos interesses na classe empreendedora para fazer vários tipos de investimentos na área.

Segundo dados do IBGE, em 2010, o município de Sobral tinha uma população de 188.233 habitantes e está subdividido em 17 distritos, como segue representado abaixo (mapa 10).

Mapa 10: Sobral: Divisão distrital



Sobral nasceu às margens do rio Acaraú, e até 1772 era a antiga Fazenda Caiçara, que na linguagem indígena significa estacas de mato ou cerca de pau. Em 1773, emancipou-se, recebendo o título de Vila Distinta e Real de Sobral, nome de origem lusitana. "Distinta por ser colonizada por brancos", como dizem vários autores que escreveram sobre sua origem.

Sobral começou seu desenvolvimento quando os proprietários da Fazenda Caiçara mandaram erguer uma igreja em honra à Nossa Senhora da Conceição. Como se sabe, a igreja sempre foi um fator importante na colonização de cidades, em Sobral a referida igreja foi inaugurada em 1783.

Em 1841, era notória a rapidez com que crescia a vila e esta data coincidiu com sua elevação à categoria de cidade, recebendo o nome de "Fidelíssima Cidade Januária do Acaraú". Mais tarde, a pedido do povo, o nome foi mudado para Sobral, de acordo com a Lei n° 244, de 25 de outubro de 1842 (ROCHA, 2003).

Segundo Rocha (2003), as primeiras ocupações se deram no entorno da praça da matriz (figura 2). Sobral foi se estruturando gradativamente mais à oeste do que ao longo do Rio.

FIGURA 2: Sobral - Primeiros Núcleos Urbanos no Final do Século XVIII.

Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU.
Adaptação -Maria do Carmo Alves/2016.

A Casa do Capitão-Mor está situada no primeiro núcleo habitacional da cidade, ao lado da primeira igreja, local onde outrora esteve a Fazenda Caiçara, da qual se originou a cidade de Sobral.

Segundo a Secretaria Municipal de Cultura de Sobral, a Casa do Capitão-Mor hoje é um Centro de Referência da Cultura e História de Sobral. Em estilo colonial, foi construído em 1772, sendo um dos poucos exemplares da arquitetura, dos materiais e das técnicas construtivas do século XVIII.

Fotos 42 e 43: Casa do Capitão-Mor (externa e interna)

Foto: PMS/SD.

O imóvel pertenceu ao Capitão-Mor José de Xerez Furna Uchoa, um dos mais antigos moradores da Vila Distinta e Real de Sobral. Nela, ele foi vereador e Juiz de órfãos, sendo também responsável pela introdução do cultivo do café no Ceará.

Após consecutivos ciclos de ocupação, a centenária edificação passou por criteriosos trabalhos de prospecção arqueológica que mediaram seu restauro, permitindo que o imóvel resgatasse suas características iniciais, e possibilitando às atuais gerações vivenciar este elo entre passado e presente, memória e história. Desde então, a Casa vem desenvolvendo atividades voltadas à discussão e valorização do patrimônio cultural sobralense (SOBRAL, 2016).

Fotos 44, 45, 46 e 47: Casa do Capitão-Mor (vista e interna e placa externa)

Foto: PMS/SD.

A casa do Capitão-Mor é um exemplo de resistência ao tempo e à cultura. Para nós, ela se mostra como uma rugosidade importante no sentido de que perpassa na história, desde a ocupação de Sobral, e se mantém ativa no presente. A Casa nos possibilita a análise das relações socioespaciais que se deram desde o momento da constituição dos primeiros núcleos da vila até o momento atual.

Nesse momento era notório, em todas as cidades cearenses, que o núcleo urbano se consolidava normalmente nos locais onde as igrejas eram construídas. Na figura 2, vimos que os núcleos urbanos de Sobral começaram se expandindo sempre no entorno das igrejas.

A foto 48 abaixo, às margens do rio Acaraú, apesar de recente, representa bem o local do início da formação territorial de Sobral. Nela se encontra constituído o primeiro núcleo urbano, tendo ao centro a imagem da igreja matriz.

Foto 48: Primeiro Núcleo Urbano de Sobral (Foto recente).

Fonte: PMS/SD.

Com a intensificação das construções de várias igrejas e a expansão do ciclo do gado no século XVIII, o ciclo do comércio e do algodão no século XIX , Sobral foi se expandindo e o meio técnico se consolidando. Naturalmente, com esse fato, houve um aumento da população, que movimentou a atividade econômica que no período acontecia paralela à pecuária.

Por exemplo, com o desenvolvimento no norte do Estado, algumas cidades foram desenvolvendo a cultura comercial voltada para o mercado de exportação, que foi o caso de Sobral, que tem como impulsionador principal o ciclo do algodão[21].

Girão (2007) afirma que a proximidade com o rio Acaraú e a privilegiada posição geográfica, no entroncamento das rotas que levavam fazendeiros e comerciantes ao Piauí e ao Maranhão, e por estar próxima aos portos de Acaraú, Itapajé e Camocim, se constituíram em fatores essenciais para que a povoação da Fazenda Caiçara mantivesse uma relação de intercâmbio de produtos regionais em escala internacional, entre estes: mobiliário, louças, cristais, tecidos, peças de adornos e vestuário.

É importante, ao se falar das vilas do período colonial, lembrarmos da importância dos processos de construção e desenvolvimento nas comunicações das redes técnicas e solidárias, estas carregadas de ciência, técnica e informação, que pela importação e exportação de produtos propiciaram a comunicação, inclusive, com os países europeus.

As mercadorias chegavam nas embarcações oriundas de portos nacionais e estrangeiros, que vinham para o norte cearense, logo, para Sobral, em busca de couro e charque.

---

[21] Nova estrutura econômica que se montava em função do algodão, exportado em um favorável momento nacional e internacional. O algodão promoveu uma mudança radical na economia cearense no século XIX. Sobral se destacou com a indústria do charque e soube aproveitar bem o período do cultivo do algodão. Costa (2008).

Durante os séculos XVIII e XIX, o charque, o couro e o algodão tornaram-se os produtos fundamentais na economia cearense, aliados ao comércio e às atividades agropastoris.

Para Paiva (1999), nas antigas oficinas, charqueadas ou feitorias, localizadas próximas aos rios, o gado abatido era transformado em carne seca salgada e couro tratado, destinados à exportação. Desse modo, formaram-se pontos iniciais de comercialização, surgindo currais e núcleos de moradores, fato que deu origem às primeiras vilas.

Nesse sentido, vê-se que os usos do território propiciaram o aparecimento de novas atividades apoiadas nas antigas, vindo proporcionar outras feições e dinâmicas ao território das cidades.

Conforme Santos (2006, p. 236), "o período técnico vê a emergência do espaço mecanizado", uma lógica instrumental, que desafia as lógicas naturais, em que, pela necessidade, o homem começa a criar um tempo novo, do trabalho e das técnicas.

No século XIX, então, ocorre a inauguração da Estrada de Ferro no trecho Sobral–Camocim, em 1882, atendendo às necessidades do ciclo do algodão. Também com a inauguração em 1887 da fábrica de tecidos, um dos símbolos da emergência do período técnico, iniciou-se um novo passo na formação territorial de Sobral e uma densificação do meio técnico.

A estratégica localização de Sobral favoreceu a construção de vias de acesso, que fez do município o principal centro dinâmico e econômico do Norte do Estado do Ceará. Nessa perspectiva, Sobral, semelhante às primeiras vilas do Ceará, é uma cidade que historicamente teve seu desenvolvimento ligado à cultura comercial, voltada ao mercado de exportação.

Localizada em um ponto de convergência de fluxos, tendo privilegiada posição estratégica e geográfica, entre o vale do Acaraú e as Serras, sua relativa proximidade do mar e a contigüidade com algumas cidades, facilitaram a fluidez de produtos e mercadorias, que

chegavam através do porto de Camocim. Desde então, Sobral se configurou como o centro comercial mais dinâmico da região. O meio técnico então se ampliava, ocasionando o aparecimento de novas redes de acesso, trocas e comunicação.

Sobre as redes de comunicação geográfica, Santos (2001) identifica duas formas de solidariedades, as orgânicas e as organizacionais. A primeira diz respeito às horizontalidades, às contiguidades, enquanto a segunda está associada às verticalidades do sistema global.

Os primeiros processos na dinâmica do comércio das cidades aqui estudadas mostram articulações solidárias e horizontais, uma vez que, se olharmos um pouco mais para trás, veremos que as cidades tombadas do Ceará sempre foram lugares do "acontecer solidário", como nos fala Santos.

Sua posição geográfica foi fundamental para que a Fazenda Caiçara se desenvolvesse firmando a centralidade que Sobral teria na região a qual permanece até a atualidade, e que fez dela, no final da década de 1990, uma cidade patrimônio tombado.

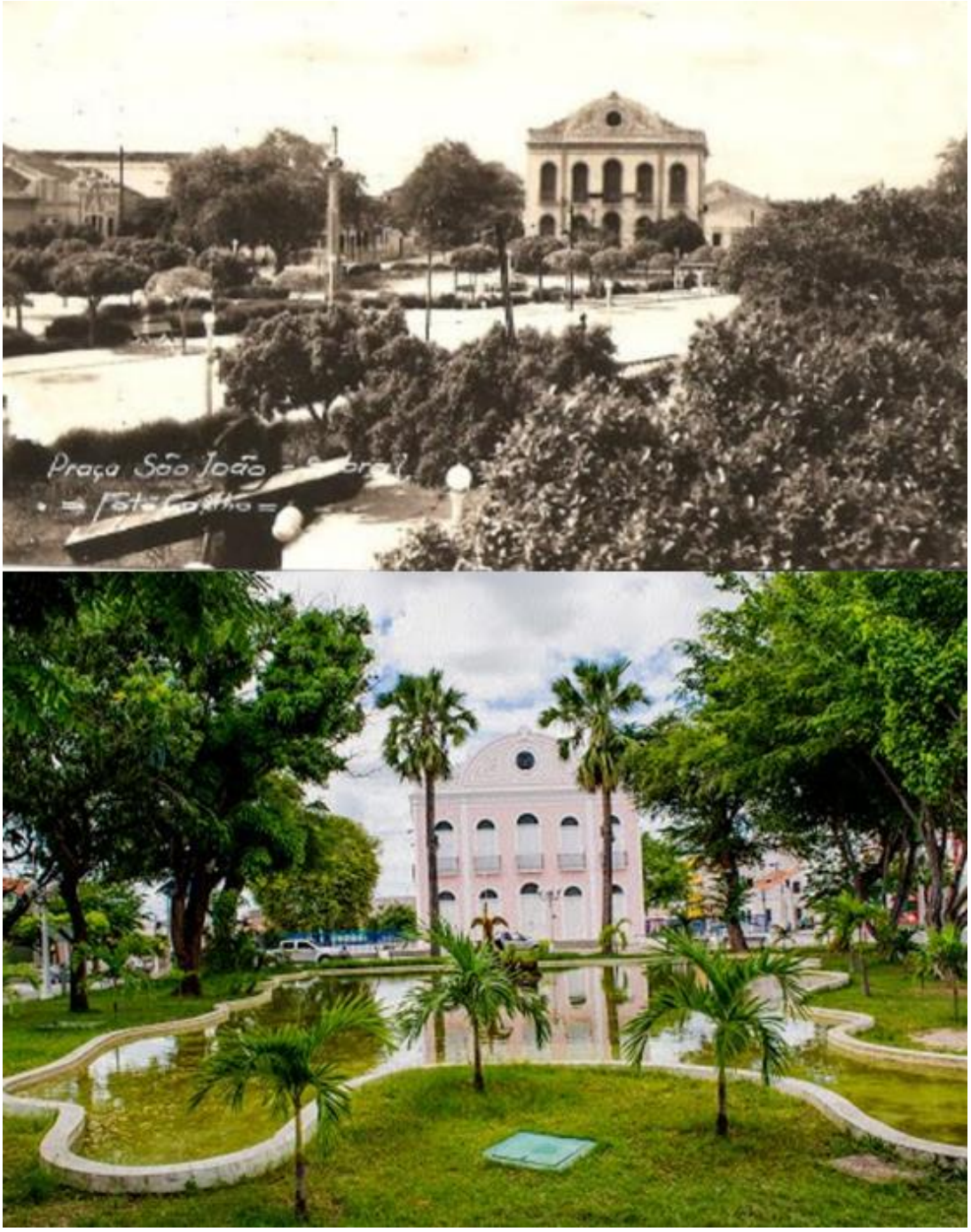
Nessa pesquisa, percebemos o quanto a geografia enquanto ciência é estratégica e contribui no entendimento do mundo e das relações da sociedade. Como enfatiza Souza (2003), o território tem, pois, um papel importante, especialmente na formação social brasileira, havendo ainda pouca compreensão sobre essa dimensão nova dos estudos a seu respeito.

A análise dos usos do território sobralense deve considerar características desde o período de sua formação, que permanecem para nós como rugosidades, impressas nas suas paisagens, que são testemunhos materiais importantes desse processo de formação socioespacial da região.

A constituição do meio técnico sobralense traz em seu território valiosas edificações remanescentes do século XVIII, entre elas estão o Teatro e a Praça São João, um conjunto de casas em

estilo *art noveau*, sobrados decorados com motivos greco-romanos, museu Dom José, no Brasil, o quarto em artes sacras, entre outros, que retratam como era essa época e como viviam as gerações passadas.

Fotos 49 e 50: Praça e Teatro São João.



Fonte: Arquivo PMS/SD.

Fotos 51, 52 e 53: Casas em estilo art noveau, colégio em modelo art decó e Museu Dom José.

Fonte: PMS/SD.

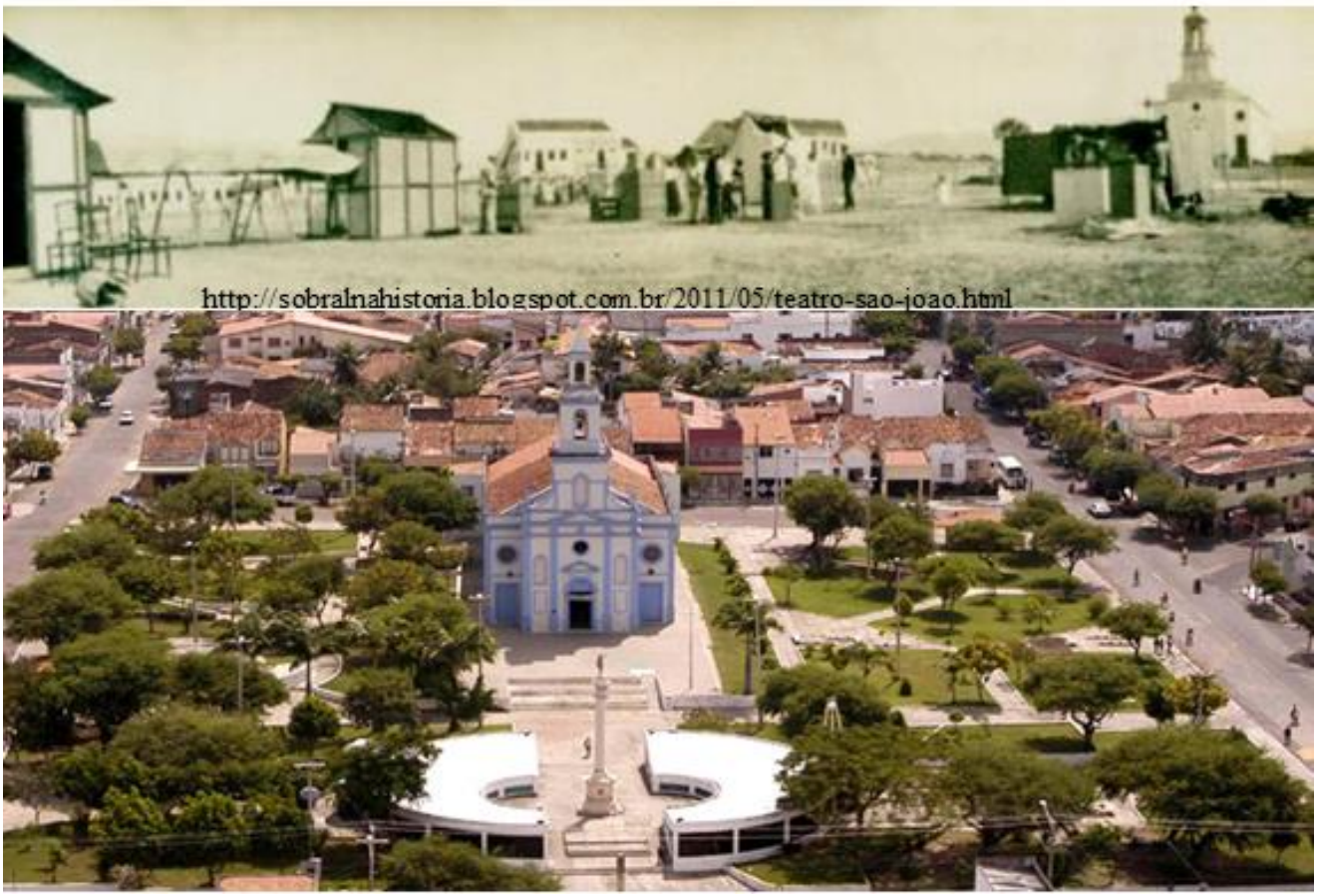
A paisagem urbana de Sobral se revela um conjunto de objetos reais, concretos, mas com significados de grande valor abstrato, como por exemplo as várias construções religiosas, como a igreja da Sé, a igreja dos Pretinhos, ou seja, Nossa Senhora do Rosário, que como se sabe, conta a história da sua construção pelos escravos e fazem parte do primeiro núcleo urbano da cidade.

Fotos 54, 55, 56 e 57: Sobral - Igrejas do primeiro núcleo urbano

Fotos: PMS/SD.

No ano de 1919, no território de Sobral, comprovou-se a Teoria da Relatividade de Albert Einstein, pela Expedição Britânica do Eclipse Solar que constatou a distorção sofrida pela luz ao chegar à Terra (Soares, 1999). Para registrar o fato, um monumento foi construído na Praça da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, o "Museu do Eclipse[22]" - marco desse fato na cidade. Isso constitui a criação de uma nova rugosidade.

Fotos 58 e 59: Sobral - Igreja do Patrocínio e Museu do Eclipse



Fonte: PMS/SD.

[22] Construído pela prefeitura municipal de Sobral no ano de 1999 em homenagem aos oitenta anos da comprovação da Teoria da Relatividade. É uma instituição museológica com um observatório filiado à Associação Mundial de Astronomia.

Na instrução de tombamento de Sobral justifica-se o valor histórico e a existência de um conjunto homogêneo de edificações representativas da história, dos estilos e das manifestações arquitetônicas julgadas relevantes para a formação da sociedade sobralense.

No documento está dito que eram preferencialmente selecionadas áreas que contivessem imóveis íntegros do período colonial, sobretudo dos séculos XVII e XVIII. Sobral faz parte do grupo das chamadas "cidades monumentos", expressão correntemente utilizada pelos pioneiros do patrimônio no Brasil, para designar as áreas urbanas merecedoras de tombamento, cujo exemplo máximo é Ouro preto, em Minas Gerais.

As cidades, pela possibilidade do uso diverso, desafia seus observadores mais atentos, haja vista que detém uma expressiva importância. Cada uma tem suas histórias, seus significados e abriga as mais variadas formas de vida, de trabalho, de técnicas e de desenvolvimento. A cidade histórica passa, progressivamente, a ser compreendida mais como testemunho da evolução da organização social e das relações que se processam, e não como uma obra de arte.

Vê-se assim, uma nova abordagem teórica para a fundamentação do tombamento de conjuntos urbanos, ou mesmo de imóveis isolados, que são definidos como objetos culturais vinculados essencialmente ao desenvolvimento da vida humana, e não apenas à beleza estética, à arte e à arquitetura.

Não obstante, o tombamento de cidades antigas permanece como uma referência à inserção de outros debates, de outras reflexões, de outra compreensão de mundo, sobretudo em outras disciplinas, como a história, a antropologia, a etnografia, a arqueologia, a sociologia e a outras disciplinas.

O tombamento é justificado com base no papel desempenhado pelo núcleo urbano na consolidação ou formação do território

brasileiro, sobretudo, como desencadeador da formação de cidades, de suas redes ou ainda, como documento de processos sociais e econômicos de relevância.

Percebe-se que, inicialmente, se procurou preservar a formação e o desenvolvimento de núcleos urbanos com a identificação de traços elitistas, considerando a estética, e contando uma história que valoriza a história da burguesia. Isto implica em perceber que a rugosidade não é o patrimônio, embora este último esteja contido no que consideramos rugosidade, em detrimento de processos históricos importantes na formação das cidades e da sociedade.

Assim, conduziram esse processo a uma seleção de objetos e aspectos a serem protegidos, mas, também a um elenco de recomendações que possibilitam encaminhar às ações necessárias à preservação do conjunto.

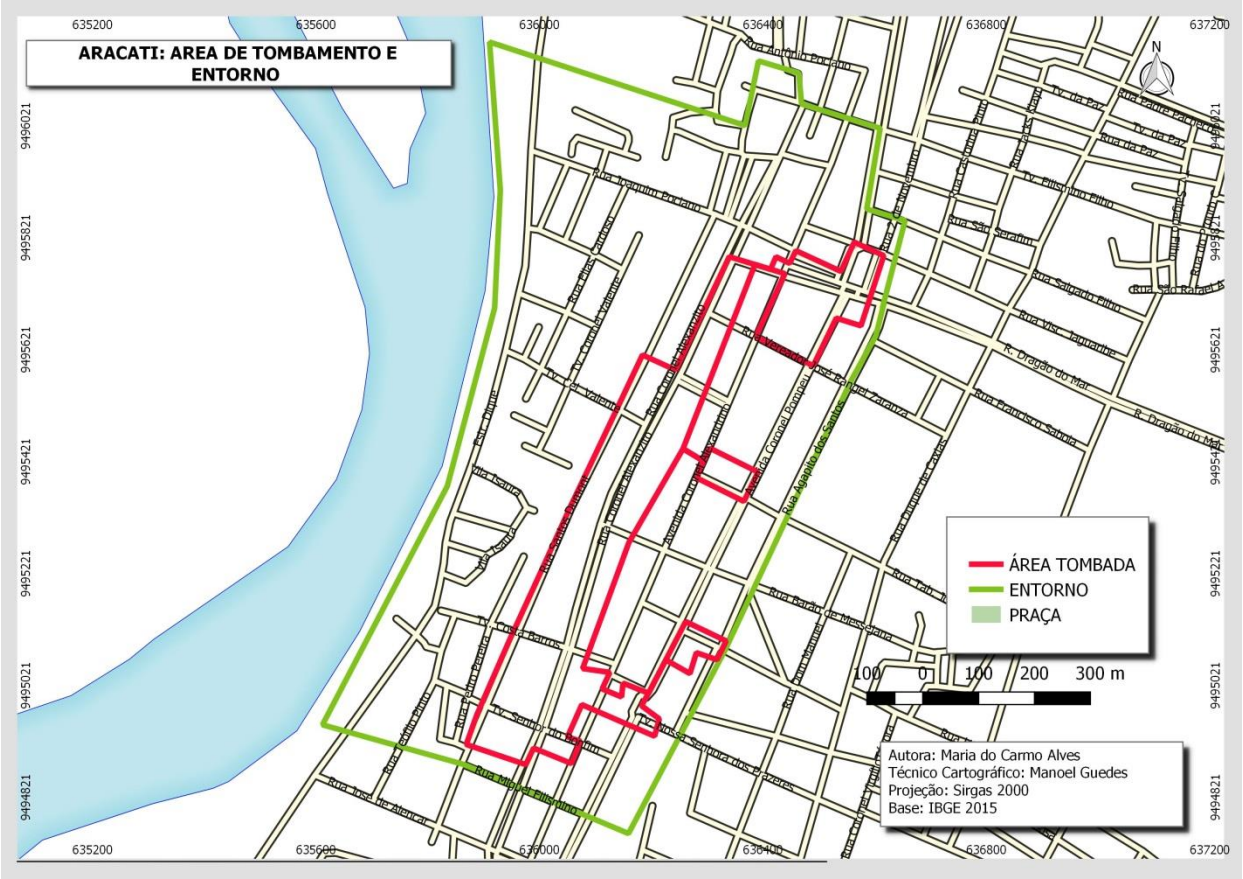
Vale aqui um esforço na reflexão sobre o uso do território sobralense brevemente apresentado, assim como das cidades de Aracati, Icó e Viçosa do Ceará, protagonistas da ocupação do território Cearense. A preservação de seu passado através do pequeno núcleo tombado nos revela na atualidade as rugosidades de um território com diversas formas de usos, que exibem as contradições socioespaciais desde seu processo de formação territorial.

O TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO DE ARACATI

O município de Aracati, nome de origem da língua tupi-guarani (que significa “bons ventos”), localiza-se no litoral Leste do Estado do Ceará, na microrregião do litoral de Aracati. Pertencente à mesorregião do Jaguaribe, distante 150 km da capital Fortaleza. Nasceu às margens do rio Jaguaribe, em 1748, como Vila de Santa Cruz do Aracati. Relativamente próxima a Recife e Salvador, tornou-se, mesmo antes de ser elevada a vila, o pulmão da economia colonial da capitania (PAIVA, 2008).

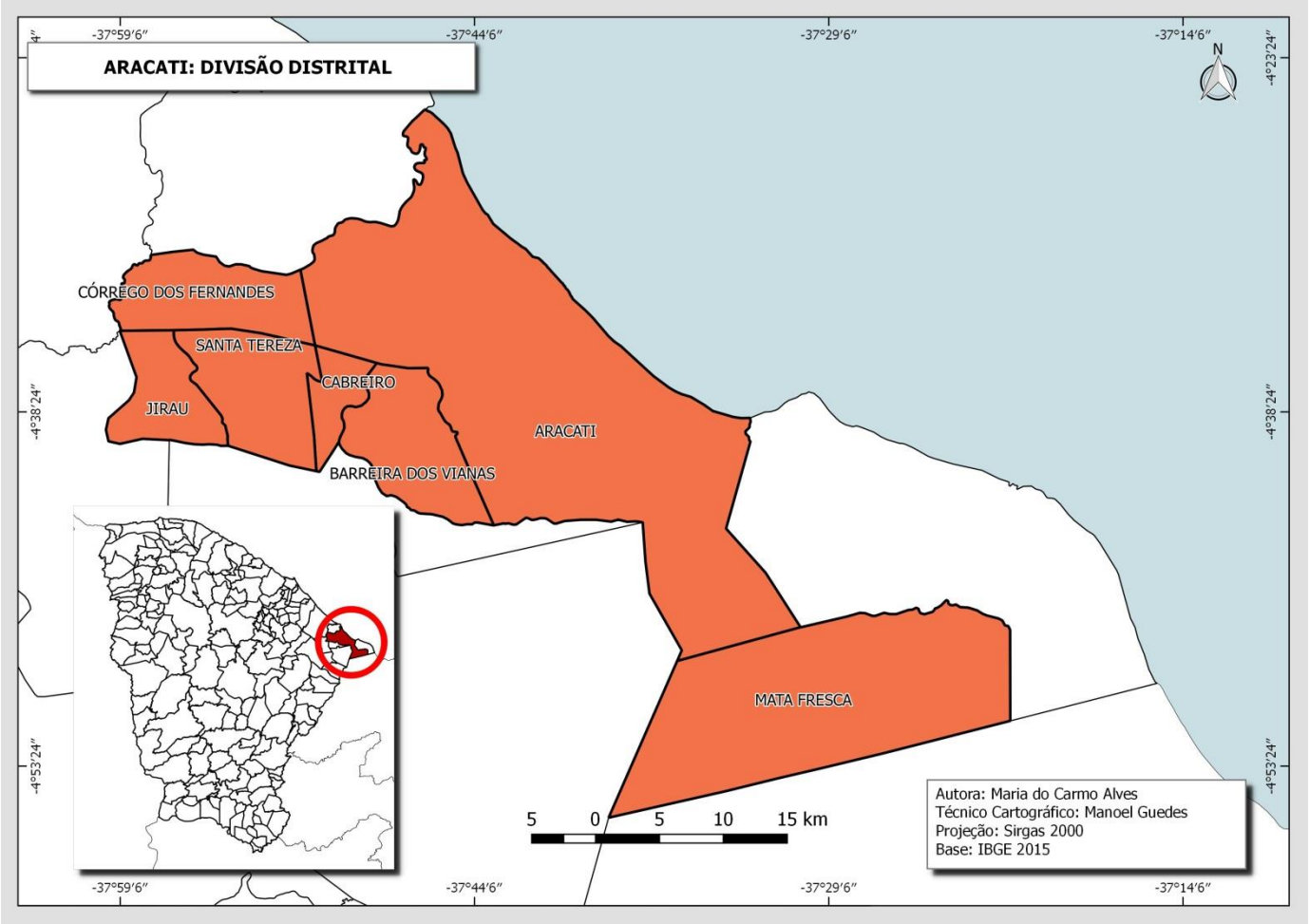
Ainda hoje, a cidade guarda o desenho setecentista em seu traçado urbano. Tombada pelo IPHAN em 2000, a cidade de Aracati passou a ser considerada “patrimônio nacional” (mapa 11).

MAPA 11: Aracati – Sítio Histórico Tombado



Segundo o Censo do IBGE de 2010, o Município tem uma população de 69.167 habitantes, sendo 44.038 urbana e 25.129 rural, em divisão territorial datada de 1995, é constituído de sete distritos: Aracati, Barreiras dos Vianas, Cabreiro, Córrego dos Fernandes, Jirau, Mata Fresca e Santa Teresa. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014.

MAPA 12: Aracati – Divisão Distrital



Aracati possui um núcleo urbano formado por sobrados, igrejas e diversos prédios; edificações variadas, construídas e decoradas com azulejos portugueses de alto valor. Uma das principais atrações turísticas do litoral cearense - conhecida como uma das praias mais famosas do mundo - é a Praia de Canoa Quebrada, situada no município de Aracati.

Fotos 60, 61, 62 e 63: Aracati - Casarões do núcleo urbano

http://www.panoramio.com/user - Acesso em out/2016.

Aracati, por ser uma cidade litorânea de privilegiada e estratégica posição geográfica, possuidora de um porto, zonas sertaneja e praiana e por localizar-se à margem do rio Jaguaribe, possuía as condições necessárias para se tornar um importante centro de comercialização; manteve-se por muito tempo como a localidade de maior influência no processo de formação econômica, social e política do povo cearense.

O processo de desenvolvimento, como nas demais cidades patrimônio, se acentuou com o surgimento das charqueadas, proveniente do fabrico e do comércio do charque.

Segundo o IPHAN (1998), no século XIX, Aracati integrou-se à expansão da cultura do algodão, novo ciclo econômico do Nordeste que também marcaria seu quadro urbano. Desta forma, a cidade contribuiu para a conquista e o povoamento do sertão nordestino.

Segundo Souza (2007), Aracati, com sua condição de porto de entrada e saída de mercadorias, expandiu-se, tornando-se influente economicamente sobre todo o território. Neste processo era favorecida pela sua relativa proximidade com Recife e Salvador, por seu porto marítimo acessível, do qual eram exportadas as riquezas e por onde desembarcavam objetos artísticos, prata, porcelana, móveis de estilo, símbolos de riqueza e distinção, que marcariam com orgulho o espírito da população.

Isso influenciou seu crescimento, notadamente em função das oficinas de carne seca ali existentes, e como motor do intenso comércio com as praças de Pernambuco e Bahia.

Em face dessa atividade, para Souza (2007), Aracati tornou-se o grande centro urbano cearense do passado. Hoje sua influência restringe-se ao litoral, nas imediações da desembocadura do rio Jaguaribe.

Encontram-se nos inscritos do IPHAN (1998) que, atraídos por seu desenvolvimento, logo convergiu para o Aracati um número considerável de forasteiros, oriundos não só da própria capitania,

como também das capitanias vizinhas que ali passaram a desenvolver suas atividades, especialmente o comércio, não só de charque, como de couro salgado de boi, vaqueta, couro de cabra e pelica branca, que colaborou para que se desenvolvesse de modo acelerado, transformando, em pouco tempo, o humilde arraial em um dos mais procurados e populosos daquele período.

O processo de salga da carne exigia bem mais mão de obra do que a criação de gado, e também maior atenção para com os animais durante as etapas de pré-abate, esquartejamento, salga, exposição ao sol, vigilância, preparo do couro, transporte para os portos e carregamento dos barcos.

O crescimento do território deu-se pelo desenvolvimento das técnicas, pelo trabalho humano. Em cada período, o homem produzia uma forma de viver que atendesse às suas necessidades, a cada novo momento, surgiram novos conteúdos de técnica, ciência e informação que eram imediatamente agregados ao território.

Nesse período, tudo girava em função do gado, daquelas fábricas e da comercialização dos seus produtos. A cidade nasceria, como outras do interior do Estado, moldada por estes fatores, pois a própria estrutura urbana obedeceria ao interesse comercial das carnes secas.

No século XVIII, e sobretudo no século XIX, o território se mecanizava. Nesse momento temos a criação do meio técnico[23]. Hoje, a sociedade avança e conta com o meio técnico-científico[24], que está atrelado a uma sucessão de eventos e está presente em todos os lugares.

O traçado das ruas obedecia a uma lógica de comunicação entre os portos dos barcos e as oficinas, o ciclo do couro estabelecia-se; portanto, na vila, fixando suas marcas no traçado urbano

[23] Testemunha a emergência do espaço mecanizado (Santos, 2008).
[24] Meio técnico-científico, isto é, o momento histórico em que a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência, de técnicas e de informação (SANTOS: 2005, p. 37).

nascente, ao mesmo tempo, com o aumento do número de novas edificações, a câmara tomava medidas para organizar o crescimento e desenvolvimento urbano.

Assim, nosso esforço de entender a cidade de Aracati, está fundamentado nos ensinamentos de Santos, ao afirmar que:

> Nenhum estudo de Geografia Urbana que se respeitasse podia começar sem alusão à história da cidade às vezes até de forma abusiva. Era impossível abordar esta ou aquela cidade, sem essa preocupação de contar o que foi seu passado. Hoje, fazemos frequentemente uma geografia urbana que não tem mais base o urbanismo. É uma pena, porque praticamente não mais ensinamos como as cidades se criam, apenas criticamos a cidade do presente. (SANTOS, 1994, p. 69).

Desse modo, entender o processo de formação das cidades nos parece fundamental para perceber o papel ativo do território e de sua produção contínua. Dentro dessa perspectiva, tentaremos entender a formação de Aracati como resultado do que foi criado no passado, para compreendermos seu papel ativo no presente.

Paulet (1816) descreveu Aracati como a mais opulenta das capitanias, com maior população, e onde se achavam casas de sobrado, casa de câmara e cadeia, e como a melhor das capitanias. O autor faz referências de que foi devido a ser o ponto de embarque das produções de algodão e solas do termo das vilas Russas, ou de São Bernardo, Campo Maior, Icó e todo o Jaguaribe e da vila de Monte-Mor.

Aracati foi elevada à cidade pela Lei Provincial nº 244, de 25 de outubro de 1842, e continuava, entretanto, a ser o maior empório comercial e o centro de maior população e importância. Quando pelo seu porto Fortin, transitava a maior parte da riqueza do Ceará àquela época, chegou-se a pensar em mudar para ali a capital da província,

que teve seu mercado assegurado durante o século XVIII, pela produção e comercialização de carne seca (GIRÃO, 1966).

Assim ocorreu que, mesmo após o declínio das charqueadas, manteve-se sua hegemonia por longo tempo, conservando sua posição de destaque na capitania, graças à produção do algodão, cuja comercialização se fazia através dos canais criados durante o ciclo do gado.

Ressalte-se que o ciclo do algodão trouxe consigo o plantio complementar da agricultura de sobrevivência, tão necessária à manutenção das fazendas destinadas ao seu cultivo.

Aracati sofreu consideravelmente em seu desenvolvimento com a extinção definitiva das charqueadas, no último decênio do século. Dados historiográficos indicam como responsáveis pelo fim da "indústria do charque", as crises climáticas porque passou o Ceará nos anos 1777-1778 e 1790-1793 (IPHAN, 1988). Aracati declinou bastante de sua superioridade comercial a partir da extinção das charqueadas.

Conhecer como se forma o centro urbano de Aracati no período colonial, nos permite uma análise, com o devido cuidado e rigor, do quadro que nos possibilita observar o importante papel assumido para o desenvolvimento do Ceará. Juntamente com os outros centros interioranos, Aracati exercia influência em quase toda a extensão da província. À Aracati cabia o comando da faixa litorânea; à Icó, o sertão Jaguaribano; e à Sobral, o Vale do Acaraú e a região de Ibiapaba.

A cidade de Aracati testemunhou a ocupação desta parcela do território brasileiro e exerceu por muito tempo a liderança econômica da capitania correspondente. Na sua paisagem, Aracati ainda guarda rugosidades que se revelam no traçado urbano, nas construções, na história dos ciclos econômicos do couro e do algodão, que contam como vivia a sociedade daquela época.

Na sua sede se encontram os monumentos de tradição colonial, que são expressivos da grandeza e da opulência de uma aristocracia que se foi. Aracati exibe um passado presente nas suas ruas, praças, jardins, seus prédios, templos católicos, entre outras belezas de seleto bom gosto construtivo, com o caráter característico das velhas cidades do passado.

Fotos 64 e 65: Aracati – Templos católicos

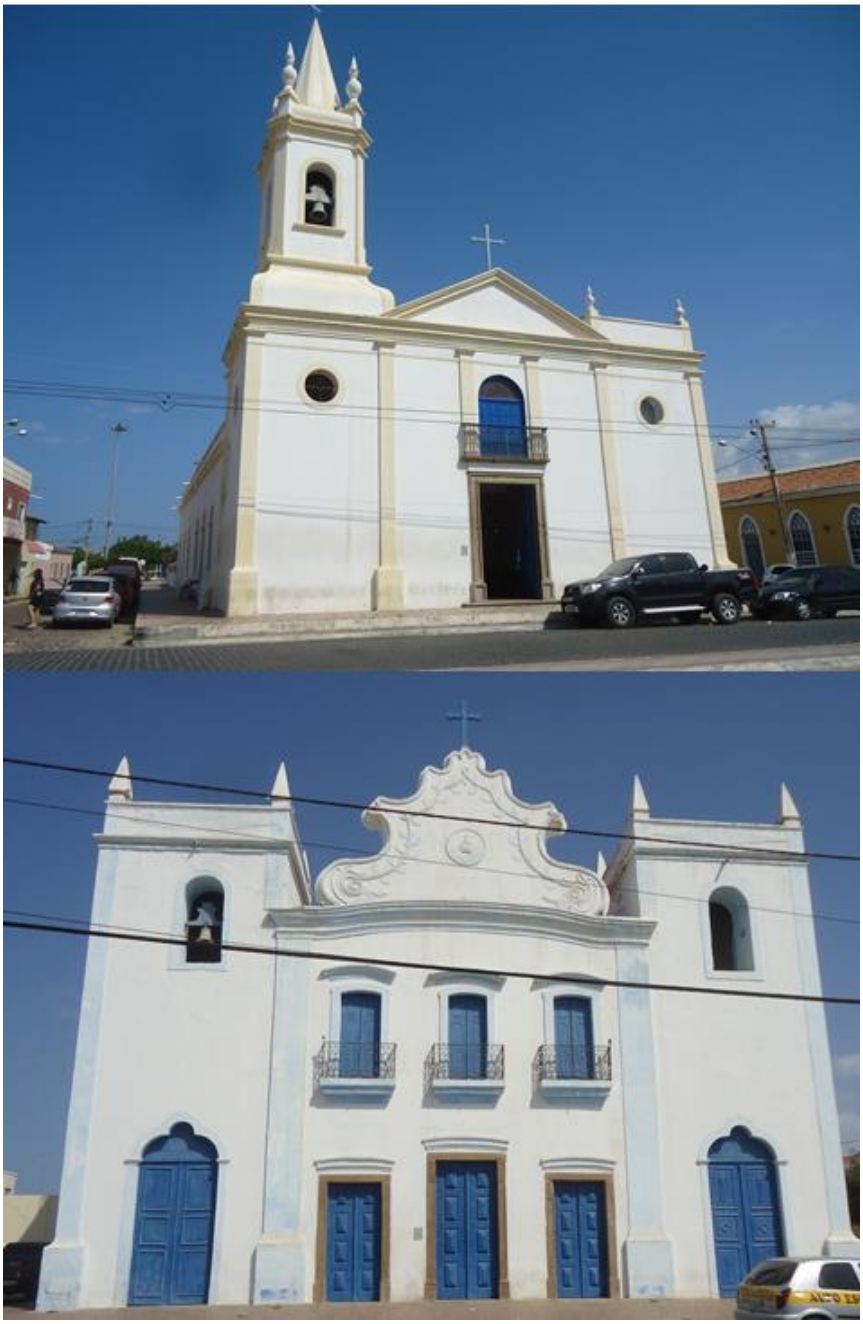


Foto: Maria do Carmo Alves/2015.

A cidade apresenta um acervo arquitetônico de inestimável valor artístico, que justificou o tombamento federal. Constitui-se de casas térreas e sobrados que formam belos conjuntos e outras edificações de uso não residencial, detentoras de proporções bem dispostas, com detalhes arquitetônicos variados e expressivos que exibem o esmero e a criatividade daqueles que construíram essa cidade.

Fotos 66, 67 e 68: Aracati – Acervo arquitetônico

Foto: Maria do Carmo Alves/2015.

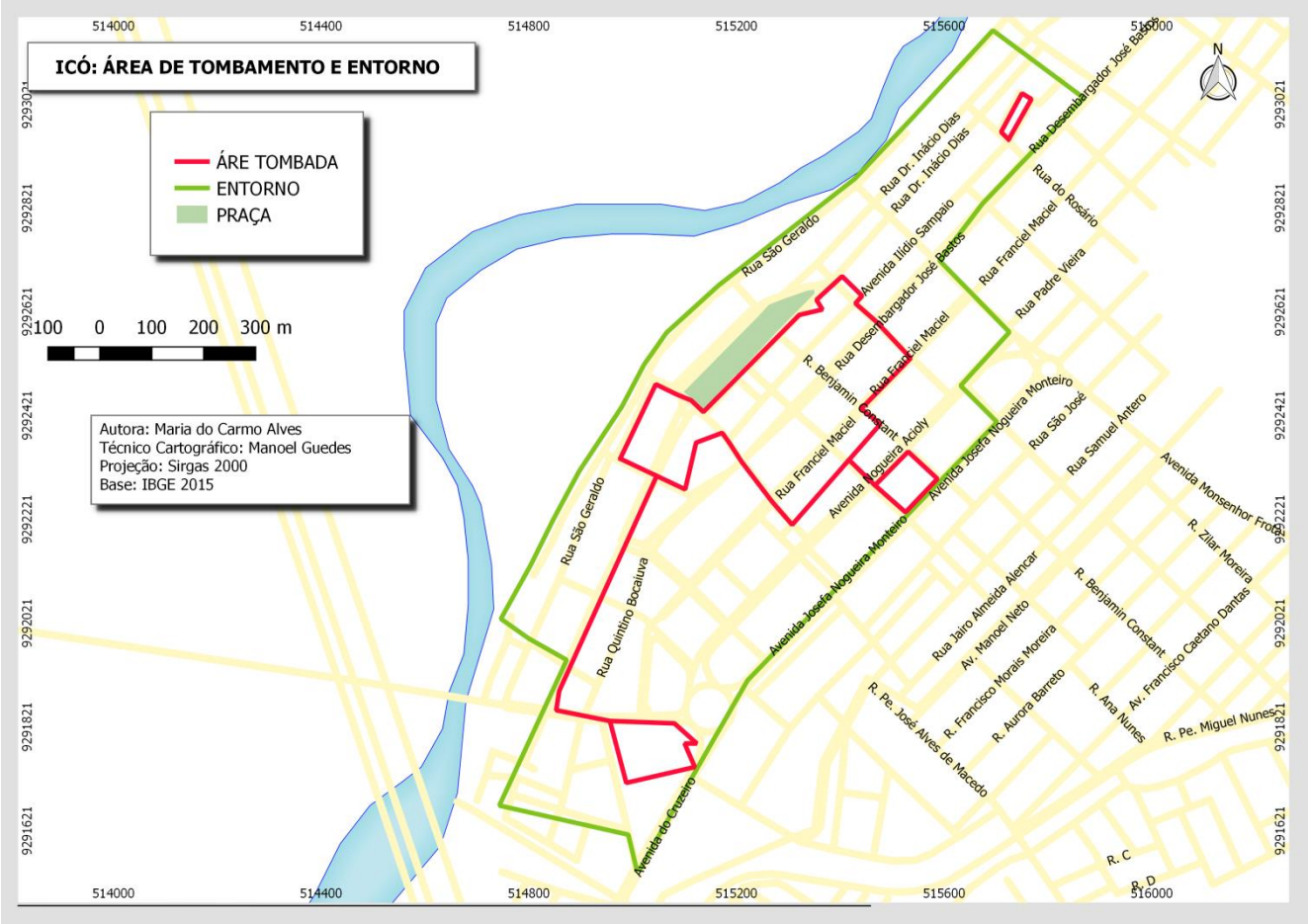
Todo esse acervo arquitetônico são rugosidades, impregnadas de testemunhos irretocáveis da história. Os monumentos permitem compreendê-la sob vários enfoques, desde a fixação dos primeiros habitantes, o desenvolvimento do comércio, da política, da técnica, da arte e da história cotidiana.

Entender as relações que se dão na cidade, não é tarefa fácil, mas o seu conhecimento deve partir da compreensão da formação territorial, a partir dos usos e do lugar como acontecer solidário. O território é, diante da realidade que nos aparece, o meio técnico-científico-informacional, pois a formação socioespacial como um fator histórico explica os atributos do presente.

O TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO DE ICÓ

Localizada na região Centro Sul do Estado, distante 375 km da capital Fortaleza pela rodovia BR 116. A Lei nº 244, de 25 de outubro de 1842 elevou a Vila à categoria de Cidade. Em dezembro de 1997, Icó passou a ser considerada "patrimônio nacional" (mapa 13). A vila do Icó foi criada em 1738 e regulamentada em 20/10/1736, a partir de um núcleo preexistente, no momento em que a ocupação da capitania já estava consolidada.

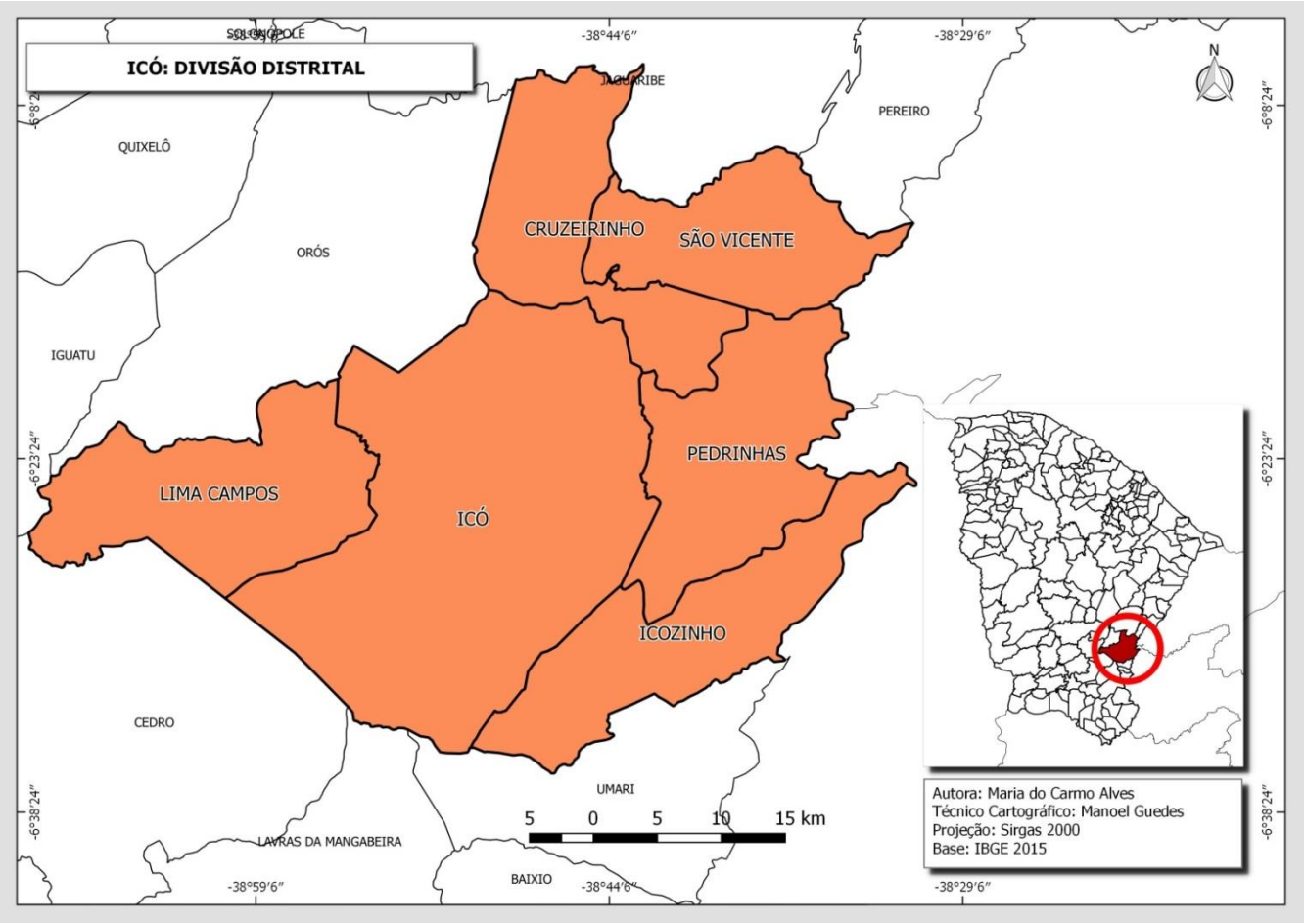
MAPA 13: Icó – Sítio Histórico Tombado



O povoado que precedeu a vila surgiu da ocupação de sesmeiros ao longo do Rio Jaguaribe, ao instalarem-se com currais de gado e casas de vivenda pelas ribeiras do Icó, dos Quixelôs, do Riacho do Sangue e circunvizinhanças (IPHAN 1997).

Segundo o Censo do IBGE de 2010, o Município tem uma população de 65.453 habitantes, sendo 30.465 urbana e 34.988 rural, e está subdividido em seis distritos, Sede, Cruzeirinho, Icózinho, Lima Campos, Pedrinhas e São Vicente.

MAPA 14: Icó – Divisão Distrital



A cidade se situa sobre terreno plano, em área próxima à margem direita do rio Salgado, a pouca distância de sua confluência com o rio Jaguaribe. Icó significa água ou Rio da Roça, é o nome de uma tribo da nação dos Cariris que habitavam a região.

A primeira edificação erguida no povoado foi a capela de Nossa Senhora da Expectação, construída em 1709, por ordem do capitão Francisco de Montes. Dizem os relatos que o capitão perdeu uma filha na residência que fez no Icó e, por falta de igreja, teve de enterrá-la no campo. Para consolar a esposa, prometeu transferir o túmulo para uma igreja, mandando, em seguida, construir a capela que logo veio a servir de matriz à freguesia do Arraial da Ribeira dos Icós (IPHAN 1997). A construção de igrejas foi um fator importante na história da colonização e expansão da maioria das cidades cearenses.

Foto 69: Icó - Igreja de Nossa Senhora da Expectação

Foto: Maria do Carmo Alves/2016.

Nos anos 1950, iniciou-se finalmente a construção da Nova Igreja do Senhor do Bonfim, ou "Igreja Nova", a maior e mais monumental da cidade. Foi terminada somente nos anos 1990, e constitui-se na maior intervenção arquitetônica realizada em Icó no século XX. (IPHAN 1997).

A nova igreja alterou substancialmente a configuração de um dos espaços mais peculiares de Icó: a enorme e larga esplanada que tinha início na praça da cadeia e do teatro, e que se estendia até a proximidade da Igreja do Rosário, hoje interrompida por esta edificação. (IPHAN 1997).

Foto 70: Icó - Igreja do Senhor do Bonfim

Foto: Maria do Carmo Alves/2016.

Durante os séculos XVIII e XIX, Icó foi um centro econômico importante para a região e para o Estado do Ceará, em um momento em que se desenvolvia o comercio do gado, do charque, do couro e do algodão. Desta forma, contribuiu para a conquista e povoamento do sertão nordestino.

Icó, Antigo Arraial Novo nasceu para defesa dos portugueses que disputavam o território com os índios locais. Situada entre os rios Jaguaribe e Peixe, Icó é o nome de uma das tribos Tapuia que lutavam pelas terras no Ceará. O arraial progrediu com a mineração do ouro e como entreposto ligado ao comércio de gado (IPHAN, 2016).

O município de Icó já foi um grande centro de comércio e de vida social do Ceará na última metade do século XVIII, e até o penúltimo quartel do século passado. Por sua mediação é que se efetivavam os negócios e as relações entre as províncias de Pernambuco, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte e as Zonas do Sul e Centro do Ceará e a província do Piauí.

Icó estava situada no ponto estratégico do cruzamento das duas importantes vias de comunicação colonial, a Estrada Geral do Jaguaribe, que ligava o Ceará a Pernambuco, a partir do porto de Aracati, passando por Icó e chegando ao Cariri, e a Estrada das Boiadas, ou dos Inhamuns, que fazia a ligação do Ceará com o Piauí e a Paraíba.

Também é importante ressaltar que além dessas, igualmente, convergiam para Icó a Estrada Nova das boiadas que, partindo de Sobral, passava pelo sertão central do Ceará, em direção a Pernambuco e Paraíba. Essas estradas coloniais eram o principal meio de ligação entre as áreas de produção, salga e comercialização da carne seca.

Durante o século XX, Icó atravessou inúmeras crises no plano socioeconômico, intercaladas por períodos de desenvolvimento, dos quais ressalta-se o ocorrido no início do século, quando alguns

comerciantes, apoiados na estrutura do sistema algodoeiro, estabelecem-se na cidade. Como consequência, surgiu também um pequeno núcleo industrial para o beneficiamento do algodão (IPHAN, 1997).

A cidade cresce onde haviam se implantado pequenas indústrias de beneficiamento. Esta nova elite, seguidora das modernas tendências europeias, passa a influenciar a arquitetura da cidade com inovações urbanísticas e nas edificações, onde as novas construções foram redesenhando o solo urbano, dando nova feição para as ruas de moradias residenciais, assim como, nas proximidades do mercado, foram tomando feição nitidamente comercial, rompendo com o desenho urbano tradicional (IPHAN, 1997).

Icó ainda conserva o aspecto arquitetônico das velhas urbanizações do passado; razão pelo qual merece ser olhada com especiais cuidados a fim de que, conciliando-se com as necessidades de progresso, possa garantir-se contra a investida das ideias novas, do tão rico acervo histórico.

Observa-se com muita frequência nos sítios históricos, que, apesar da atenção dispensada para garantir a preservação, nesta não há uma inércia, ao contrário, as cidades são dinâmicas, e a todo instante novas e modernas construções de prédios e reformas modernizam as paisagens; há uma mistura do antigo com o novo convivendo no mesmo território.

São gloriosas suas tradições, vindas dos tempos em que aí morava uma população aristocrática e ativa, síntese apurada da civilização da época. Ao percorrer as ruas de Icó, encontramos diversas formas de identificar o lugar, os nomes das ruas, os prédios, as feiras. Pela situação do presente é possível perceber o uso do território pela sociedade que o construiu.

O centro urbano de Icó pode ser considerado o conjunto arquitetônico mais representativo do Ceará, com referência ao número de exemplares ainda íntegros com tamanha beleza.

Sendo uma expressão concreta do passado, o conjunto urbano permite reler na sua paisagem atual, as marcas da povoação da antiga Capitania do Ceará e seus ciclos econômicos do couro e do algodão.

A documentação histórica mostra a proeminência da Vila do Icó no cenário de ocupação do sertão nordestino e, nisso, em última análise, reside o seu valor como patrimônio nacional.

As edificações religiosas mais expressivas, em número de quatro, respondem pelos marcos visuais da cidade e pelos seus caminhos de expansão, que marcaram a constituição das paisagens e trouxeram novos rearranjos ao território.

Foto 71: Icó - Igreja de Nossa Senhora do Rosário

Foto: Maria do Carmo Alves/2016.

A igreja de Nossa Senhora do Rosário construída em 1828, a exemplo de muitas outras cidades brasileiras, revela em sua posição distanciada da parte principal da cidade, à época, a segregação social das classes menos favorecidas.

A concentração do poder na capital do Estado e a perda da importância de Icó como entreposto comercial e polo agrícola, enfraqueceram-na politica e economicamente. Contudo, este fato foi também responsável pela preservação de grande parte do patrimônio arquitetônico e urbanístico na cidade.

Esse traço forte e determinante no urbanismo colonial no sertão, pode ser ainda claramente percebido em núcleos como Aracati e Sobral, cidades do mesmo período, e pertencentes ao mesmo contexto histórico de formação.

Entretanto, não queremos nos ater simplesmente aos edifícios expressivos. Indagamos ainda, expressivo sob qual ótica? Cabe-nos, nessa pesquisa, priorizar as relações dos homens entre si e como usaram o território criando rugosidades, ou seja, é interessante apreender as formas de trabalho, moradias, política e cultura da sociedade que a pratica.

Várias edificações suntuosas que existem na cidade de Icó foram construídas com a força do trabalho escravo. A rua General Piragibe, antiga "rua do meio", era o local onde os escravos circulavam. Percebe-se na foto 72, que nessa rua de circulação dos escravos ficava nos fundos das ruas com moradias mais expressivas da elite daquela época. Vê-se pela garagem, que para a época, era construída nos fundos do terreno.

Fotos 72: Icó – Rua General Piragibe

Foto: Maria do Carmo Alves/2016.

O trabalho dos escravos está em todos os lados da cidade. As paisagens construídas e os monumentos que marcaram um período permanecem ativos pela força do seu trabalho, que presentearam a humanidade com o privilégio de apreciar edificações e modos de vidas de épocas passadas.

Fotos 73 e 74: Icó – Rua General Piragibe

Foto: Maria do Carmo Alves/2016.

Esse patrimônio que fazemos questão de exibir nas imagens que seguem o texto, haja vista que nos remetem pelas paisagens à compreensão dos modos de vida de cada povo em seu território, foi construído pelo trabalho de muitas pessoas com os recursos e as técnicas disponíveis pelo meio, naquele período da história e da ocupação das cidades.

Fotos 75, 76 e 77: Icó – Imóveis do Sítio Histórico

Foto: Maria do Carmo Alves/2016.

A compreensão desse cenário, comparado ao anterior da rua General Piragibe, exige o reconhecimento do complexo montado no período colonial, e até hoje existente, com os vestígios humanos, técnicos e socioespaciais ainda existentes e segregador nas cidades.

Icó, assim como as outras cidades, constitui um testemunho incontestável e segregador do valor histórico acerca do processo de consolidação do território nacional. As paisagens um precioso documento visível da política urbana colonial e sua adaptação às terras sertanejas.

Assim como em muitos outros povoados, a Vila do Icó foi criada por ordem régia em 1736, e seguiu os princípios gerais ditados pelo urbanismo da metrópole naquele momento. Implantação em sítio saldável, próximo a bom provimento de água e construção de uma grande praça, onde deveriam ser erguidos o pelourinho, e a Casa de Câmara e Cadeia, e as ruas bem demarcadas em linha reta com bastante largura para, entre elas, se deixar área suficiente para a edificação de casas com seus quintais (IPHAN, 1997).

Em Icó, as pesquisas documentais mostram que algumas dessas determinações não foram cumpridas de imediato. A Casa de Câmara e Cadeia, por exemplo (foto 78 e 79), só foi edificada no final do século XVIII por falta de execução da determinação régia de se estabelecer um patrimônio de 16 léguas quadradas para a câmara.

Foto 78: Icó – Casa de Câmara e Cadeia

Foto: Maria do Carmo Alves/2016.

Foto 79: Icó – Casa de Câmara e Cadeia (Vista Aérea)

Fonte: http://www.fabriciomoreira.com – Acesso em out/2016.

De todo modo, segundo o IPHAN (1997), quando o edifício foi construído, o local escolhido foi o previsto na Carta Régia, isto é, na grande praça onde se encontrava a matriz e onde deveria ser erguido o pelourinho. Assim, embora se possa considerar que na contingência de se construir uma vila no meio do alto sertão, algumas "sofisticações urbanísticas" fossem, certamente, ignoradas, pode-se afirmar que Icó conserva, na trama viária intacta do seu núcleo mais antigo, as linhas básicas do desenho urbano requerido por Lisboa naquele momento: praça bastante ampla, dominada pelos principais prédios públicos, ruas bem traçadas e retas, delimitando quadras relativamente uniformes.

De acordo com o IPHAN (1997), devido à decadência econômica e marginalização do centro do poder político no estado, Icó não se renovou completamente em termos edilícios e urbanísticos, como ocorreu com as antigas vilas cearenses do seu mesmo período de formação. Guarda ainda com bastante inteireza e homogeneidade a arquitetura realizada no período do seu apogeu, em meados do século XIX, quando foi o mais importante polo agrícola e comercial da província. O casario foi construído no século XVIII.

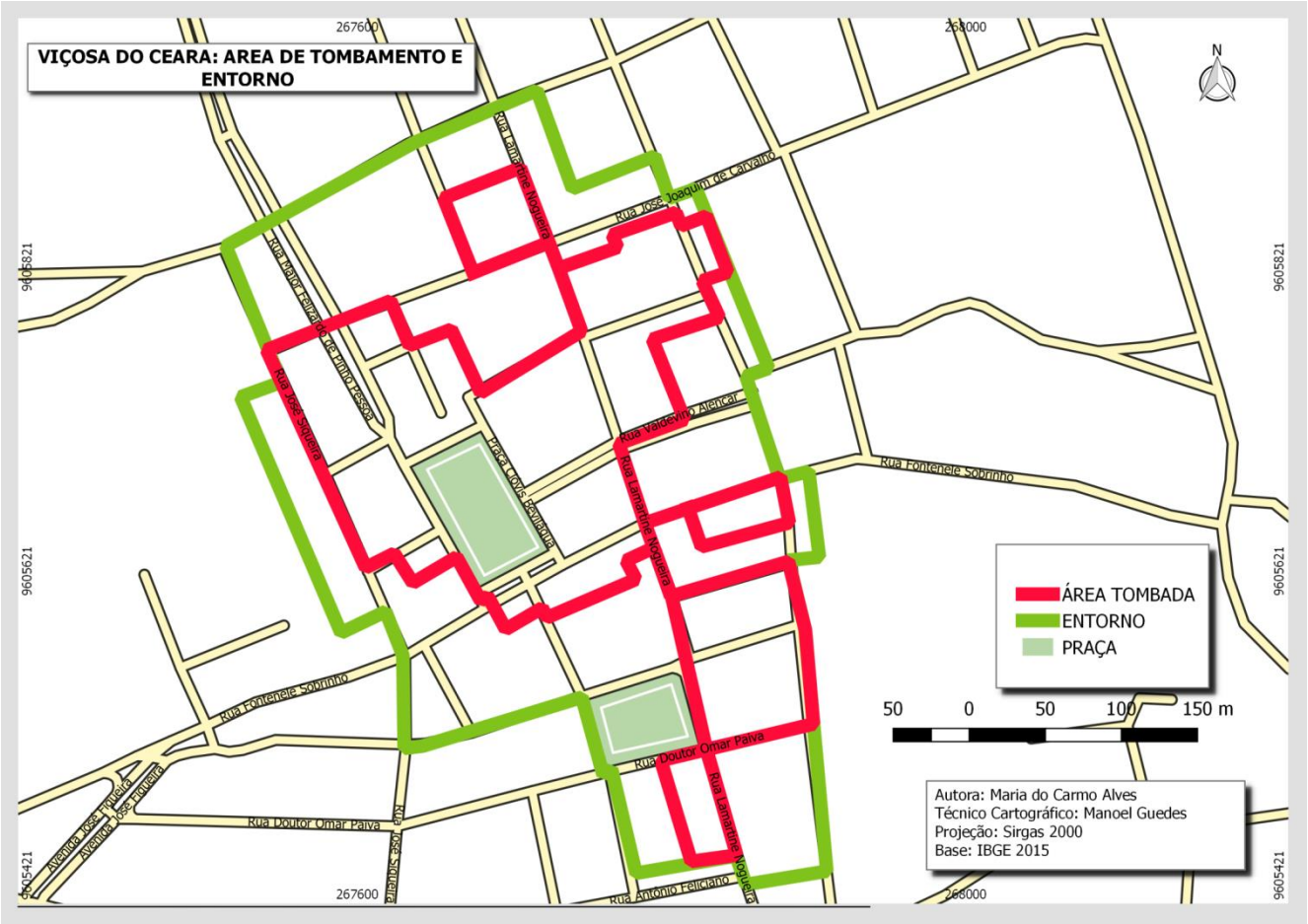
Como característica da arquitetura tradicional produzida na antiga província do Ceará, Icó também prima pela simplicidade e pelo despojamento de seus imóveis. Mesmo nas igrejas mais antigas, não existem trabalhos complexos e sofisticados, os interiores, como foi observado pelos visitantes da Comissão Científica em 1859, são realmente "desordenados" e simples.

O único edifício de traço mais erudito existente na cidade é o teatro da Ribeira dos Icós, notável construção de linhas neoclássicas, que, contudo, no seu interior, retoma a nudez e a quase rudeza das edificações tradicionais cearenses.

O TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO DE VIÇOSA DO CEARÁ

Localizada na microrregião da Serra de Ibiapaba[25], noroeste cearense, distante 344 km da capital Fortaleza, a cidade de Viçosa do Ceará, em agosto de 2003, passou a ser considerada "patrimônio nacional"(mapa 15).

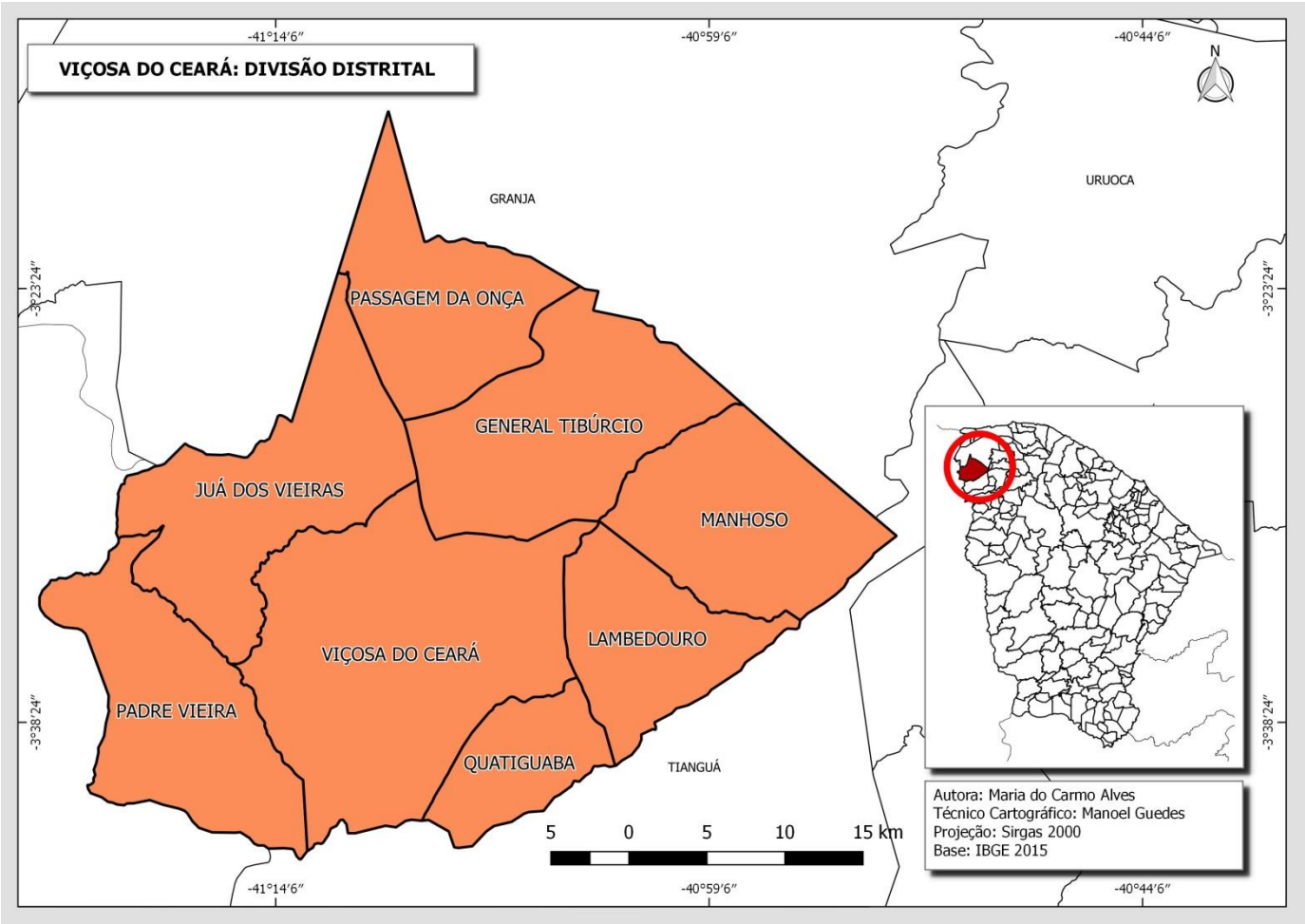
MAPA 15: Viçosa do Ceará – Sítio Histórico Tombado



[25] O topônimo Ibiapaba é geralmente traduzido por "serra talhada". A Serra da Ibiapaba, conhecida como Serra Grande, Chapada da Ibiabapa e Cuesta da Ibiapaba, é uma região montanhosa que localiza-se no Noroeste do estado do Ceará, separa o Ceará do Piauí. Parece uma longuíssima e elevada muralha, nascendo junto do mar e estirando-se para o sul até a divisa de Pernambuco.

Segundo o censo do IBGE - 2010, o município tem uma população de 54.961 habitantes, sendo 32,44% urbana e 67,56 % rural. Está subdividido em oito distritos, Sede, General Tibúrcio, Lambedouro, Manhoso, Padre Vieira, Juá dos Vieiras, Passagem da Onça e Quatiguaba. Esse dado populacional chama a atenção, diante de uma realidade brasileira em que sua população permanece em maior número e crescente nas áreas urbanas.

MAPA 16: Viçosa do Ceará – Divisão Distrital



Resgatando um pouco alguns fatos geográficos importantes, segundo Girão (1966), no ano de 1759, foi elevada a vila. Com o nome de vila Viçosa Real da América, em 1882, elevou-se à categoria de cidade, com o topônimo simplificado para Viçosa. Em 29 de setembro do ano de 1883, aboliu a escravidão, acontecimento de suma importância para a vila local. Em 30 de dezembro de 1943, pelo Decreto Lei N° 1.114, o município passou a denominar-se, então, Viçosa do Ceará.

Viçosa do Ceará está encravada em um santuário ecológico, a 740 metros de altitude e cercada de vegetação nativa e fontes de águas cristalinas. Sua paisagem exibe exótico relevo, e mostra-se em perfeita harmonia com seu clima de serra. Pela Beleza, localização, clima, organização e atrativos naturais, Viçosa do Ceará é considerada a "Suíça Cearense".

Para Girão (1966), a cidade de Viçosa do Ceará é um maravilhoso jardim suspenso. Colocada a mais de 700 metros de altitude na parte da Serra chamada cinta, goza de clima delicioso e forma um motivo dum quadro cuja moldura são os belos cafezais e pomares que a rodeiam.

Para Paiva (2004), é considerada pelo IPHAN uma das mais importantes vilas de índios do Brasil dos séculos XVII e XVIII. Foi antiga aldeia dirigida por padres da Companhia de Jesus, sendo que a atividade missionária dos jesuítas tornou-se o principal fator para a ocupação e colonização daquelas terras tabajaras na Ibiapaba.

Ainda para a autora, a história religiosa se inicia com a chegada dos jesuítas que fundam a missão jesuítica, missão fortalecida, em 1660, com a visita de Pe. Antônio Vieira. Em 1700, os jesuítas, em pleno trabalho de catequese com os indígenas, construíram a igreja de Nossa Senhora da Assunção (foto 80).

Foto 80: Viçosa do Ceará - Igreja de N. Senhora da Assunção

Foto: Maria do Carmo Alves/2015.

Viçosa do Ceará possui uma área tombada que corresponde ao contorno da Praça Clóvis Beviláqua, onde se localiza a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, acrescido de trechos das ruas adjacentes, preservando o quadro paisagístico que envolve a igreja. Destacam-se nessa área 72 casarões de comprovado valor arquitetônico.

Fotos 81, 82, 83 e 84: Viçosa do Ceará – Imóveis do Sítio Histórico

Foto: Maria do Carmo Alves/2015.

O centro histórico de Viçosa do Ceará do final do século XIX e início do XX exibe um conjunto de edificações de aspecto uniforme e de singela beleza. Diante de um olhar mais sensível, percebe-se pleno de referências histórico-sociais da cultura brasileira.

Fotos 85, 86, 87 e 88: Imóveis do Sítio Histórico

Foto: Maria do Carmo Alves/2015.

> Se o tomarmos no curso da história e na associação com o esplendor da natureza circundante, manteremos contato com a ambiência indígena pré-colonial praticamente intocada, a organização espacial missioneira da antiga vila, o gosto barroco presente nas pinturas dos painéis da capela-mor da Igreja Matriz, os longos lotes ocupados por edificações extensas com muros laterais vazados, frontões valorizados e vãos encimados por tímpanos de desenhos diversos dos períodos colonial e imperial, a sisudez neoclássica, a variedade de ornatos e motivos decorativos do ecletismo, dentre outros momentos da arquitetura, da arte e do urbanismo brasileiro, o que torna a cidade um rico documento de nossa história e testemunha do processo de ocupação do território nacional, principalmente ao enxergarmos sua essência através dos critérios da Carta de Quito (1967), quando esta recomenda "estender o conceito de monumento às manifestações próprias da cultura dos séculos XIX e XX" (IPHAN, 2002, p. 69).

O sítio histórico de Viçosa do Ceará é resultado do trabalho humano acumulado nas paisagens, hoje é um interessante e singelo conjunto em que as realizações ecléticas se destacam e retratam um passado colonial, marcado pela missão jesuítica que pontificava, com a grande praça, a Matriz e o casario, marco urbanístico ainda presente.

A cidade apresenta um bom estado de manutenção e conservação das características arquitetônicas dos imóveis, além da convivência entre o meio natural e o meio técnico, que fazem de Viçosa do Ceará uma cidade que se distingue das demais cidades tombadas do Estado.

As paisagens do município estão repletas de histórias que revelam como o espaço geográfico de Viçosa do Ceará foi sendo ocupado. Os casarões, os sobrados, as igrejas, as praças, as matas dos sertões e das serras, o manejo da terra, as criações de animais, os percursos dos rios e riachos e as comidas, entre outros, contam, com riqueza de detalhes, como viviam os antigos e vivem os atuais moradores.

Para Vitoriano (2011), Viçosa do Ceará continuou crescendo no fim do século XIX. Nesse momento, novas construções modificaram a arquitetura do município. Sobrados e casarões são construídos inspirados na arquitetura europeia; dentre eles, o Solar da Marcela – casa de Feliciano Pinho Pessoa (conhecida como solar dos pinhos) e o casarão do senhor Rubens Dias.

Foto 89: Viçosa do Ceará - Solar da Marcela

Foto: Maria do Carmo Alves/2015.

Algumas edificações, alguns casarios, nos introduzem a perceber, pela qualidade de sua arquitetura e bom gosto, que se fixam aos olhos e à memória uma certa vida intelectual – a fundação do Cine-Teatro D. Pedro II, em 1909; da Sociedade "Gabinete Viçosense de Leitura", em 1916; a Biblioteca Pública, em 1917; do Instituto Araripe Júnior, em 1926; e da União Operária de São José de Viçosa, também conhecida como "Legião", em 1932.

A fundação de vários jornais, nas duas primeiras décadas do século XX, de efêmera duração, corrobora a afirmação de que se esboçava uma vida intelectual na antiga missão jesuítica.

A história de Viçosa do Ceará estabeleceu-se com o encontro de diversos grupos étnicos, ou seja, grupos sociais com manifestações culturais bem diferentes. Havia, portanto, os indígenas, os europeus (principalmente portugueses e franceses) e os povos africanos.

Verifica-se outro vestígio da nossa herança cultural, encontrado de forma mais despretensiosa no modo como construímos nossa moradia. As técnicas usadas para construção das casas de taipa são um exemplo de como as moradias eram construídas pelos indígenas, assim como a rede, que é um utensílio de origem indígena, o artesanato, a farinha de mandioca etc, técnicas simples, porém, que portam muita sabedoria.

Fotos 90, 91 e 92: Viçosa do Ceará – Casa de Taipa

Foto: Gilton Barreto/2016.

Ao longo dos anos, as redes ganharam bordados e varandas. Algumas ficaram mais coloridas com desenhos e pinturas. Na cultura popular de tempos mais remotos, segundo histórias mais antigas, contam que, pela ausência de transportes, a rede servia para transportar as pessoas doentes.

Em Viçosa do Ceará, os modos de fazer mais conhecidos da região são a cachaça, os utensílios de cerâmica e palha, a rede de tucum, a renda, o bordado, a tecelagem e outros produtos feitos a partir da goma indígena. Um dos produtos que mais se destacam é a peta, biscoito salgado feito de goma. Um dos segredos do seu sabor é o óleo de coco babaçu e a forma de misturar a massa.

Desde o início, a localização de Viçosa contribuiu para o surgimento de uma classe de comerciantes. Para Castro (2001), é possível notar-se a existência de um movimento de tropas que se deslocavam rumo ao litoral, estabelecendo trocas comerciais. Os indígenas da serra da Ibiapaba comercializavam com os franceses no porto do Camocim e a aldeia era ponto de passagem obrigatória para quem se dirigia ao Piauí, ao Maranhão, ou dali partia para Camocim.

Outros produtos responsáveis pela geração de riquezas em Viçosa foram a aguardente de cana e a rapadura. Os engenhos se multiplicavam na serra. No final do século XIX, havia 206 engenhos de madeira, 14 engenhos de ferro e 50 alambiques.

Muitos fatos históricos relevantes ocorridos na região, motivaram o interesse que justifica o tombamento de Viçosa do Ceará. Cabe-nos extrair de todo o processo as motivações que consideramos de maior relevância para a sociedade.

Além da importância histórica, tendo os índios como protagonistas, ressaltamos que a região ainda se apresenta muito semelhante àquela da época do seu descobrimento quando ali só habitavam índios. Essa informação é comprovada quando conversamos com moradores mais antigos, servidores públicos municipais e professores de história, que através de imagens,

fotografias e mapas, comprovam como a cidade segue sem muitas metamorfoses urbanas.

Vale ressaltar que, para desenvolvimento da região, o apelo paisagístico é importante por sua excepcional qualidade; o que fez da região uma área de preservação ambiental federal em 1998. A área protegida envolve a cidade de Viçosa do Ceará.

A região ainda tem caminho aberto pelos Tabajaras onde, no início do século XVII, passavam madeiras e algodão que enchiam os porões de barcos estrangeiros, e eram usados para atividades comerciais entre índios e franceses.

A cidade de Viçosa do Ceará, segundo o documento de instrução de tombamento[26], contém o traçado inicial da Vila de Viçosa Real d'América, criada em 1759, incorporando o patrimônio de aldeia jesuítica, que incluía as frágeis cabanas indígenas (IPHAN, 2002).

Manter o testemunho do traçado da aldeia missionária constitui-se em uma reverência aos nossos índios e às suas frágeis aldeias. Ali, suas habitações não resistiram ao tempo, marcando-se uma inequívoca diferença com as habitações indígenas de algumas civilizações da América Espanhola, cujos muros de pedra ainda afloram do solo e servem até de base para construções edificadas posteriormente, em alguns casos.

Hoje, naquela malha da pequena aldeia indígena, após a saída dos jesuítas e décadas de desarticulação administrativa e empobrecimento econômico, existe uma singela cidade composta de edifícios do final do século XIX e do início do século XX.

Seu diversificado patrimônio histórico e cultural, formado pelo casario, igreja matriz e tantas outras edificações, dá indícios de como

[26] A instrução de tombamento foi precedida por solicitação para tombamento federal elaborada em 1999 pelo Prof. Arq. José Liberal de Castro, atualmente membro do Conselho Consultivo do IPHAN.

viviam seus habitantes. Uma caminhada pelas ruas de Viçosa do Ceará parece nos levar a uma viagem no tempo, capaz de suscitar momentos do mais puro deleite, contemplação e reflexão acerca dos usos do território e das rugosidades impregnadas na paisagem geográfica, que nos revelam como dialeticamente a sociedade vive a herança do tempo passado no tempo presente.

GEOGRAFIA E AS RUGOSIDADE NÃO APARENTES

Os lugares revelam em seu território a possibilidade de sucessivas e diferentes mudanças, como também, simultaneamente, vários aconteceres. Criam-se assim, várias solidariedades entre velhos e novos elementos convivendo a cada momento histórico.

Apreender em suas paisagens a totalidade, captar o movimento e perceber os sistemas de objetos e ações, é um caminho para interpretar as manifestações presentes e ativas no território, bem como as relações sociais e as dinâmicas que dão novos sentidos a cada período histórico.

Santos (2008, p. 141) reforça essa ideia quando escreve que

> o exercício da apreensão da totalidade é um trabalho fundamental e básico para a compreensão real do lugar e epistemológico que, dentro dela, tem as suas diferentes partes ou aspectos. Todavia, o conhecimento das partes, isto é, do seu funcionamento, da sua estrutura interna, das suas leis, da sua relativa autonomia, e a partir disto, da sua própria evolução, constituem um instrumento fundamental para o conhecimento da totalidade.

Nesse contexto, acreditamos que a geografia pode exercer um importante papel no debate sobre as rugosidades que chamamos aqui "não aparentes" e que constituem a totalidade do território.

Mas o que são as rugosidades não aparentes?

Um olhar mais sensível e atento ao território usado certamente vai esclarecer esse questionamento, pois a dinâmica dos processos passados - presentes, não são percebidos, na maioria das vezes, como herança.

Sabemos que a herança do passado interfere no presente, e a ação do comportamento que vem da sociedade também são rugosidades. Elas legitimam haver um tempo passado que permanece, e permanece pela técnica. O meio técnico esbarra no conceito de rugosidades, pois o meio técnico tem o poder de aniquilar com elas.

As rugosidades muitas vezes não são aparentes e passam despercebidas ao olhar, mesmo tendo um papel relevante para a sociedade. Assim, será exibido nessa reflexão o sentido das rugosidades, para além do entendimento do patrimônio, da preservação e da memória, mas a partir de uma análise do curso da existência.

A respeito destas, estamos falando de outros valores e heranças. Por exemplo, merecem reconhecimento como rugosidades algumas obras literárias em todas as suas formas, poemas, poesias, formas de expressão, a música em todos os ritmos, a dança, as festas religiosas e suas manifestações, o folclore, saberes como a reza, ou as produções manuais como a rede, que é uma arte e técnica do trabalho manual não industrializado, realizado por artesão, sem produção em série, assim como o artesanato, a xilogravura, que tem finalidade a um tempo utilitária e artística, a culinária (acarajé, vatapá, baião-de-dois, feijoada, pato no tucupi). As ações concretas e abstratas são elementos formadores de rugosidades.

As criações científicas e tecnológicas, as obras artísticas como pintura, escultura e arquitetura, classificadas como eruditas ou populares são passíveis de entendimento como rugosidades.

A chamada cultura popular, aquela que é o próprio trabalho manual, utilizando-se de conhecimento na arte ou na produção de saberes e objetos pertencentes à chamada cultura popular.

Pode ser classificado como erudito ou popular, podendo ser manifestado de várias formas como, nas cerâmicas utilitária, trabalhos em couro e chifre, trançados e tecidos de fibras vegetais e

animais (sedenho), fabrico de farinha de mandioca, engenhocas, instrumentos de música, tintura popular. Não podemos nos esquecer das pinturas e desenhos (primitivos), esculturas e trabalhos em madeiras, cera, bijuterias, renda, entre muitos outros.

Também podemos dar exemplo da rugosidade fundamentada no trabalho da dinâmica da própria natureza, como um rio, que apesar de ser parte do meio natural lida com a técnica, ao mesmo tempo em que é constituinte da paisagem natural remanescente, tem a função social, uma vez que é uma forma de mobilidade e até de sobrevivência para a sociedade de áreas ribeirinhas, ou é utilizado como técnica na irrigação, na produção agrícola e no plantio.

As rugosidades expressam sua presença no território que envolve o presente, o passado e o futuro, por meio das experiências vividas, dos aconteceres humanos e das técnicas de sobrevivência no desenvolvimento dos lugares.

Assim como o rio, outro exemplo interessante, nesse contexto, é o da rua como lugar, na qual as rugosidades se expressam através dos usos do território que se manifestam de muitas e inimagináveis formas.

Há histórias de vidas registradas, a começar pelos nomes que lhes atribuem; elas possuem almas, como escreveu o cronista carioca João do Rio. Espaços públicos do direito de ir e vir (exceto as ruas internas de condomínios e acessos privados) têm encantos e memórias, das casas, dos prédios, dos muros e dos jardins, abrigam comércios, praças, casarões e casebres, são lugares de fluidez, das festas, das procissões e passeatas, são territórios dos prazeres proibidos e dos lazeres permitidos. Enfim, a rua é um belo exemplo de rugosidade.

Podemos indagar qual a importância dessa reflexão na geografia?

Os elementos de uma cultura, seja concreta ou abstrata, são importantes e revelam as condições passadas e presentes da vida e

das práticas sociais que as constitui. Cada sociedade tem sua cultura, seus valores e costumes, que se expressam nos usos do território.

Aprender a interpretar o que ficou do passado, e com ele travar um saudável diálogo com o presente, deve ser uma das contribuições do conhecimento das rugosidades, especialmente na ciência geográfica.

Foi pensando nesse modo de interpretar as rugosidades, percebendo que elas se manifestam de várias formas no uso do território, que se vislumbrou, nesta pesquisa, abordar as discussões sobre o que não é notadamente considerado apesar de sua relevância, o que não é percebido e não é de interesse no tombamento.

Assim como as referências culturais, talvez isso possa se confundir com o patrimônio imaterial, em um diagnóstico abrangendo as condições estruturais de funcionamento. Entretanto, não é bem assim. O decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000, que trata do registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, como toda norma, institui parâmetros, como está descrito no § 2º, que enquadra inscrições em livros de registros como referência à continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

No artigo 3º, descreve que, as propostas para registro, acompanhadas de sua documentação técnica, serão dirigidas ao presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que as submeterá ao conselho consultivo do patrimônio cultural.

Para a geografia, como já confirmamos na nossa hipótese, a discussão das rugosidades é bem mais ampla do que a de preservação, memória ou patrimônio. Ela não se submete a regras ou a normas; seu conceito revela no uso do território objetos geográficos passíveis de preservação. Elas ampliam o significado de memória e

de patrimônio na existência humana e reflete a herança do passado, que pelas práticas permanece no presente.

Desse modo, é necessário se fazer ponderações sobre o patrimônio imaterial, e buscar entender as rugosidades, pelos lugares, pelo território que revela no uso cotidiano a possibilidade de sucessivas e diferentes mudanças, isto é, simultaneamente vários aconteceres.

Criam-se assim, várias solidariedades entre velhos e novos elementos convivendo a cada momento histórico. A rugosidade não está congelada, inerte, de modo que passe a ser resguardada de valor decorrente do rótulo de tombamento. Ela preside as metamorfoses da paisagem da cidade, permanecendo ativa, favorecida pela evolução das técnicas que dinamizam a inércia.

No que consideramos como não aparente, a rugosidade nos remete à importância da forma – mas também da função no uso social, para a construção de outro edifício, um artifício essencial da condição da vida humana. Cabe aqui refletir fazendo um diálogo com o que nos diz Hannah Arendt (2007), quando fala da expressão vita activa ao designar três atividades humanas fundamentais: labor[27], trabalho[28] e ação[29].

Essas três atividades tem relação com as condições mais gerais da existência da vida da espécie humana, e estão relacionadas às condições na qual a vida foi dada ao homem; haja vista que toda atividade, o labor, assegura a sobrevivência do indivíduo, logo possui um elemento de ação e, portanto, o trabalho, ligado a tarefa de produzir.

---

[27] O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano(...) Arendt (2007).

[28] Atividade que corresponde ao artificialismo da existência humana. O trabalho produz um mundo de coisas nitidamente diferentes de qualquer ambiente natural. Arendt (2007).

[29] Única atividade que se exerce diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde a condição humana da pluralidade, todos os aspectos da condição humana tem relação com a política. Arendt (2007).

Além disso, a ação está ligada à atividade política. A condição humana compreende algo mais do que as condições nas quais a vida foi dada ao homem. Para Arendt (2007, p. 17), "o mundo na qual transcorre a vita activa consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas; mas constantemente, as coisas que devem sua existência exclusivamente aos homens também condicionam os seus autores humanos".

Além das condições naturais da vida que é dada ao homem, a partir dela os homens criam suas próprias condições, não se pode imaginar a existência humana sem a criação de todas as coisas que nos rodeiam, sem os objetos e as ações que são a essência do uso do território pela humanidade, logo, do espaço geográfico. Notadamente, o caráter de coisa ou objeto complementa-se às ações humanas, pela necessidade de existir.

As obras do trabalho humano em seu desejo de permanência vão paulatinamente cedendo espaço para a construção de uma consciência cultural; estamos falando do desejo de preservar os valores e heranças.

Quanto mais geograficamente conhecemos uma realidade empírica, mais temos a capacidade de formular uma pequena teoria, e desenvolver um conceito, como é o desejo desse tópico. Porém, não se pode esquecer que a realidade é subjetiva; essa é a base da dialética que nos dá a possibilidade de perceber e interpretar o movimento e as contradições do espaço geográfico.

Provocados pelo debate da rugosidade, no caso desse tópico a "não aparente", o geógrafo retoma a temática do patrimônio e ressalta: a questão que cerca o tema proposto traz a reflexão da questão que queremos colocar, entre outras que nos legaram neste discurso sobre o que é importante preservar: o que é a vida e a cultura de um povo? O que está no território como rugosidade ativa no cotidiano e com função importante para a sociedade, que não

percebemos? Por que só compreendemos sua relevância, quando este faz parte obrigatoriamente de uma norma?

O sentido das rugosidades, para além do entendimento do patrimônio, da norma, da preservação e da memória, se coloca para nós a partir de uma análise do curso da existência humana. Essa análise vem qualificar os processos das rugosidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise da constituição do território cearense nesta tese, foi feito um diálogo entre a rugosidade e a relação com o patrimônio tombado, enfatizando o contexto dos sítios históricos das cidades Sobral, Aracati, Icó e Viçosa do Ceará, em uma perspectiva dialética, que nos permitisse uma reflexão com o pensamento crítico, capaz de possibilitar apreender a totalidade pelo uso, nos diferentes períodos da história da humanidade.

Nesse processo, a tese realizou estudos que se propõem a trazer uma contribuição para o debate em outras disciplinas como a história, a arquitetura, a sociologia, o urbanismo, entre tantas outras, e mesmo na própria geografia, visto que a rugosidade é um tema pouco trabalhado pelos geógrafos brasileiros. Essa afirmação se faz baseada no estado da arte, feito desde a escrita do projeto até a qualificação.

Entendemos que falar em uso do território e rugosidade, a partir dos fundamentos teóricos, técnicos e empíricos, na discussão da realidade geográfica, é falar na complexidade dos processos da vida humana. Assim, ao fazermos uma leitura desse processo, a rugosidade para nós se mostra como categoria de análise central para a compreensão do presente e, quiçá, do futuro.

A rugosidade revela nas suas paisagens geográficas o que mudou e o que permaneceu desde os primeiros habitantes que por aqui se fixaram e constituíram o território.

A geografia é uma ciência fascinante para entender a realidade do tempo presente. Na nossa concepção de mundo, a buscamos pelos conceitos geográficos que conduziram todo o curso do nosso

entendimento, como Espaço Geográfico, Território, Lugar, Paisagem e nos pautamos na categoria de análise território usado.

Nessa perspectiva, no primeiro momento, que perpassa toda a tese, consideramos a rugosidade pelos usos do território, fazendo uma análise dos principais processos e agentes responsáveis pela constituição da formação territorial, que pelo uso da técnica realizaram formas de viver e se desenvolver.

Na sequência da elaboração, tornou-se possível ver a necessidade de compreender, pela totalidade, as ações de preservação do patrimônio, para conhecer as possibilidades de análise das rugosidades cearenses.

Nos muitos percursos, foi fundamental reconhecer os sistemas de relações que a totalidade nos permitiu perceber na comunicação entre os municípios. Estes que historicamente também são parte da engrenagem para o desenvolvimento do Ceará e do Brasil.

Dessa forma, a dialética permitiu-nos olhar espacialmente diversas formas de manifestação da sociedade, que usa o território de acordo com suas necessidades de se desenvolver.

A visita de campo, as entrevistas realizadas com os profissionais e com os moradores foram de fundamental importância, uma vez que nos permitiram conhecer de perto a realidade e as contradições que se impõe a cada agente que usa e transforma o território.

Tornou-se visível a seletividade no tombamento, uma vez que se tombou o patrimônio da elite. Vale ressaltar a dialética na importância do patrimônio além da estética, muito presente nessa questão. O tombamento não é somente uma ação, mas sim um processo que traz novos significados e novas formas de uso, uma vez que dá origem a um conjunto de novas racionalidades técnicas e normativas que viabilizarão novas ações nas cidades.

Esta pesquisa nos trouxe descobertas diversas e contraditórias, revelando nas cidades estudadas a beleza da natureza e das criações humanas.

Nas entrevistas, momentos ricos de contato com a população, partilhamos das gentilezas de um povo acolhedor, de origem indígena, que guarda em seu rosto as rugas dos desafios que marcam a luta cotidiana de sua existência.

Entretanto, também tivemos contato com aqueles nos quais notoriamente se percebe o resultado da miscigenação com o europeu que se instalou por essas terras, também expressos nas suas rugas e em toda sua estrutura física e cultural.

Andar pelas cidades, reconhecer a sua história e a de seu povo, traduz-se em uma experiência indescritível ao pesquisador. Nos deparamos com o antigo e o moderno, com o belo e o feio, com o erudito e o popular; com um território rico de informações a ser explorado pelos pesquisadores que por esse tema têm interesse.

De outra forma, há um território esquecido, desassistido pelos governantes locais, onde muitos ainda não compreenderam o sentido do tombamento. Normalmente este é percebido pela beleza da arquitetura, sem qualquer aprofundamento mais denso do sentido de sua existência e das razões de sua criação.

Desse modo, a rugosidade é dialética, resultado da transformação dada pelas ações sobre os territórios, que foram invadidos, conquistados, dominados, transformados e desenvolvidos, ao longo do tempo, na história das cidades, e que hoje são verificados empiricamente, inseridos em diversos contextos da realidade.

Acreditamos que o esforço apresentado nesta tese seja importante, na medida em que possa contribuir para outras formas de ver e dialogar com o patrimônio histórico, de forma que se possa fazer diferentes análises.

Grosso modo, esse discurso ideológico, representado pelo Estado, pelas elites, pelos arquitetos e replicado através do marketing urbano e televisivo, especialmente quando é vendida uma imagem turística do belo, desconsidera a verdadeira história da cidade, quando legitima a história de vida dos ricos em detrimento da história dos mais pobres. Por isso é importante a pesquisa de campo, para que o pesquisador possa vivenciar a realidade e reconhecer o território pelo uso.

Pensamos, nestas considerações, que seria conveniente fazer algumas ressalvas das estratégias e dos instrumentais técnicos utilizados na elaboração desse trabalho. Como forma de ler o território e seu desenvolvimento, destaquemos a importância do registro fotográfico, da elaboração cartográfica, do levantamento de dados para o desenvolvimento das análises, que constituíram-se não somente como argumentos empíricos na nossa teoria, mas, especialmente, foram dados importantes para o reconhecimento do lugar, das relações e da nossa forma de ver o mundo.

O leitor certamente vai perceber, ao longo da tese, o quanto a fotografia, assim como a cartografia elaborada, compuseram um instrumental profícuo para a leitura do uso do território. Estas devem, todavia, ser observadas como uma forma de ver, naquele momento, como testemunhas da realidade concreta.

Contudo, é importante perceber além do que elas testemunham nas reflexões e descobertas que suscitam na mente do pesquisador. É importante ressaltar que na pesquisa o caminho lógico da compreensão deve ser aquele que vai da teoria para o dado (a fotografia, o mapa), e não o contrário, pois é o conceito que explica o argumento e se mostra essencial para sua defesa.

Nesse sentido, a "rugosidade cearense", pela constituição do território e seu processo histórico, se revela nos usos, no resultado do trabalho humano, nas técnicas que consolidam a materialidade

para o desenvolvimento e manutenção na qualidade e gestão das vidas humanas.

Apesar da multiplicidade de sentidos que o termo "rugosidade" suscita, esta tese não se ausentou de uma definição, que apesar de contida no texto vale reafirmá-la. Rugosidade foi aqui entendida de uma forma ampla, como o princípio que ocupa um lugar central na origem das sociedades, como a chave para entender o tempo presente, como um elemento geográfico de explicação das relações socioespaciais e da constituição do território através do tempo passado.

Tentou-se desenvolver o conceito teórico aplicável ao objeto empírico, no caso, a rugosidade cearense, pois, a teoria é em cima dos processos que se deseja estudar.

Na pesquisa, foi imprescindível trazer também alguns exemplos empíricos e particulares das cidades cearenses, observados, comprovados e recolhidos da vivência cotidiana. As mudanças e as dinâmicas das paisagens das cidades vociferam a realidade contraditória e concreta.

Então, para concluir, retorno a reflexão sobre o sentido do conceito de "rugosidades", proposto por Milton Santos; sem dúvida alguma, uma maravilhosa possibilidade que o Mestre dá, aos geógrafos, de reconhecer o território e cientificamente dialogar com os profissionais que se dedicam ao patrimônio, a preservação e a memória.

Santos nos faz enxergar, no âmago da geografia, um território em ebulição, vivo, ativo, presente e dinâmico pelo efervescente uso que a sociedade faz; considerando que, a condição dada pelas caraterísticas do mundo do presente é fazer do futuro âncora.

As reflexões feitas sobre a visão do mundo do presente e as possibilidades de construção do mundo do futuro a partir das resistências que nascem nos lugares – esse é o espaço do acontecer solidário.

O território grita e escancara uma realidade contraditória, e quiçá poucos profissionais, como o geógrafo, tenham a sensibilidade de percebê-las. Por isso, nossas reflexões jamais priorizariam as discussões de cunho normativo e burocrático sobre o tombamento do patrimônio histórico, pois nosso desejo maior foi abordar a rugosidade a partir daquilo que ela geograficamente representa, uma porta de entrada para uma reflexão que não se limita à compreensão das formas remanescentes e petrificadas, mas aquela que considera a dinâmica da vida no espaço banal.

Por isso, trouxemos a rugosidade à baila, pois o argumento de preservação está sempre intrinsecamente ligado às suas origens e aos processos criados pela história humana. Espera-se humildemente que esse objetivo tenha sido atingido, pois acreditamos ter trazido uma pequena contribuição para esse diálogo tão necessário entre a Geografia e as disciplinas interessadas nas questões aqui estudadas.

Fizemos um esforço de contribuir para uma compreensão mais generosa sobre a rugosidade no processo de reconhecimento da história por todos os sujeitos que fazem das cidades um laboratório vivo, exposto a elogios e críticas, daqueles que buscam compreendê-las através do complexo, indissociável e contraditório sistema de objetos e ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. C de. Capítulos da História do Ceará Colonial (1500 – 1800). Rio de Janeiro: Ed. Livraria Broguiet, 4ª. edição, 1954.

ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: MinC/IPHAN. Nº 30, 2002.

ANTAS JÚNIOR, Ricardo Mendes. A norma e a técnica como elementos constitutivos do espaço geográfico: Considerações sobre o ressurgimento do pluralismo jurídico. In SOUZA, Maria. Adélia A. (org.). Território Brasileiro: usos e abusos. Campinas, Edições Territorial, 2003.

ARENDT, Hannah. A condição humana; Tradução de Roberto Raposo. 10ª edição. Rio de Janeiro – RJ: Forense Universitária, 2007.

AZEVEDO, Aroldo. Vilas e Cidades do Brasil Colonial. Ensaio de Geografia Urbana. Retrospectiva. São Paulo: Boletim Paulista de Geografia n. 33. 1956.

BALBIM, Renato. A Quinta Dimensão do Espaço. Cotidiano e Práticas Espaciais. In SOUZA, Maria. Adélia A. (org.). Território Brasileiro: usos e abusos. Campinas, Edições Territorial, 2003.

BEZERRA, Antonio. O Ceará e os cearenses. Fortaleza: Ed. Fac-sim. Fundação Waldemar Alcantara, 2001.

BORTOLATO, Thaís Bianca Rosanelli. A forma urbana e a coisa pública na preservação do patrimônio: Espaço, política e sociedade na análise de dois sítio tombados: o caso do Morais, em Paris, e do Bexiga em São Paulo. TESE DE DOUTORADO. São Paulo, 2009.

BRÍGIDO, João. Ceará (Homens e fatos). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

CASTRO, José Liberal de. Igreja Matriz de Viçosa do Ceará: Arquitetura e Pintura de Forro. Cadernos de Arquitetura Cearense, Edições IPHAN/UFC 2001. 200 p.

CHOAY, Françoise. A ALEGORIA DO PATRIMÔNIO. Estação liberdade: UNESP, 2006. 4ª Edição – São Paulo.

COSTA, Antônio Carlos Campelo; ROCHA, Herbert de Vasconcelos. Sobral da Origem dos Distritos. Sobral: Sobral Gráfica e Editora LTDA., 2008.

COSTA, Everaldo B; SCARLATO, Francisco Capuano. Uma teoria geográfica para a análise da produção socioespacial nas cidades históricas turísticas. Revista Geografar. Curitiba, v.3, n.2, p.34-58, jul./dez. 2008.

_____. Notas sobre a formação de uma rede urbana de um "tempo lento" no período da mineração no brasil colônia. Revista Acta Geográfica, Ano III, N°5, JAN./JUN. De 2009. P.07-21.

COSTA, Everaldo B. Cidade, imagem e patrimônio: consideração metodológica. Anais do X Encontro Nacional de Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – ENANPEGE, Geografias, Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais, 2013.

_____. Totalidade Urbana e totalidade mundo. As cidades coloniais barroca face à patrimonialização global. TESE DE DOUTORADO. São Paulo: FFLCH/DG/USP, 2011a.

DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira; DUARTE JUNIOR, Romeu. Guia de bens tombados no Estado do Ceará. Coleção Nossa Cultura. Série Documenta. Fortaleza: Secult, 2006.

DUARTE JUNUOR, Romeu. Sítios históricos brasileiros: monumento, documento, empreendimento e instrumento – o caso de Sobral-CE. TESE DE DOUTORADO – FAU-USP. São Paulo, 2012.

ESTUDO PARA TOMBAMENTO FEDERAL DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DA CIDADE DE ICÓ – CEARÁ. 4ª Coordenação Regional do IPHAN (CE / RN). Out / 1997.

ESTUDO PARA TOMBAMENTO FEDERAL DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DA CIDADE DE VIÇOSA DO CEARÁ – CE. 4ª Superintendência Regional do IPHAN (CE / RN). Abril / 2002.

ESTUDO PARA TOMBAMENTO FEDERAL. ARACATI CEARÁ – CE. 4ª Superintendência Regional do IPHAN (CE / RN). Dezembro/1998.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14ª edição atualizada e ampliada, 1ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora: UFRJ/MINC/IPHAN, 2005.

GEIGER, Pedro Pinchas. Evolução da Rêde Urbana Brasileira. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Série VI – Sociedade e Educação, Coleção o BRASIL URBANO. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/MEC, 1963.

GIRÃO, Valdelice Carneiro Girão. Pequena História do Ceará. Fortaleza: Edições UFC, 1984.

GIRÃO, Glória Giovana S. Mont'Alverne. Sobral História e Vida. Sobral: Edições UVA, 2007.

_____. O Ceará. Fortaleza: 3ª Edição – Editora Instituto do Ceará, 1966.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Patrimônio cultural e narrativas nacionais; A retórica de perda. In: A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; Iphan, 2002.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. A INFLUÊNCIA FRANCESA NO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. TESE DE DOUTORADO – FAU-USP. São Paulo, 2001.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértce, Editora revista dos tribunais, 1990.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense – algumas notas. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Ceará. E-mail: <clovisj@uol.com.br>. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 133-163. jan.- jun. 2012.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Tradução de Cecília Neves e Alderico Toríbio. 2ª ed. 8ªreimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. [1963].

LE CORBUSIER. Planejamento Urbano. Série Debates Urbanismo. São Paulo: Editora Perspectiva, 3ª Edição 2004.

LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico. Coleção Primeiros Passos. 5ª Edição. São Paulo: Editora brasiliense. 2006

MARSHALL, Thomas Humphrey. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, Clerton (organizador). PATRIMÔNIO CULTURAL: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Editora Roca LTDA., 2006.

MORI, V. Hugo.; SOUZA, M. C.; BASTOS, R. L. B.; GALLO, H. São Paulo: Patrimônio: atualizando o debate. IPHAN, 2006.

NEVES, Frederico de Castro & SOUZA, Simone de (0rgs). Intelectuais. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares, in: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

ORTEGA Y GASSET, José. Meditação da técnica. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1963. [1939].

PAIVA, Olga Gomes de - Coord. LINHEIRO, Domingos Cruz; DUARTE JÚNIOR, Romeu. Viçosa do Ceará: Patrimônio de todos: roteiro para a preservação do patrimônio cultural. Fortaleza: IPHAN, 2004. 36p.

_____. Sobral: Patrimônio de todos: Roteiro para preservação do patrimônio cultural. Ministério da cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Fortaleza, 1999.

_____. Icó Patrimônio de todos. Roteiro para preservação do patrimônio cultural. Ministério da cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Fortaleza, 3ª edição – 2013.

_____. Aracati Patrimônio de todos. Roteiro para preservação do patrimônio cultural. Ministério da cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Fortaleza, 2ª edição – 2008.

PAULET, José da Silva. Descrição geográfica abreviada da capitania do Ceará. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, jan/mar 1988.

PESSOA, José.; PICCINATO, Georgio. Atlas de Centros Históricos do Brasil. Casa da palavra. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2007.

PRADO JR., Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2008. [1945].

_____. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: 21ª Edição. Editora Brasiliense, 1989.

PRIGOGINE, I. Do ser ao devir. São Paulo: Editora UNESP; Belém do Pará: Editora da Universidade Estadual do Pará, 2002.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. O Lugar da Praça: Pracialidades Contemporâneas na Megalópole do Sudeste Brasileiro. In SOUZA, Maria. Adélia A. (org.). Território Brasileiro: usos e abusos. Campinas, Edições Territorial, 2003.

REIS, Nestor Goulart. Patrimônio cultural e problemas urbanos. In: GOMES, Marco Aurélio de A. Filgueiras. Reconceituações contemporâneas do patrimônio. Salvador: EDUFBA, 2011. 254 p. (Coleção Arquimemória; v. 1).

RIBEIRO, Darcy. O POVO BRASILEIRO: Evolução e o sentido do Brasil Companhia das letras, 1995. São Paulo 1998.

ROCHA, Herbert de Vasconcelos. O Lado Esquerdo do Rio. São Paulo: Editora: Hucitec, 2003.

SANTOS, Milton. Por uma geografia cidadã: Por uma epistemologia da existência. Boletim Gaúcho de Geografia. Porto Alegre. Porto Alegre. Nº 21. Agosto de (1996a).

_____. Pensando o Espaço do Homem. 5ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

_____. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. A Natureza do Espaço. 4ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2008.

_____. Seminário Latino Americano de Geografia. A geografia e os novos processos de produção do espaço. São Paulo, 1988.

_____. O Centro da cidade de Salvador: Estudos de Geografia Urbana. 2ª Edição – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Salvador: Edufba, 2008.

_____. O retorno do território. In: Santos, M.; Souza, M. A.; Silveira, M. L. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1994b.

SARTRE. Jean-Paul. Crítica da razão dialética: precedida por questões de método. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 1ª edição: Paris, Gallimard, 1960.

Seminário de História Urbana, 1, Salvador, 21-23 de novembro de 1190. Cidade & História/Organizado por Ana Fernandes e Marco Aurélio A. de F. Gomes. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992. 303p.

Secretaria da Cultura e Desporto. Guia dos bens tombados do Estado do Ceará. Fortaleza: 1995. 166p.

SILVA, Fernando Fernandes da. As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade. Peirópolis: Editora da universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SOARES, Maria Norma Maia. Onde a luz fez a curva. Sobral: Edições UVA, 1999.

SOUZA, Maria Adélia A. de. TERRITÓRIO USADO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO. Texto elaborado para a Conferência de Abertura do 8º Seminário Patrimônio cultural. Patrimônio e Território. Conservação e Restauração no século XXI. FAOP – Fundação de Arte de Ouro Preto. 22 – 26 de setembro de 2014. Ouro Preto - MG.

_____. CONEXÕES GEOGRÁFICAS – um ensaio metodológico: uma versão ainda preliminar. Revista do IEA, São Paulo: 1991.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Simone de. Uma nova História do Ceará. Edições Demócrito Rocha. Fortaleza: 2002.

_____. Uma nova história do Ceará. Edições Demócrito Rocha 4ª edição. Fortaleza, 2007. 448p.

STUDART, Carlos. A missão jesuítica da Ibiapaba. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, v.59, p.5-68, 1945.

VELOSO, Patricia (organização e coordenação). Ceará Terra da Luz. 3ª Edição. Editora Terra da Luz. Fortaleza: 2010. P. 204.

VILLASCHI, João Nazario Simões. Hermenêutica do patrimônio e apropriação do território em Ouro Preto - MG. 2014. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/T.8.2014.tde-07112014-184004. Acesso em: 2016-09-25.

VITORIANO, Germana Coelho. Construindo Viçosa do Ceará, Ensino fundamental I. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha et ali, Projeto Infância e Patrimônio, 2011.

SANTOS, Lídia Noemia; XAVIER, Patrícia Pereira. Construindo Icó, Ensino fundamental I. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha et ali, Projeto Infância e Patrimônio, 2011.

SITES CONSULTADOS

http://www.cidades.gov.br

http://www.ibge.gov.br

http://iphan.com.br

http://portal.iphan.gov.br

http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf

http://www.senado.gov.br

http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf

http://www.fortalezaemfotos.com.br

http://www.anuariodefortaleza.com.br/cultura/patrimonio-historico-bens-tombados.php

http://www.vicosa.ce.gov.br

http://utripz.com/holiday/fortaleza-ceara

http://www.somosvos.com.br

http://www.guiadasemana.com.br

http://www.apontador.com.br

https://patrimonioparatodos.wordpress.com

http://www.valedoacarau24hrs.com.br

http://cmquixeramobim.blogspot.com.br

http://www.ferias.tur.br

http://www.panoramio.com

http://cearaemfotos.blogspot.com.br

http://br.geoview.info

http://www.panoramio.com

http://ico.ce.gov.br

http://sobral.ce.gov.br

http://blogs.diariodonordeste.com.br

http://iconarede.blogspot.com.br

http://educacaohistoricapatrimonial.blogspot.com.br

http://www.panoramio.com

http://www.fabriciomoreira.com